



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
54ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

# COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA



RELATÓRIO DE ATIVIDADES  
2011



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>1 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2 – FREQUÊNCIA .....</b>	<b>12</b>
<b>3 – EVENTOS DA COMISSÃO .....</b>	<b>28</b>
3.1 – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	29
3.2 – SEMINÁRIOS .....	49
3.3 – OUTROS EVENTOS.....	63
<b>4 – PROPOSIÇÕES APRECIADAS .....</b>	<b>67</b>
4.1 – TVRs.....	68
4.2 – PROJETOS.....	128
4.3 – RELATÓRIOS.....	131
4.4 – REQUERIMENTOS.....	132
4.5 – EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS .....	141
<b>5 – PROPOSIÇÕES NÃO APRECIADAS.....</b>	<b>173</b>
5.1 – TVRs.....	173
5.2 – PROJETOS.....	176
5.3 – REQUERIMENTOS.....	185
<b>6 – SECRETARIA DA COMISSÃO .....</b>	<b>187</b>
6.1 – RESUMO DE ATIVIDADES.....	187
6.2 – COMPOSIÇÃO .....	188





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **APRESENTAÇÃO**

A atuação desta comissão caracteriza-se tradicionalmente pelo debate democrático dos assuntos situados regimentalmente em sua rica área temática, tendo sempre em vista a promoção do desenvolvimento econômico e social do país.

Nesse sentido, não obstante a complexidade de algumas questões e as peculiaridades do processo legislativo, certamente avançou-se bastante na sessão legislativa que ora se encerra, sintetizada no presente relatório de atividades.

Com efeito, a série de audiências públicas e seminários, por exemplo, permitiu a discussão de uma variedade de temas de interesse nacional como serviços de telecomunicações (as implicações do celular para a saúde do usuário) e de radiodifusão, publicidade infantil, catástrofes naturais, direitos autorais, espectro radioelétrico, publicidade oficial, fuso horário e os crimes na internet, objeto do Projeto de Lei nº 84, de 1999, ora em tramitação neste órgão.

Mais dois importantes temas tiveram espaço na pauta da comissão: o primeiro, o programa espacial brasileiro, que motivou, inclusive, uma missão oficial à Ucrânia, em outubro, para, entre outras atividades, supervisionar o acordo de cooperação com aquele país no Projeto Cyclone IV, em Alcântara (MA).

O outro, o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), cuja relevância para o país levou à criação de subcomissão especial destinada ao acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito do governo federal, tendo resultado na aprovação, em dezembro, de relatório parcial que apresenta uma série de sugestões de medidas para a universalização da internet de alta velocidade.

Mas as principais discussões no colegiado giraram, sem dúvida, em torno do binômio pesquisa/tecnologia. Uma verdadeira jornada de palestras e debates no mês de agosto abordou extensão, inovação, propriedade intelectual, patentes, em parceria com o Conselho de Altos Estudos desta Casa, culminando no seminário sobre o papel do Congresso Nacional na formulação de políticas públicas capazes de potencializar e acelerar o desenvolvimento tecnológico brasileiro.

A atenção dedicada pelo colegiado ao tema pode ser medida pela preocupação com a destinação de recursos para o setor, sob a forma de emendas orçamentárias; pela frequente presença de representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – em duas ocasiões, o então titular da pasta, Aloizio Mercadante – nos debates desta comissão sobre a pauta comum; e, principalmente, pela apresentação, em agosto, do

Projeto de Lei nº 2.177, de 2011, fruto de parceria com entidades do setor, instituindo o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Mais concretamente, no tocante às matérias em tramitação, a comissão aprovou, no curso de 29 reuniões deliberativas, 414 atos de outorga/renovação de serviço de radiodifusão. Também foram apreciados 45 projetos de lei e de decreto legislativo, considerados os apensados, destacando-se, entre as matérias aprovadas (15), iniciativas relacionadas aos serviços de telecomunicações, à inclusão digital e a acordos internacionais na área de ciência, tecnologia e inovação.

No cumprimento de sua função fiscalizadora, promoveu a instalação de grupos de trabalho, entre os quais os destinados a rever as normas de radiodifusão, em face de denúncias de irregularidades em processos de licitação, e a supervisionar a qualidade dos serviços das operadoras de telefonia móvel.

Já na área administrativa, merece registro a implantação, no mês de junho, da pauta eletrônica, ferramenta de apoio que permitiu a eliminação da versão impressa e, em consequência, uma drástica redução no consumo de papel.

Deixo a presidência deste prestigioso colegiado convencido de que, a despeito dos importantes avanços, há ainda longo caminho a percorrer, especialmente quanto ao desenvolvimento tecnológico do país. O desafio é elevá-lo a posição condizente com a sua atual condição de líder regional e grande ator global como uma das principais economias do mundo.

Meus agradecimentos aos dedicados companheiros desta comissão, com os quais, admito, aprendi bastante, aos servidores da Secretaria, da Consultoria Legislativa e da de Orçamento, bem como a todas aquelas pessoas – autoridades, pesquisadores, especialistas, membros da comunidade acadêmica, representantes da sociedade civil, entre outros – que, direta ou indiretamente, contribuíram para o sucesso desta administração.



**Deputado BRUNO ARAÚJO**  
**Presidente**

**1 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO<sup>1</sup>**



PRESIDENTE  
BRUNO ARAÚJO  
PSDB – PE



1º VICE-PRESIDENTE  
ANTONIO IMBASSAHY  
PSDB - BA

2º VICE-PRESIDENTE  
SILAS CÂMARA  
PSD - AM

3º VICE-PRESIDENTE  
RUY CARNEIRO  
PSDB - PB

---

<sup>1</sup> Posição em 20.12.11.

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>PT</b>	
Antônia Lúcia PSC/AC (Gab. 444-IV)	Beto Faro PT/PA (Gab. 723-IV)
Aureo PRTB/RJ (Gab. 581-III)	Biffi PT/MS (Gab. 260 – IV)
Carlinhos Almeida PT/SP (Gab. 613 – IV)	Dalva Figueiredo PT/AP (Gab. 704-IV)
Emiliano José PT/BA (Gab. 481-III)	Davi Alves Silva Júnior PR/MA (Gab. 831 – IV)
Gilmar Machado PT/MG (Gab. 262-IV)	Fernando Marroni PT/RS (Gab. 312-IV)
Newton Lima PT/SP (Gab. 805-IV)	Josias Gomes PT/BA (Gab. 642-IV)
Sibá Machado PT/AC (Gab. 421-IV)	Joseph Bandeira PT/BA (Gab. 320 – IV)
<b>PMDB</b>	
Hermes Parcianello PMDB/PR (G.234-IV)	Gorete Pereira PR/CE (Gab. 206-IV)
Hugo Motta PMDB/PB (Gab. 582-III)	Júnior Coimbra PMDB/TO (Gab. 274-III)
Luciana Santos PCdoB/PE (Gab. 531-IV)	Manoel Júnior PMDB/PB (Gab. 601 – IV)
Marcelo Aguiar PSD/SP (Gab. 321-IV)	Takayama PSC/PR (Gab. 910-IV)
Marllos Sampaio PMDB/PI (Gab. 906-IV)	Wilson Filho PMDB/PB (Gab. 534-IV)
Rogério Peninha Mendonça PMDB/SC (656-IV)	Wladimir Costa PMDB/PA (Gab. 343 – IV)
<b>PSDB</b>	
Antonio Imbassahy PSDB/BA (Gab. 810-IV)	Eduardo Azeredo PSDB/MG (Gab. 722-IV)
Bruno Araújo PSDB/PE (Gab. 718-IV)	Emanuel Fernandes PSDB/SP (Gab. 760 IV)
Rodrigo de Castro PSDB/MG (Gab. 701 – IV)	Paulo Abi-ackel PSDB/MG (Gab. 460-IV)
Ruy Carneiro PSDB/PB (Gab. 565-III)	Romero Rodrigues PSDB/PB (Gab. 825-IV)
<b>PP</b>	
Beto Mansur PP/SP (Gab. 616-IV)	Carlos Souza PSD/AM (Gab. 319-IV)
Missionário José Olímpio PP/SP (Gab. 507-IV)	Renzo Braz PP/MG (Gab. 373-III)
Sandes Júnior PP/GO (Gab. 702-IV)	Waldir Maranhão PP/MA (Gab. 541-IV)
<b>DEM</b>	
Arolde de Oliveira PSD/RJ (Gab. 917-IV)	Augusto Coutinho DEM/PE (Gab. 835-IV)
Júlio Campos DEM/MT (Gab. 524-IV)	Eli Correa Filho DEM/SP (Gab. 519-IV)
Marcos Montes PSD/MG (Gab. 334-IV)	Fábio Ramalho PV/MG (Gab. 374 – III)
<b>PR</b>	
Dr. Adilson Soares PR/RJ (Gab. 926-IV)	Izalci PR/DF (Gab. 284-III)
Francisco Floriano PR/RJ (Gab. 719-IV)	Milton Monti PR/SP (Gab. 328-IV)
José Rocha PR/BA (Gab. 908-IV)	Wellington Roberto PR/PB (Gab. 514-IV)
<b>PSB</b>	
Ariosto Holanda PSB/CE (Gab. 575-III)	Domingos Neto PSB/CE (Gab. 546-IV)
Luiza Erundina PSB/SP (Gab. 620-IV)	Edson Silva PSB/CE (Gab. 921-IV)
Simplício Araújo PPS/MA (Gab. 729-IV)	Luiz Noé PSB/RS (Gab. 338-IV)
<b>PDT</b>	
Miro Teixeira PDT/RJ (Gab. 270-III)	Félix Mendonça Júnior PDT/BA (Gab. 912-IV)
Salvador Zimbaldi PDT/SP (Gab. 804-IV)	1 vaga
<b>Bloco PV, PPS</b>	
Paulo Wagner PV/RN (Gab. 324-IV)	Stepan Nercessian PPS/RJ (Gab. 517-IV)
1 vaga	Mario de Oliveira PSC/MG (Gab. 341-IV)

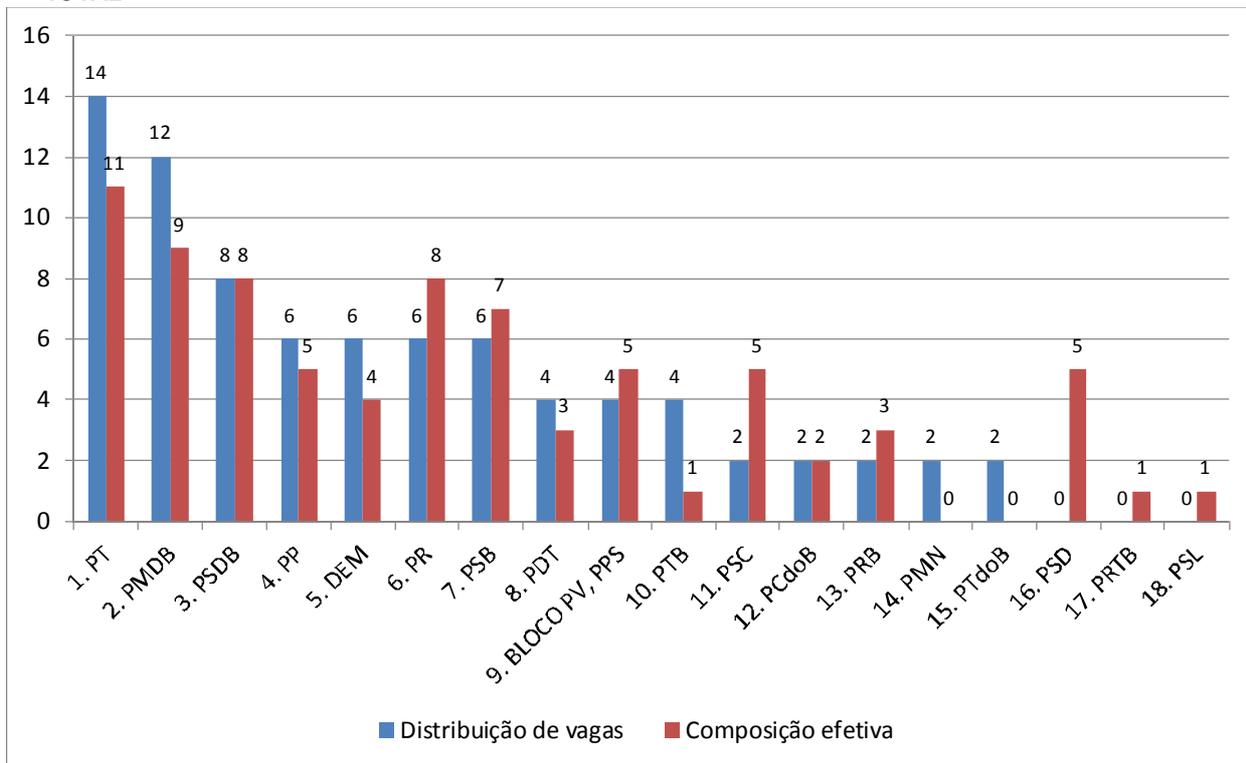
COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

<b>PTB</b>	
Pastor Eurico PSB/PE (Gab. 369-III)	Amon Bezerra PTB/CE (Gab. 413-IV)
Sandro Alex PPS/PR (Gab. 221-M)	Rodrigo Maia DEM/RJ (Gab. 308-IV)
<b>PSC</b>	
Ratinho Junior PSC/PR (Gab. 521-IV)	Zequinha Marinho PSC/PA (Gab. 823-IV)
<b>PCdoB</b>	
Paulo Foletto PSB/ES (Gab. 839-IV)	Evandro Milhomen PCdoB/AP (Gab. 419-IV)
<b>PRB</b>	
Cleber Verde PRB/MA (Gab. 710-IV)	Jhonatan de Jesus PRB/RR (Gab. 535 – IV)
<b>PMN</b>	
Silas Câmara PSD/AM (Gab. 532-IV)	Benjamin Maranhão PMDB/PB (Gab. 458-M)
<b>PTdoB</b>	
Márcio Marinho PRB/BA (Gab. 326-IV)	Dr. Grilo PSL/MG (Gab. 645-IV)

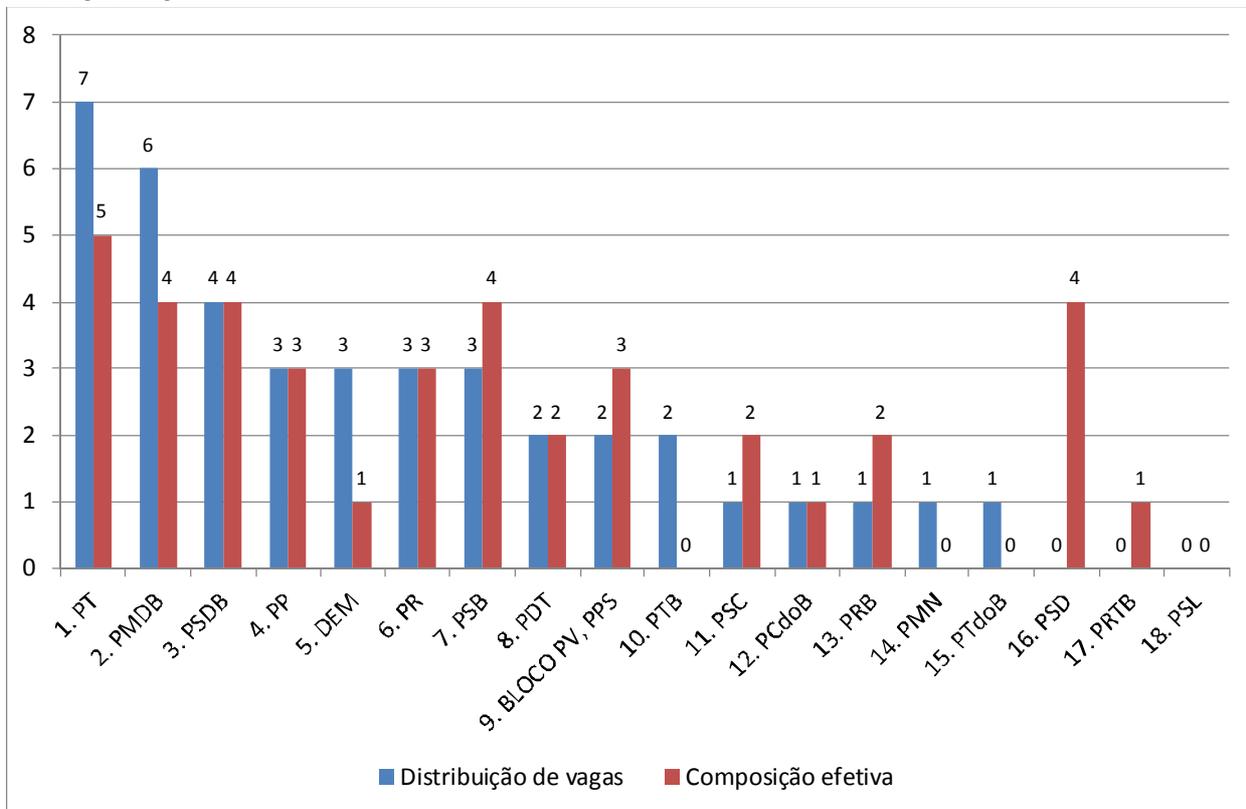
**DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E COMPOSIÇÃO EFETIVA POR PARTIDO/BLOCO PARLAMENTAR**

PARTIDO / BLOCO PARLAMENTAR	TITULARES		SUPLENTE		TOTAL	
	Distribuição de vagas	Composição efetiva	Distribuição de vagas	Composição efetiva	Distribuição de vagas	Composição efetiva
1. PT	7	5	7	6	14	11
2. PMDB	6	4	6	5	12	9
3. PSDB	4	4	4	4	8	8
4. PP	3	3	3	2	6	5
5. DEM	3	1	3	3	6	4
6. PR	3	3	3	5	6	8
7. PSB	3	4	3	3	6	7
8. PDT	2	2	2	1	4	3
9. BLOCO PV, PPS	2	3	2	2	4	5
10. PTB	2	0	2	1	4	1
11. PSC	1	2	1	3	2	5
12. PCdoB	1	1	1	1	2	2
13. PRB	1	2	1	1	2	3
14. PMN	1	0	1	0	2	0
15. PTdoB	1	0	1	0	2	0
16. PSD	0	4	0	1	0	5
17. PRTB	0	1	0	0	0	1
18. PSL	0	0	0	1	0	1
<b>TOTAIS</b>	<b>40</b>	<b>39</b>	<b>40</b>	<b>39</b>	<b>80</b>	<b>78</b>

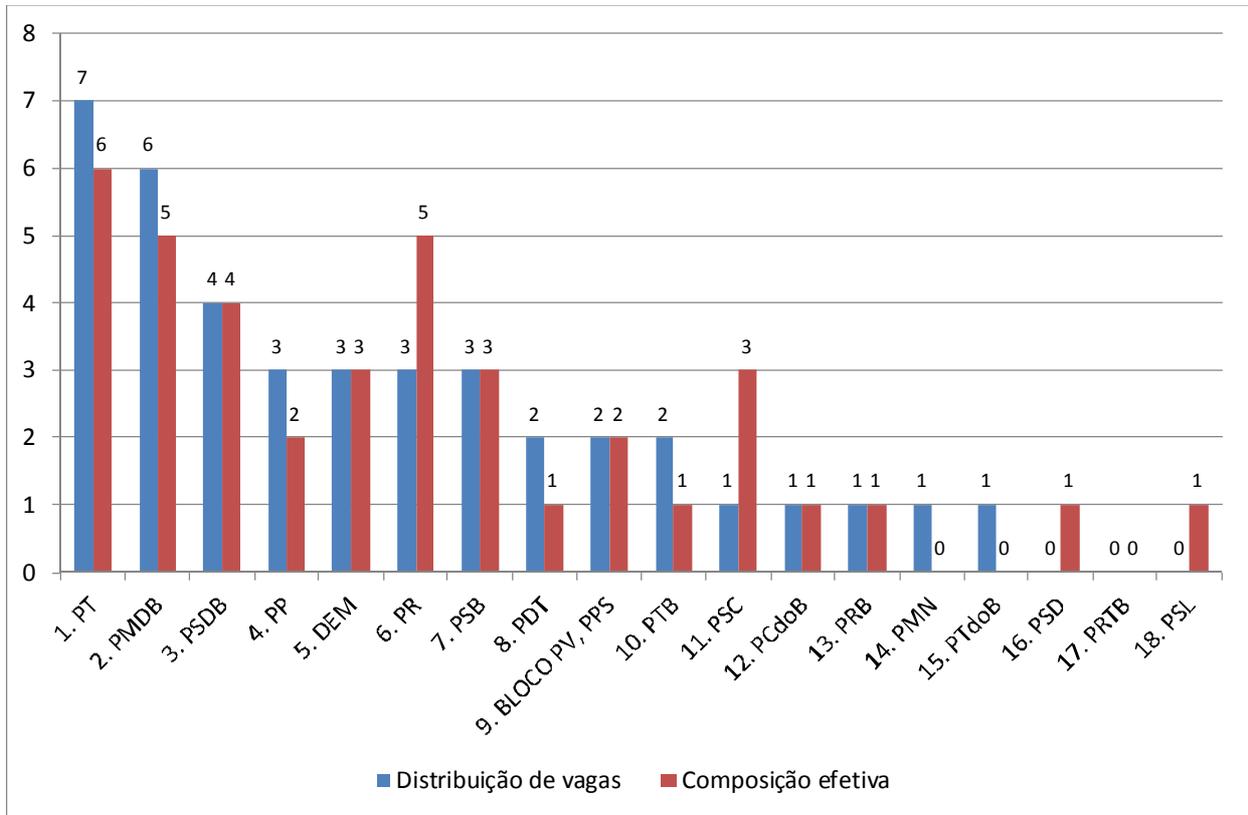
**TOTAL**



**TITULARES**



**SUPLENTE**



**2 – FREQUÊNCIA**

LEGENDA	
EVENTOS	FREQUÊNCIA
AP - Audiência pública	A - Ausência
APC - Audiência pública conjunta	AJ - Ausência justificada
RD - Reunião deliberativa	P - Presença
RDE - Reunião deliberativa extraordinária	(-) Não membro da comissão na data
RE - Reunião de eleição da Mesa	
SM - Seminário	

**A. Período: 1º/03/2011 a 04/05/2011**

Parlamentares	2 mar RE	16 mar RE	16 mar RDE	23 mar RD	6 abr AP	12 abr AP	13 abr RD	27 abr AP	4 mai RD
Antônia Lúcia	P	P	P	P	P	A	P	P	P
Antonio Imbassahy	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Ariosto Holanda	P	A	A	P	A	A	P	P	P
Arnon Bezerra	-	P	P	-	P	-	P	-	-
Arolde de Oliveira	A	P	P	P	P	A	P	P	P
Aureo	P	P	P	P	P	AJ	P	P	P
Benjamin Maranhão	P	-	-	-	-	-	-	-	-
Beto Faro	P	-	-	-	-	-	-	-	-
Beto Mansur	A	P	P	A	P	AJ	A	A	A
Biffi	-	-	-	-	P	-	P	P	P
Brizola Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bruno Araújo	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Carlinhos Almeida	-	P	P	P	P	P	P	P	P
Carlos Souza	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cleber Verde	P	P	P	A	P	A	P	P	A
Dalva Figueiredo	-	P	P	P	P	-	P	P	-
Davi Alves Silva Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diego Andrade	P	-	-	-	-	-	-	-	-
Domingos Neto	-	P	P	P	AJ	P	P	P	-
Dr. Adilson Soares	P	A	A	P	P	A	P	A	P
Dr. Grilo	P	-	-	-	P	P	P	P	P
Edson Silva	-	-	-	-	P	-	P	-	-
Eduardo Azeredo	P	P	P	P	AJ	P	P	P	P
Eduardo Sciarra	P	P	P	P	P	-	-	-	-
Eli Correa Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emiliano José	P	P	P	A	A	A	P	P	P

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

<b>Parlamentares</b>	<b>2 mar RE</b>	<b>16 mar RE</b>	<b>16 mar RDE</b>	<b>23 mar RD</b>	<b>6 abr AP</b>	<b>12 abr AP</b>	<b>13 abr RD</b>	<b>27 abr AP</b>	<b>4 mai RD</b>
Evandro Milhomen	-	-	-	-	P	-	-	-	-
Félix Mendonça Júnior	-	P	P	P	P	P	P	P	-
Fernando Marroni	P	-	-	P	-	-	P	P	P
Francisco Floriano	A	P	P	P	P	A	P	P	P
Gilmar Machado	P	P	P	P	P	P	P	A	P
Gorete Pereira	-	P	P	-	P	-	-	-	P
Hermes Parcianello	A	A	A	P	P	A	P	P	P
Hugo Motta	A	P	P	P	P	P	P	P	P
Izalci	P	P	P	P	P	P	P	P	P
José Rocha	P	P	P	P	P	A	A	P	P
Joseph Bandeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Josias Gomes	P	-	-	-	P	-	P	P	-
Júlio Campos	P	P	P	P	P	A	A	P	P
Júnior Coimbra	P	P	P	-	P	-	P	P	P
Lindomar Garçon	P	P	P	P	P	A	P	P	P
Luciana Santos	A	P	P	P	P	P	AJ	P	P
Luiz Noé	P	-	-	-	P	-	P	P	-
Luiza Erundina	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Manoel Junior	-	P	P	-	P	-	-	AJ	P
Manoel Salviano	P	P	P	P	P	A	P	P	P
Marcelo Aguiar	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Márcio Marinho	P	P	P	P	P	A	P	P	P
Marcos Montes	P	P	P	P	A	A	P	P	P
Marllos Sampaio	A	P	P	P	P	P	P	P	A
Mendes Ribeiro Filho	P	-	-	P	P	-	P	-	-
Milton Monti	-	P	P	-	P	-	AJ	P	P
Miro Teixeira	P	P	P	P	P	P	P	P	A
Missionário José Olímpio	P	AJ	AJ	P	P	P	P	P	P
Newton Lima	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Pastor Eurico	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Paulo Abi-Ackel	-	P	P	-	-	-	-	-	-
Paulo Foletto	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Paulo Wagner	P	P	P	P	P	AJ	P	P	P
Ratinho Junior	A	P	P	P	A	A	P	P	P
Reinaldo Azambuja	P	P	P	-	-	-	-	-	-
Renzo Braz	-	-	-	P	-	-	-	-	P
Ribamar Alves	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Rodrigo de Castro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rodrigo Garcia	-	-	-	-	-	-	-	-	-

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

<b>Parlamentares</b>	<b>2 mar RE</b>	<b>16 mar RE</b>	<b>16 mar RDE</b>	<b>23 mar RD</b>	<b>6 abr AP</b>	<b>12 abr AP</b>	<b>13 abr RD</b>	<b>27 abr AP</b>	<b>4 mai RD</b>
Rodrigo Maia	-	-	-	-	-	-	-	-	P
Rogério Peninha Mendonça	P	P	P	P	A	A	P	P	P
Romero Rodrigues	P	P	P	-	P	P	P	P	P
Ruy Carneiro	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Salvador Zimbaldi	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Sandes Júnior	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Sandro Alex	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Sergio Zveiter	-	-	-	AJ	-	-	-	-	-
Sibá Machado	P	P	P	P	P	P	A	P	P
Silas Câmara	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Stefano Aguiar	P	P	P	-	P	-	P	P	-
Stepan Nercessian	-	P	P	-	P	-	P	-	-
Takayama	P	-	-	P	-	-	P	P	-
Taumaturgo Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Waldir Maranhão	-	-	-	-	P	-	P	P	P
Walter lhoshi	P	-	-	P	-	P	P	P	P
Wellington Roberto	P	P	P	-	P	-	P	P	P
Wilson Filho	-	P	P	P	P	-	-	P	-
Zequinha Marinho	P	P	P	P	P	-	-	-	P

**B. Período: 05/05/2011 a 1º/06/2011**

<b>Parlamentares</b>	<b>10 mai AP</b>	<b>11 mai RD</b>	<b>17 mai SM</b>	<b>18 mai AP</b>	<b>24 mai RD</b>	<b>24 mai AP</b>	<b>25 mai RD</b>	<b>31 mai AP</b>	<b>1º jun RD</b>
Antônia Lúcia	A	P	A	A	P	P	P	A	P
Antonio Imbassahy	P	P	A	P	P	P	P	P	P
Ariosto Holanda	A	P	A	P	A	A	P	A	P
Arnon Bezerra	-	-	-	-	P	P	-	-	-
Arolde de Oliveira	A	P	A	P	A	A	P	A	A
Aureo	A	P	A	P	P	P	A	P	P
Benjamin Maranhão	-	P	-	-	-	-	-	-	-
Beto Faro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Beto Mansur	AJ	A	AJ	AJ	P	P	A	AJ	A
Biffi	-	-	-	-	P	P	P	-	P
Brizola Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bruno Araújo	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Carlinhos Almeida	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Carlos Souza	-	-	-	P	-	-	-	-	-

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

<b>Parlamentares</b>	<b>10 mai AP</b>	<b>11 mai RD</b>	<b>17 mai SM</b>	<b>18 mai AP</b>	<b>24 mai RD</b>	<b>24 mai AP</b>	<b>25 mai RD</b>	<b>31 mai AP</b>	<b>1º jun RD</b>
Cleber Verde	A	P	A	P	A	A	A	P	P
Dalva Figueiredo	-	P	-	-	-	-	-	-	P
Davi Alves Silva Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diego Andrade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Domingos Neto	P	P	P	-	P	P	-	P	P
Dr. Adilson Soares	A	P	A	P	A	A	A	P	P
Dr. Grilo	P	-	-	-	P	P	P	-	-
Edson Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eduardo Azeredo	P	P	-	P	P	P	P	P	P
Eli Correa Filho	-	-	-	-	-	-	P	-	P
Emiliano José	A	P	P	P	A	A	P	A	P
Evandro Milhomen	-	-	-	P	-	-	-	-	-
Fábio Ramalho	-	P	P	-	P	P	-	P	-
Félix Mendonça Júnior	P	P	P	-	P	P	-	-	-
Fernando Marroni	-	-	AJ	AJ	-	-	-	-	-
Francisco Floriano	P	P	A	A	P	P	A	A	P
Gilmar Machado	A	P	P	A	P	P	P	P	P
Gorete Pereira	-	P	-	P	-	-	P	-	P
Hermes Parcianello	A	P	A	P	A	A	P	A	P
Hugo Motta	P	P	A	A	P	P	P	A	P
Izalci	P	P	P	-	P	P	P	P	P
Jhonatan de Jesus	-	-	-	-	-	-	-	-	P
José Rocha	A	A	A	P	P	P	P	P	P
Joseph Bandeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Josias Gomes	-	-	-	-	-	-	P	-	-
Júlio Campos	A	A	A	A	A	A	P	A	P
Júnior Coimbra	-	AJ	-	-	-	-	-	-	AJ
Lindomar Garçon	A	A	A	A	A	A	P	A	P
Luciana Santos	P	AJ	A	AJ	P	P	P	P	P
Luiz Noé	-	P	-	-	-	-	P	-	P
Luiza Erundina	A	P	A	P	P	P	P	A	P
Manoel Junior	-	P	-	-	P	P	P	-	P
Manoel Salviano	P	P	P	P	P	P	P	A	A
Marcelo Aguiar	P	AJ	P	P	P	P	P	P	A
Márcio Marinho	A	P	A	AJ	P	P	P	A	P
Marcos Montes	A	P	A	P	P	P	A	A	P
Marllos Sampaio	A	P	A	P	P	P	AJ	A	P
Milton Monti	-	P	P	-	P	P	P	-	-
Miro Teixeira	P	A	A	A	A	A	A	A	P

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

<b>Parlamentares</b>	<b>10 mai AP</b>	<b>11 mai RD</b>	<b>17 mai SM</b>	<b>18 mai AP</b>	<b>24 mai RD</b>	<b>24 mai AP</b>	<b>25 mai RD</b>	<b>31 mai AP</b>	<b>1º jun RD</b>
Missionário José Olímpio	P	P	P	P	AJ	AJ	A	P	P
Newton Lima	P	P	A	A	AJ	AJ	P	P	P
Pastor Eurico	P	P	P	A	P	P	P	P	P
Paulo Abi-Ackel	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Foletto	P	P	P	A	P	P	P	P	P
Paulo Wagner	AJ	P	AJ	AJ	A	AJ	P	AJ	AJ
Ratinho Junior	A	P	A	A	P	P	P	AJ	AJ
Renzo Braz	P	P	-	P	-	-	-	P	P
Ribamar Alves	P	P	A	A	P	P	A	P	P
Rodrigo de Castro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rodrigo Maia	-	-	-	-	P	P	-	-	P
Rogério Peninha Mendonça	A	P	A	P	P	P	P	P	P
Romero Rodrigues	P	P	-	P	P	P	P	-	P
Ruy Carneiro	P	P	P	P	P	P	A	P	P
Salvador Zimbaldi	P	P	P	P	P	P	A	P	P
Sandes Júnior	A	P	A	P	P	P	P	A	P
Sandro Alex	P	P	P	P	P	P	P	P	AJ
Sibá Machado	P	P	P	A	P	P	A	P	P
Silas Câmara	A	P	A	P	P	P	P	P	A
Stefano Aguiar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Stepan Nercessian	-	-	-	P	-	-	-	-	-
Takayama	-	-	-	P	P	P	-	-	-
Waldir Maranhão	-	P	-	-	-	-	-	-	P
Walter Ihoshi	-	P	-	P	P	P	P	-	P
Wellington Roberto	-	P	-	P	-	-	P	-	P
Wilson Filho	-	-	-	-	P	P	-	-	-
Wladimir Costa	-	P	-	-	-	-	P	-	P
Zequinha Marinho	-	-	-	P	P	P	-	P	-

**C. Período: 02/06/2011 a 03/08/2011**

<b>Parlamentares</b>	<b>7 jun AP</b>	<b>8 jun RD</b>	<b>8 jun RDE</b>	<b>14 jun AP</b>	<b>15 jun RD</b>	<b>29 jun RD</b>	<b>6 jul RD</b>	<b>13 jul APC</b>	<b>3 ago RD</b>
Antônia Lúcia	A	A	A	A	A	P	P	A	A
Antonio Imbassahy	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Ariosto Holanda	A	P	P	A	P	P	P	A	P
Arnon Bezerra	P	-	-	-	-	-	-	-	-
Arolde de Oliveira	P	P	P	P	P	P	P	P	P

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

<b>Parlamentares</b>	<b>7 jun AP</b>	<b>8 jun RD</b>	<b>8 jun RDE</b>	<b>14 jun AP</b>	<b>15 jun RD</b>	<b>29 jun RD</b>	<b>6 jul RD</b>	<b>13 jul APC</b>	<b>3 ago RD</b>
Aureo	A	P	P	P	P	P	P	P	P
Benjamin Maranhão	-	-	-	-	P	-	P	-	-
Beto Faro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Beto Mansur	AJ	A	A	AJ	AJ	A	A	A	A
Biffi	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brizola Neto	-	-	-	-	-	P	-	-	-
Bruno Araújo	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Carlinhos Almeida	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Carlos Souza	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cleber Verde	A	P	P	P	P	A	P	A	P
Dalva Figueiredo	-	-	-	-	-	P	P	-	P
Davi Alves Silva Júnior	-	-	-	P	-	-	-	-	P
Domingos Neto	-	P	P	P	P	P	-	-	-
Dr. Adilson Soares	A	A	A	A	A	P	A	A	P
Dr. Grilo	P	P	P	P	P	P	-	P	-
Edson Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eduardo Azeredo	P	P	P	P	P	P	-	P	P
Eli Correa Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emiliano José	A	A	A	A	P	P	A	P	P
Evandro Milhomen	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fábio Ramalho	-	-	-	-	P	P	-	P	-
Félix Mendonça Júnior	P	P	P	-	P	-	-	-	-
Fernando Marroni	-	-	-	-	-	P	-	-	-
Francisco Floriano	A	P	P	A	P	P	AJ	A	P
Gilmar Machado	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Gorete Pereira	-	-	-	AJ	AJ	-	-	P	-
Hermes Parcianello	A	P	P	A	P	P	P	A	P
Hugo Motta	P	P	P	P	P	A	P	P	P
Izalci	P	P	P	-	P	P	P	P	P
Jhonatan de Jesus	-	P	P	-	P	P	P	P	P
José Rocha	P	P	P	P	P	P	AJ	AJ	P
Joseph Bandeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Josias Gomes	-	-	-	P	-	P	-	-	-
Júlio Campos	P	P	P	A	P	P	P	A	P
Júnior Coimbra	P	-	-	-	-	-	-	P	-
Lindomar Garçon	A	A	A	P	A	A	A	A	P
Luciana Santos	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Luiz Noé	-	P	P	-	P	P	-	P	P
Luiza Erundina	A	P	P	A	P	P	P	P	P

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

<b>Parlamentares</b>	<b>7 jun AP</b>	<b>8 jun RD</b>	<b>8 jun RDE</b>	<b>14 jun AP</b>	<b>15 jun RD</b>	<b>29 jun RD</b>	<b>6 jul RD</b>	<b>13 jul APC</b>	<b>3 ago RD</b>
Manoel Junior	P	-	-	-	-	P	-	-	P
Manoel Salviano	P	P	P	A	A	P	P	P	P
Marcelo Aguiar	P	P	P	P	P	P	P	P	A
Márcio Marinho	A	P	P	A	P	P	P	A	P
Marcos Montes	A	P	P	A	P	P	P	A	P
Mário de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marlos Sampaio	A	P	P	A	AJ	AJ	P	A	P
Milton Monti	-	P	P	-	AJ	P	P	P	P
Miro Teixeira	A	A	A	A	P	P	P	P	P
Missionário José Olímpio	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Newton Lima	A	P	P	P	P	P	P	P	AJ
Pastor Eurico	P	A	A	P	P	P	P	A	P
Paulo Abi-Ackel	-	P	P	-	-	P	-	-	-
Paulo Foletto	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Paulo Wagner	AJ	P	P	AJ	P	P	P	P	P
Ratinho Junior	A	P	P	A	P	P	P	A	P
Renzo Braz	-	P	P	-	P	P	P	-	P
Ribamar Alves	A	P	P	P	A	P	P	A	P
Rodrigo de Castro	-	P	P	-	-	-	-	-	-
Rodrigo Maia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rogério Peninha Mendonça	A	P	P	A	P	A	A	P	P
Romero Rodrigues	P	P	P	-	-	P	P	P	P
Ruy Carneiro	P	P	P	P	A	AJ	P	A	P
Salvador Zimbaldi	A	P	P	P	P	P	P	P	P
Sandes Júnior	A	P	P	A	P	P	P	P	P
Sandro Alex	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Sibá Machado	A	P	P	P	P	P	A	P	P
Silas Câmara	P	P	P	A	AJ	A	AJ	A	AJ
Stefano Aguiar	-	P	P	-	P	-	-	-	-
Stepan Nercessian	-	-	-	-	P	-	AJ	-	P
Takayama	-	-	-	-	-	P	P	-	-
Waldir Maranhão	-	P	P	-	-	-	P	-	P
Walter Ihoshi	-	P	P	-	-	P	P	-	P
Wellington Roberto	-	P	P	-	P	P	P	P	P
Wilson Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Wladimir Costa	-	P	P	-	P	P	-	-	-
Zequinha Marinho	-	P	P	-	-	P	-	-	P

D. Período: 04/08/2011 a 30/08/2011

Parlamentares	9 ago AP	10 ago RD	16 ago SM	17 ago RD	17 ago AP	17 ago SM	23 ago AP	24 ago SM	30 ago SM
Antônia Lúcia	P	P	A	A	A	A	AJ	A	A
Antonio Imbassahy	A	P	A	P	P	A	P	A	A
Ariosto Holanda	A	P	A	P	P	A	P	A	A
Arnon Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arolde de Oliveira	A	A	A	P	P	A	AJ	A	A
Aureo	A	A	A	P	P	A	A	A	A
Benjamin Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Beto Faro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Beto Mansur	A	A	A	A	A	A	A	A	A
Biffi	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brizola Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bruno Araújo	P	P	A	P	P	A	P	A	A
Carlinhos Almeida	P	P	A	P	P	A	P	A	A
Carlos Souza	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cleber Verde	P	P	A	A	A	A	A	A	A
Dalva Figueiredo	-	-	-	-	-	-	P	-	-
Davi Alves Silva Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Domingos Neto	P	P	-	P	P	-	-	-	-
Dr. Adilson Soares	P	P	A	P	P	A	A	A	A
Dr. Grilo	P	P	-	P	P	-	-	-	-
Edson Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eduardo Azeredo	P	P	-	P	P	-	-	-	-
Eli Correa Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emiliano José	A	P	A	P	P	A	P	A	A
Evandro Milhomen	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fábio Ramalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Félix Mendonça Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fernando Marroni	-	P	-	-	-	-	-	-	-
Francisco Floriano	A	P	A	P	P	A	AJ	A	A
Gilmar Machado	P	P	A	P	P	A	P	A	A
Gorete Pereira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hermes Parcianello	A	P	A	P	P	A	A	A	A
Hugo Motta	P	P	A	P	P	A	A	A	A
Izalci	P	P	-	P	P	-	P	-	-
Jhonatan de Jesus	-	P	-	P	P	-	-	-	-
José Rocha	P	P	A	P	P	A	P	A	A
Joseph Bandeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

<b>Parlamentares</b>	<b>9 ago AP</b>	<b>10 ago RD</b>	<b>16 ago SM</b>	<b>17 ago RD</b>	<b>17 ago AP</b>	<b>17 ago SM</b>	<b>23 ago AP</b>	<b>24 ago SM</b>	<b>30 ago SM</b>
Josias Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Júlio Campos	A	P	A	P	P	A	A	A	A
Júnior Coimbra	P	-	-	-	-	-	-	-	-
Lindomar Garçon	A	P	A	P	P	A	A	A	A
Luciana Santos	AJ	P	A	P	P	A	P	A	A
Luiz Noé	-	P	-	P	P	-	-	-	-
Luiza Erundina	P	P	A	P	P	A	P	A	A
Manoel Junior	-	-	-	P	P	-	P	-	-
Manoel Salviano	A	P	A	A	A	A	A	A	A
Marcelo Aguiar	P	P	A	P	P	A	A	A	A
Márcio Marinho	P	P	A	P	P	A	A	A	A
Marcos Montes	A	P	A	P	P	A	A	A	A
Mário de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marlos Sampaio	A	P	A	A	AJ	A	A	A	A
Milton Monti	P	P	-	P	P	-	-	-	-
Miro Teixeira	A	P	A	P	P	A	A	A	A
Missionário José Olímpio	AJ	AJ	A	AJ	AJ	A	AJ	A	A
Newton Lima	AJ	P	A	P	P	A	P	A	A
Onyx Lorenzoni	-	-	-	-	-	-	P	-	-
Pastor Eurico	A	P	A	P	P	A	P	A	A
Pauderney Avelino	-	-	-	-	-	-	P	-	-
Paulo Abi-Ackel	-	P	-	P	P	-	-	-	-
Paulo Foletto	P	P	A	P	P	A	P	A	A
Paulo Wagner	AJ	P	A	P	P	A	AJ	A	A
Ratinho Junior	A	A	A	P	P	A	A	A	A
Renzo Braz	-	P	-	-	-	-	-	-	-
Ribamar Alves	A	P	A	P	P	A	P	A	A
Rodrigo de Castro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rodrigo Maia	-	-	-	-	-	-	P	-	-
Rogério Peninha Mendonça	A	P	A	P	P	A	P	A	A
Romero Rodrigues	-	P	-	P	P	-	-	-	-
Ruy Carneiro	P	A	A	P	P	A	P	A	A
Salvador Zimbaldi	P	P	A	P	P	A	A	A	A
Sandes Júnior	A	P	A	P	P	A	P	A	A
Sandro Alex	AJ	P	A	P	P	A	P	A	A
Sibá Machado	A	P	A	P	P	A	A	A	A
Silas Câmara	P	P	A	P	P	A	AJ	A	A
Stepan Nercessian	-	P	-	P	P	-	-	-	-
Takayama	P	-	-	-	-	-	-	-	-

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

<b>Parlamentares</b>	<b>9 ago AP</b>	<b>10 ago RD</b>	<b>16 ago SM</b>	<b>17 ago RD</b>	<b>17 ago AP</b>	<b>17 ago SM</b>	<b>23 ago AP</b>	<b>24 ago SM</b>	<b>30 ago SM</b>
Waldir Maranhão	-	P	-	P	P	-	-	-	-
Walter Ihoshi	AJ	AJ	-	P	P	-	-	-	-
Wellington Roberto	-	P	-	P	P	-	-	-	-
Wilson Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Wladimir Costa	-	P	-	P	P	-	-	-	-
Zequinha Marinho	-	P	-	P	P	-	P	-	-

**E. Período:** 31/08/2011 a 19/10/2011

<b>Parlamentares</b>	<b>31 ago SM</b>	<b>14 set RD</b>	<b>20 set AP</b>	<b>21 set RD</b>	<b>27 set AP</b>	<b>28 set RD</b>	<b>5 out RD</b>	<b>18 out AP</b>	<b>19 out RD</b>
Antônia Lúcia	A	P	A	A	AJ	AJ	P	A	A
Antonio Imbassahy	A	P	P	P	A	P	P	A	P
Ariosto Holanda	A	P	A	P	A	P	P	A	P
Arnon Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arolde de Oliveira	A	P	P	P	AJ	AJ	P	A	A
Aureo	A	A	A	A	A	P	A	A	P
Benjamin Maranhão	-	-	-	-	AJ	-	-	-	-
Beto Faro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Beto Mansur	A	A	A	A	A	A	A	AJ	AJ
Biffi	-	-	-	P	-	-	-	-	-
Brizola Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bruno Araújo	A	P	P	P	P	P	P	P	P
Carlinhos Almeida	A	P	P	P	P	AJ	P	P	P
Carlos Souza	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cleber Verde	A	P	P	P	A	P	P	P	P
Dalva Figueiredo	-	P	-	P	-	-	-	-	P
Davi Alves Silva Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Domingos Neto	-	P	P	P	P	P	-	-	P
Dr. Adilson Soares	A	P	A	P	A	A	P	A	P
Dr. Grilo	-	-	P	P	P	-	-	P	P
Duarte Nogueira	-	-	-	-	-	-	-	A	-
Edson Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eduardo Azeredo	-	P	P	P	-	-	P	-	P
Eli Correa Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emiliano José	A	P	A	A	P	P	P	P	P
Evandro Milhomen	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fábio Ramalho	-	-	-	-	P	-	P	-	P

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

<b>Parlamentares</b>	<b>31 ago SM</b>	<b>14 set RD</b>	<b>20 set AP</b>	<b>21 set RD</b>	<b>27 set AP</b>	<b>28 set RD</b>	<b>5 out RD</b>	<b>18 out AP</b>	<b>19 out RD</b>
Félix Mendonça Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fernando Marroni	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Francisco Floriano	A	P	A	P	A	P	P	A	P
Gilmar Machado	A	P	A	P	P	P	P	A	P
Gorete Pereira	-	-	-	-	-	P	-	-	-
Hermes Parcianello	A	P	A	P	A	P	P	A	P
Hugo Motta	A	P	A	A	A	A	P	A	P
Izalci	-	P	P	P	P	P	P	P	P
Jhonatan de Jesus	-	P	-	P	-	P	P	-	P
José Rocha	A	P	A	P	P	P	P	A	A
Joseph Bandeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Josias Gomes	-	P	-	-	-	P	P	-	-
Júlio Campos	A	P	A	P	A	P	P	P	P
Júnior Coimbra	-	-	-	-	P	-	-	-	-
Lindomar Garçon	A	A	A	A	A	A	A	A	A
Luciana Santos	A	P	A	P	P	P	P	A	P
Luiz Noé	-	P	-	P	-	P	P	-	P
Luiza Erundina	A	P	A	P	A	P	P	A	P
Manoel Junior	-	-	-	-	-	P	-	-	-
Manoel Salviano	A	A	A	A	A	A	A	-	-
Marcelo Aguiar	A	P	A	P	P	P	P	P	P
Márcio Marinho	A	P	A	P	A	A	P	A	P
Marcos Montes	A	P	A	A	A	A	A	A	P
Mário de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marllos Sampaio	A	P	A	A	A	AJ	A	A	A
Milton Monti	-	P	-	-	-	P	P	-	P
Miro Teixeira	A	P	A	A	P	P	A	P	P
Missionário José Olímpio	A	P	A	AJ	AJ	P	P	P	P
Newton Lima	A	P	P	P	P	P	P	P	P
Pastor Eurico	A	P	P	P	AJ	P	AJ	AJ	AJ
Paulo Abi-Ackel	-	P	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Foletto	A	P	P	A	P	P	P	P	P
Paulo Wagner	A	P	AJ	P	AJ	P	P	AJ	P
Ratinho Junior	A	P	P	P	A	P	P	A	P
Renzo Braz	-	P	-	-	-	-	P	-	-
Ribamar Alves	A	P	A	P	A	P	P	A	P
Rodrigo de Castro	-	-	-	-	-	-	-	A	A
Rodrigo Maia	-	-	-	-	-	-	-	P	-
Rogério Peninha Mendonça	A	P	A	P	A	P	P	A	P

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

<b>Parlamentares</b>	<b>31 ago SM</b>	<b>14 set RD</b>	<b>20 set AP</b>	<b>21 set RD</b>	<b>27 set AP</b>	<b>28 set RD</b>	<b>5 out RD</b>	<b>18 out AP</b>	<b>19 out RD</b>
Romero Rodrigues	-	P	-	-	-	P	P	P	P
Ruy Carneiro	A	P	A	P	A	P	P	A	P
Salvador Zimbaldi	A	P	A	P	P	P	P	A	P
Sandes Júnior	A	P	A	P	A	P	P	A	P
Sandro Alex	A	P	P	P	P	P	P	P	P
Sibá Machado	A	P	A	P	P	P	P	P	AJ
Silas Câmara	A	P	A	A	A	A	A	A	A
Stepan Nercessian	-	P	P	P	P	P	P	-	P
Takayama	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Waldir Maranhão	-	P	-	-	-	P	P	-	P
Walter Ihoshi	-	P	-	P	-	P	P	P	P
Wellington Roberto	-	P	-	-	-	P	P	-	P
Wilson Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Wladimir Costa	-	-	-	-	-	-	P	-	-
Zequinha Marinho	-	-	-	-	-	P	P	-	P

**F. Período:** 20/10/2011 a 30/11/2011

<b>Parlamentares</b>	<b>25 out AP</b>	<b>26 out RD</b>	<b>8 nov AP</b>	<b>9 nov RDE</b>	<b>10 nov RD</b>	<b>23 nov RD</b>	<b>23 nov RDE</b>	<b>29 nov APC</b>	<b>30 nov RD</b>
Antônia Lúcia	AJ	AJ	A	A	AJ	A	A	A	A
Antonio Imbassahy	A	P	P	P	P	P	P	P	P
Ariosto Holanda	A	P	A	P	A	P	P	P	P
Arnon Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arolde de Oliveira	AJ	AJ	AJ	AJ	P	P	P	P	A
Augusto Coutinho	-	-	P	-	-	P	P	-	-
Aureo	A	P	A	P	P	P	P	A	P
Benjamin Maranhão	P	-	-	-	-	-	-	-	-
Beto Faro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Beto Mansur	A	A	A	A	A	A	A	A	A
Biffi	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brizola Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bruno Araújo	A	P	P	A	P	P	P	A	P
Carlinhos Almeida	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Carlos Souza	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cleber Verde	A	A	A	P	P	P	P	A	A
Dalva Figueiredo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Davi Alves Silva Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

<b>Parlamentares</b>	<b>25 out AP</b>	<b>26 out RD</b>	<b>8 nov AP</b>	<b>9 nov RDE</b>	<b>10 nov RD</b>	<b>23 nov RD</b>	<b>23 nov RDE</b>	<b>29 nov APC</b>	<b>30 nov RD</b>
Domingos Neto	P	P	-	-	-	-	-	-	P
Dr. Adilson Soares	A	P	P	P	A	A	A	A	P
Dr. Grilo	P	P	P	-	-	-	-	P	P
Edson Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eduardo Azeredo	-	P	-	P	P	P	P	-	P
Eli Correa Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emanuel Fernandes	-	-	-	-	-	-	-	-	P
Emiliano José	AJ	AJ	P	P	A	P	P	A	P
Evandro Milhomen	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fábio Ramalho	-	P	-	-	-	P	P	-	-
Félix Mendonça Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fernando Marroni	-	-	-	P	P	-	-	-	-
Francisco Floriano	A	A	A	P	A	P	P	A	P
Gilmar Machado	P	A	P	P	P	P	P	P	P
Gorete Pereira	-	-	-	-	-	P	P	-	-
Hermes Parcianello	A	P	A	P	A	A	P	A	P
Hugo Motta	P	P	A	P	A	A	A	A	P
Izalci	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Jhonatan de Jesus	-	P	-	-	-	P	P	-	P
José Rocha	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Joseph Bandeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Josias Gomes	-	P	-	P	-	P	P	-	P
Júlio Campos	P	P	A	P	A	P	P	A	P
Júnior Coimbra	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lindomar Garçon	A	A	A	P	A	-	-	-	-
Luciana Santos	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Luiz Noé	-	-	-	P	-	P	P	-	-
Luiza Erundina	AJ	AJ	P	P	P	P	P	A	P
Manoel Junior	-	-	-	-	-	P	P	-	-
Marcelo Aguiar	P	P	P	A	A	P	P	P	P
Márcio Marinho	A	P	A	P	P	A	A	A	P
Marcos Montes	A	P	A	A	P	P	P	A	P
Mário de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marllos Sampaio	A	A	AJ	AJ	A	A	A	A	A
Milton Monti	-	P	P	P	-	P	P	-	P
Miro Teixeira	A	P	A	A	A	P	P	A	P
Missionário José Olímpio	A	P	P	P	P	A	A	P	P
Newton Lima	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Pastor Eurico	P	P	P	P	AJ	P	P	P	P

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

<b>Parlamentares</b>	<b>25 out AP</b>	<b>26 out RD</b>	<b>8 nov AP</b>	<b>9 nov RDE</b>	<b>10 nov RD</b>	<b>23 nov RD</b>	<b>23 nov RDE</b>	<b>29 nov APC</b>	<b>30 nov RD</b>
Paulo Abi-Ackel	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Foletto	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Paulo Wagner	AJ	P	P	P	P	P	P	A	P
Ratinho Junior	P	P	A	P	A	P	P	A	P
Renzo Braz	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ribamar Alves	P	P	P	P	A	A	A	A	P
Rodrigo de Castro	A	A	A	A	P	A	A	A	A
Rodrigo Maia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rogério Peninha Mendonça	A	P	A	P	P	P	P	A	A
Romero Rodrigues	-	P	P	-	P	P	P	-	P
Ruy Carneiro	P	P	A	P	A	P	P	A	P
Salvador Zimbaldi	A	P	A	P	A	P	P	A	P
Sandes Júnior	A	P	A	P	A	P	P	A	P
Sandro Alex	AJ	AJ	P	P	P	P	P	P	P
Sibá Machado	P	P	A	P	P	P	P	P	AJ
Silas Câmara	P	P	P	A	A	A	A	A	A
Stepan Nercessian	-	P	-	P	-	P	P	P	P
Takayama	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Waldir Maranhão	-	P	-	P	-	P	P	-	P
Walter Ihoshi	P	P	-	-	-	-	-	-	-
Wellington Roberto	-	-	-	P	-	P	P	-	-
Wilson Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Wladimir Costa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Zequinha Marinho	P	P	-	P	P	-	-	-	P

**G. Período: 1º/12/2011 a 21/12/2011**

<b>Parlamentares</b>	<b>6 dez AP</b>	<b>7 dez RD</b>	<b>7 dez AP</b>	<b>13 dez AP</b>	<b>14 dez RD</b>	<b>15 dez AP</b>
Antônia Lúcia	AJ	AJ	AJ	AJ	AJ	AJ
Antonio Imbassahy	A	P	P	P	P	A
Ariosto Holanda	A	P	P	A	P	A
Arnon Bezerra	-	-	-	-	-	-
Arolde de Oliveira	AJ	AJ	AJ	A	P	A
Augusto Coutinho	P	P	P	-	P	-
Aureo	A	P	P	A	P	A
Benjamin Maranhão	-	-	-	-	-	-
Beto Faro	-	-	-	-	-	-

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

<b>Parlamentares</b>	<b>6 dez AP</b>	<b>7 dez RD</b>	<b>7 dez AP</b>	<b>13 dez AP</b>	<b>14 dez RD</b>	<b>15 dez AP</b>
Beto Mansur	A	A	A	A	A	A
Biffi	-	-	-	-	-	-
Bruno Araújo	A	P	P	P	P	P
Carlinhos Almeida	P	P	P	P	P	P
Carlos Souza	-	-	-	-	-	-
Cleber Verde	A	A	A	A	A	A
Dalva Figueiredo	P	P	P	-	-	-
Davi Alves Silva Júnior	-	-	-	-	-	-
Domingos Neto	P	-	-	-	P	-
Dr. Adilson Soares	A	P	P	A	A	A
Dr. Grilo	P	-	-	P	-	-
Edson Silva	-	-	-	-	-	-
Eduardo Azeredo	P	P	P	-	-	-
Eli Correa Filho	-	-	-	-	-	-
Emanuel Fernandes	-	P	P	P	P	-
Emiliano José	A	P	P	A	P	A
Evandro Milhomen	-	-	-	-	-	-
Fábio Ramalho	-	P	P	-	-	-
Félix Mendonça Júnior	-	-	-	-	-	-
Fernando Marroni	-	-	-	-	-	-
Francisco Floriano	A	P	P	A	P	A
Gilmar Machado	A	P	P	A	A	A
Gorete Pereira	-	-	-	-	-	-
Hermes Parcianello	A	P	P	A	P	A
Hugo Motta	P	A	A	A	P	A
Izalci	P	P	P	P	P	-
Jhonatan de Jesus	-	-	-	-	-	-
José Rocha	P	P	P	A	P	A
Joseph Bandeira	-	-	-	-	-	-
Josias Gomes	-	-	-	P	-	-
Júlio Campos	A	P	P	A	P	A
Júnior Coimbra	-	-	-	-	-	-
Luciana Santos	P	P	P	A	P	A
Luiz Noé	-	P	P	-	P	-
Luiza Erundina	A	P	P	A	P	P
Manoel Junior	-	P	P	-	-	-
Marcelo Aguiar	A	A	A	P	P	P
Márcio Marinho	A	P	P	A	P	A
Marcos Montes	A	A	A	A	P	A

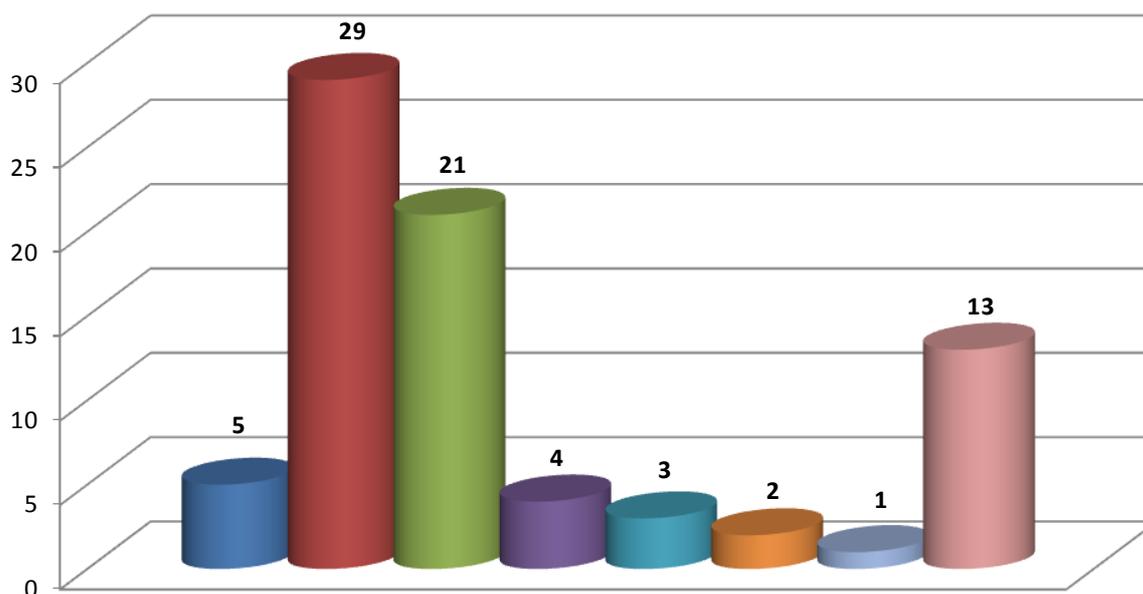
COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

<b>Parlamentares</b>	<b>6 dez AP</b>	<b>7 dez RD</b>	<b>7 dez AP</b>	<b>13 dez AP</b>	<b>14 dez RD</b>	<b>15 dez AP</b>
Mário de Oliveira	-	-	-	-	-	-
Marlos Sampaio	A	A	A	A	A	A
Milton Monti	-	P	P	-	P	-
Miro Teixeira	A	P	P	A	P	A
Missionário José Olímpio	P	P	P	P	P	A
Newton Lima	P	P	P	P	P	P
Pastor Eurico	P	P	P	P	P	P
Paulo Abi-Ackel	-	-	-	-	P	-
Paulo Foletto	P	P	P	P	P	P
Paulo Wagner	A	P	P	A	P	A
Ratinho Junior	A	P	P	A	A	A
Renzo Braz	-	-	-	-	-	-
Ribamar Alves	A	P	P	A	P	A
Rodrigo de Castro	A	A	A	A	A	A
Rodrigo Maia	-	-	-	-	-	-
Rogério Peninha Mendonça	A	P	P	A	P	A
Romero Rodrigues	-	P	P	P	P	-
Ruy Carneiro	P	P	P	A	P	A
Salvador Zimbaldi	A	P	P	P	P	A
Sandes Júnior	A	P	P	A	P	A
Sandro Alex	P	P	P	P	P	P
Sibá Machado	A	P	P	A	P	A
Silas Câmara	A	A	A	A	P	A
Stepan Necessian	-	P	P	P	P	-
Takayama	-	-	-	-	-	-
Waldir Maranhão	-	P	P	-	-	-
Wellington Roberto	-	P	P	-	P	-
Wilson Filho	-	-	-	-	-	-
Wladimir Costa	-	-	-	-	-	-
Zequinha Marinho	-	-	-	-	-	-

### 3 – EVENTOS DA COMISSÃO

#### RESUMO POR MODALIDADE DE EVENTO

EVENTOS REALIZADOS	
Modalidade	Quantidade
Reunião de eleição da Mesa (comissão e subcomissões)	5
Reunião deliberativa	29
Audiência pública	21
Audiência pública conjunta	4
Seminário	3
Seminário conjunto	2
Seminário (participação)	1
Outros eventos	13
<b>Total</b>	<b>78</b>
Reunião encerrada com termo	1
Eventos cancelados	18



- Reunião de eleição da Mesa (comissão e subcomissões) 5
- Reunião deliberativa 29
- Audiência pública 21
- Audiência pública conjunta 4
- Seminário 3
- Seminário conjunto 2
- Seminário (participação) 1
- Outros eventos 13

### 3.1 – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

---

DIA 06/04/11 – 5ª REUNIÃO

---



TEMA: "As iniciativas do Ministério das Comunicações em relação à implementação da banda larga no Brasil, à modernização dos processos administrativos do órgão e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT" (Requerimento nº 1/2011, do Deputado Silas Câmara).

CONVIDADO:

PAULO BERNARDO SILVA  
Ministro de Estado das Comunicações

---

DIA 12/04/11 – 6ª REUNIÃO

---

TEMA: "Debate sobre a necessidade de organizar a sociedade brasileira para o enfrentamento de catástrofes naturais e as recentes ocorrências no país" (Requerimento nº 3/2011, do Deputado Silas Câmara, e Requerimento nº 7/2011, do Deputado Bruno Araújo).

CONVIDADOS:

Almirante de esquadra JULIO SOARES DE MOURA NETO  
Comandante da Marinha

Representante:

Capitão de mar e guerra MARCOS LOURENÇO DE ALMEIDA  
Diretor do Centro de Hidrografia da Marinha

CARLOS AFONSO NOBRE  
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia

---

GILBERTO CÂMARA

Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)

Representante:

OSVALDO LUIZ LEAL DE MORAES

Coordenador do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)

LUCAS VIEIRA BARROS

Chefe do Observatório Sismológico da Universidade de Brasília (UnB)

HUMBERTO DE AZEVEDO VIANA FILHO

Secretário Nacional de Defesa Civil

Ausente

ANTONIO DIVINO MOURA

Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet)

---

DIA 13/04/11 – REUNIÃO CONJUNTA

---



TEMA: “Esclarecimentos sobre o contrato firmado entre a Empresa Brasil de Comunicação e a Tecnet Comércio e Serviços Ltda. para cuidar do sistema de arquivos digitais da TV Brasil”. Evento em conjunto com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (promotora) - Requerimento nº 5/2011, do Deputado Antonio Imbassahy (CCTCI), Requerimento nº 7/2011, do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, e Requerimentos nºs 8 e 9/2011, do Deputado Vanderlei Macris (CFFC).

CONVIDADOS:

JORGE HAGE SOBRINHO

Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União (CGU)

Ausente

UBIRATAN AGUIAR

Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU)

Ausente

TEREZA CRUVINEL

Diretora-presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

DIA 27/04/11 – 8ª REUNIÃO

---



TEMA: "As ações e os investimentos do Ministério da Ciência e Tecnologia para estimular as pesquisas e estudos tecnológicos no país e os projetos do governo afetos a esta comissão" (Requerimento nº 2/2011, do Deputado Silas Câmara, e Requerimento nº 4/2011, dos Deputados Sibá Machado e Newton Lima).

CONVIDADO:

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA  
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

---

DIA 10/05/11 – 10ª REUNIÃO

---



TEMA: "O Programa Nacional de Banda Larga - PNBL" (Requerimento nº 16, de 2011, do Deputado Bruno Araújo, e Requerimento nº 19, de 2011, do Deputado Domingos Neto).

CONVIDADOS:

Embaixador RONALDO SARDENBERG  
Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

Representante:

JOSÉ GONÇALVES NETO

Superintendente de Universalização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

CEZAR ALVAREZ

Secretário-executivo do Ministério das Comunicações

Representante:

NELSON AKIO FUJIMOTO

Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações

ANTONIO CARLOS VALENTE

Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil)

Representante:

EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA

Diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil)

---

DIA 18/05/11 – 12ª REUNIÃO

---



TEMA: "As recentes denúncias contra o sistema de arrecadação e distribuição de direitos autorais" – 1ª Parte (Requerimento nº 35, de 2011, do Deputado Marcelo Aguiar e outros).

CONVIDADOS:

ANA DE HOLLANDA

Ministra de Estado da Cultura

Representantes (2):

CRISTIANO BORGES LOPES

Coordenador-geral de Regulação em Direitos Autorais do Ministério da Cultura

CLIFFOR LUIZ DE ABREU GUIMARÃES

Coordenador-geral de Difusão de Direito Autoral e de Acesso à Cultura do Ministério da Cultura

GLÓRIA BRAGA

Superintendente do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad)

ROBERTO CORRÊA DE MELLO

Presidente da Associação Brasileira de Música e Artes (Abramus)

DIA 24/05/11 – 14ª REUNIÃO

---



TEMA: "As recentes denúncias contra o sistema de arrecadação e distribuição de direitos autorais" – 2ª Parte (Requerimento nº 35, de 2011, do Deputado Marcelo Aguiar e outros).

CONVIDADOS:

CRISTIANO BORGES LOPES  
Coordenador-geral de Regulação em Direitos Autorais do Ministério da Cultura

GLÓRIA BRAGA  
Superintendente do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad)

ROBERTO CORRÊA DE MELLO  
Presidente da Associação Brasileira de Música e Artes (Abramus)

---

DIA 31/05/11 – 16ª REUNIÃO

---



TEMA: "Os contratos de privatização das telecomunicações brasileiras" (Requerimento nº 20, de 2011, do Deputado Silas Câmara).

---

CONVIDADOS:

Embaixador RONALDO SARDENBERG  
Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

Representante:

ROBERTO PINTO MARTINS  
Superintendente de Serviços Públicos da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

LUCAS FURTADO

Procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU)

ANTONIO CARLOS VALENTE

Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil)

Representante:

EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA  
Diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil)

---

DIA 07/06/11 – 18ª REUNIÃO

---



TEMA: "A viabilidade da adoção do novo padrão de tomadas elétricas brasileiras" (Requerimento nº 26, de 2011, dos Deputados Sandro Alex e Bruno Araújo).

CONVIDADOS:

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro)

Representante:

ALFREDO CARLOS ORPHÃO LOBO

Diretor da Qualidade do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro)

ALFREDO CARLOS ORPHÃO LOBO

Diretor da Qualidade do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro)

MAURO MOURA SEVERINO

Professor do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília (UnB)

LISA GUNN

Coordenadora-executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

Representante:

CARLOS THADEU COUCEIRO DE OLIVEIRA

Gerente de Comunicação do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

JOSÉ SEBASTIÃO VIEL

Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI) no Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro)

Substituto:

ANTÔNIO EDUARDO DE SOUZA

Coordenador do Grupo Setorial de Interruptores e Tomadas da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee)

PEDRO BUZATTO COSTA

Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Representante:

GERALDO TAKEO NAWA

Conselheiro da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

---

DIA 08/06/11 – REUNIÃO CONJUNTA

---



TEMA: "Debate acerca das ações estratégicas para o caso de um acidente nuclear no Brasil e da contaminação proveniente do vazamento de gases radioativos (urânio e plutônio)". Evento em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (promotora) - Requerimentos n°s 11 e 12, de 2011 (CCTCI), e 15, de 2011 (CREDN), do Deputado Takayama.

CONVIDADOS:

General de exército JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA

Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Representante:

JOSÉ MAURO ESTEVES DOS SANTOS

Coordenador do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron)

LAÉRCIO ANTONIO VINHAS

Diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen)

DIA 14/06/11 – 21ª REUNIÃO

---



TEMA: "O Programa Espacial Brasileiro" (Requerimento nº 25, de 2011, do Deputado Carlinhos Almeida).

CONVIDADOS:

GILBERTO CÂMARA  
Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)

MARCO ANTONIO RAUPP  
Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB)

Tenente-brigadeiro do ar AILTON DOS SANTOS POHLMANN  
Diretor-geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA)

FERNANDO MORAIS SANTOS  
Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Vale do Paraíba (SindCT)

ROBERTO AMARAL  
Ex-ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

Outros participantes:

FRANCISCO CARLOS MELO PANTOJA  
Brigadeiro-engenheiro do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA)

CARLOS ANTÔNIO DE MAGALHÃES KASEMODEL  
Brigadeiro-engenheiro do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA)

DIA 13/07/11 – 25ª REUNIÃO – REUNIÃO CONJUNTA

---



TEMA: "Debate sobre os crimes na internet, para subsidiar a análise do Projeto de Lei nº 84, de 1999". Evento em conjunto com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (Requerimentos nºs 22, 57, 58 (CCTCI), 62 (CSPCCO) e 33 (CDHM), de 2011, dos Deputados Sandro Alex, Emiliano José, Fernando Francischini e Manuela d'Ávila).

CONVIDADOS:

SERGIO AMADEU DA SILVEIRA

Professor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (Cecs) da Universidade Federal do ABC (UFABC)

GUILHERME VARELLA

Advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

CARLOS AFFONSO PEREIRA SOUZA

Professor da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

RONALDO LEMOS

Diretor do Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Representante:

LUIZ FERNANDO MARREY MONCAU

Professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI

Diretor-presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)

DEMÉTRIO GONZAGA DE OLIVEIRA

Delegado titular do Núcleo de Combate aos Cibercrimes do Estado do Paraná (Nuciber)

VANESSA FUSCO NOGUEIRA SIMÕES

Coordenadora da Promotoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

CARLOS EDUARDO MIGUEL SOBRAL

Chefe da Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal

Ausente

PATRÍCIA PECK PINHEIRO

Advogada

MARCELO LAU  
Diretor-executivo da Data Security

FÁBIO FURTADO RAMOS  
Diretor da Axur Information Security

FERNANDO BOTELHO  
Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)

DEMI GETSCHKO  
Conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)

RAPHAEL MANDARINO JUNIOR  
Chefe do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (Dsic) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República  
Ausente

ROBERTO MAYER  
Vice-presidente de Relações Públicas da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro)

ANTONIO NETO  
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo (Sindpd)  
Ausente

TÚLIO VIANNA  
Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

---

DIA 09/08/11 – 27ª REUNIÃO

---



TEMA: "A transferência, do Ministério das Comunicações para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), da competência de fiscalizar os serviços de radiodifusão" (Requerimento nº 36, de 2011, dos Deputados Walter Ihoshi e José Rocha).

CONVIDADOS:

RODRIGO ZARBONE LOUREIRO  
Consultor jurídico do Ministério das Comunicações

ARA APKAR MINASSIAN

Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

Substituto:

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS

Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

---

DIA 17/08/11 – 30ª REUNIÃO

---



TEMA: "Debate sobre a qualidade e o mau funcionamento do serviço de telefonia móvel no Brasil" (Requerimento nº 68, de 2011, dos Deputados Hugo Motta, Bruno Araújo e Júlio Campos).

CONVIDADOS:

RONALDO SARDENBERG

Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

Representante:

BRUNO DE CARVALHO RAMOS

Gerente-geral de Comunicações Pessoais Terrestres da Superintendência de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

VIDAL SERRANO NUNES JÚNIOR

Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

Representante:

VERIDIANA ALIMONTI

Advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA

Diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil)

JOSÉ CAVALCANTI DE RANGEL MOREIRA

Coordenador-geral do Procon do Estado de Pernambuco

DIA 23/08/11 – 31ª REUNIÃO

---



TEMA: "A radiodifusão digital" (Requerimento nº 73, de 2011, do Deputado Sandro Alex).

CONVIDADO:

PAULO BERNARDO SILVA  
Ministro de Estado das Comunicações

---

DIA 20/09/11 – 33ª REUNIÃO

---



TEMA: "Denúncias de superfaturamento em licitação da Telebrás para o Programa Nacional de Banda Larga" (Requerimentos nºs 45 e 84, de 2011, do Deputado Antonio Imbassahy).

CONVIDADOS:

CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES  
Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás)

LUCAS FURTADO  
Procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU)

GUILHERME HENRIQUE DE LA ROCQUE ALMEIDA  
Secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU)  
Ausente

INÁCIO VANDRESEN  
Diretor comercial da Clemar Engenharia Ltda.  
Representante:  
MÁRCIA LISITA HADDAD  
Gerente da filial de Brasília da Clemar Engenharia Ltda.

ÁLVARO OLIVEIRA  
Diretor-superintendente da Eltek Valere Ltda.  
Ausente

CLÁUDIO ZOPONE  
Diretor administrativo da Zopone Engenharia e Comércio Ltda.  
Ausente

FERNANDO JOSÉ MARÇAL  
Diretor da Seteh Engenharia Ltda.  
Representante:  
PETRÔNIO AUGUSTO  
Diretor comercial da Seteh Engenharia Ltda.

---

DIA 27/09/11 – 35ª REUNIÃO

---



TEMA: "A constituição da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e o Projeto Piloto de Aliança Estratégica Pública e Privada" (Requerimento nº 82, de 2011, dos Deputados Luciana Santos, Sibá Machado e Newton Lima).

CONVIDADOS:

RONALDO MOTA  
Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

ROBSON BRAGA DE ANDRADE  
Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)  
Representante:  
PAULO MOL JÚNIOR  
Gerente executivo de Estudos e Políticas Industriais e Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

DOMINGOS MANFREDI NAVEIRO  
Diretor do Instituto Nacional de Tecnologia (INT)

JOÃO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA  
Diretor-presidente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT)  
Ausente

---

DIA 18/10/11 – 38ª REUNIÃO

---

TEMA: "As implicações do uso do telefone celular para a saúde" (Requerimento nº 41, de 2011, do Deputado Rodrigo Maia).

CONVIDADOS:

ALEXANDRE PADILHA  
Ministro de Estado da Saúde  
Ausente

ALOIZIO MERCADANTE  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação  
Ausente

Embaixador RONALDO SARDENBERG  
Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

Representante:

MARCOS DE SOUZA OLIVEIRA  
Gerente-geral de Certificação e Engenharia do Espectro da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO  
Diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

Representante:

MARCIO LUIZ VARANI  
Gerente de Tecnologia em Equipamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

RENATO SABBATINI  
Professor da Universidade de Campinas (Unicamp)  
Ausente

GLAUCIO SIQUEIRA  
Professor do Centro de Estudos e Telecomunicações da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ)

JULIO THOMÉ DE SOUZA SILVA  
Chefe de Serviços de Neurocirurgia do Hospital Federal de Ipanema

OSORIO CHAGAS MEIRELLES  
Pesquisador junto à Universidade de São Paulo (USP)

DIA 25/10/11 – 40ª REUNIÃO

---



TEMA: "A ocupação do espectro radioelétrico na faixa de 700 MHz (canais 52 a 69 em UHF), atualmente destinada à radiodifusão, bem como na faixa de 450 MHz" (Requerimentos nºs 42 e 50, de 2011, do Deputado José Rocha).

CONVIDADOS:

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO  
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações

ANDRÉ BARBOSA FILHO  
Assessor especial da Casa Civil da Presidência da República

JARBAS JOSÉ VALENTE  
Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

PAULO RICARDO BALDUÍNO  
Presidente do Comitê do Espectro para Radiodifusão da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert)

JOÃO CARLOS SAAD  
Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra)

Representante:  
FREDERICO NOGUEIRA  
Vice-presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra)

EDUARDO LEVY  
Presidente-executivo da Associação Nacional das Operadoras Celulares (Acel)

FRANCISCO CARLOS GIACOMINI SOARES  
Conselheiro da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil)

ROBERTO FRANCO  
Presidente do Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (Fórum SBTVD)

JOÃO BRANT  
Coordenador do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes)

Representante:  
GÉSIO PASSOS  
Coordenador do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes)

DIA 08/11/11 – 42ª REUNIÃO

---



TEMA: "A aplicação dos recursos destinados a publicidade do governo federal, governos estaduais e prefeituras municipais" (Requerimento nº 8, de 2011, do Deputado Silas Câmara).

CONVIDADOS:

HELENA CHAGAS

Ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

BENJAMIN ZYMLER

Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU)

Representante:

SERGIO RICARDO DE MENDONÇA SALUSTIANO

Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU)

---

DIA 29/11/11 – 47ª REUNIÃO – REUNIÃO CONJUNTA

---

TEMA: "A revisão da Norma 4, de 1995, pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) no objetivo de alterar a natureza da atividade de provimento de acesso à internet, de serviço de valor adicionado (SVA) para a modalidade de telecomunicações" Evento em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. (Requerimentos nºs 75, 77 e 98, de 2011, dos Deputados Paulo Foletto e Ariosto Holanda, da CCTCI, e Requerimento nº 32, de 2011, do Deputado Felipe Bornier, da CDEIC).

CONVIDADOS:

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações

Representante:

MIRIAM WIMMER

Secretária-adjunta da Secretaria de Telecomunicações (STE) do Ministério das Comunicações

VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA

Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

---

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 2011

JOÃO BATISTA DE REZENDE

Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

Representante:

NILO PASQUALI

Gerente de Regulamentação da Superintendência de Serviços Privados (SPV) da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

RODRIGO ZERBONE LOUREIRO

Consultor jurídico do Ministério das Comunicações

Substituto:

JOSÉ FLÁVIO BIANCHI

Consultor jurídico do Ministério das Comunicações (atual titular)

EDUARDO FUMES PARAJO

Diretor-presidente do Conselho Consultivo Superior da Associação Brasileira de Internet (Abranet)

MAGDIEL DA COSTA SANTOS

Presidente da Rede Global Info

Ausente

---

DIA 06/12/11 – 49ª REUNIÃO

---



TEMA: "Programa Nacional de Banda Larga - PNBL" (Requerimento nº 92, de 2011, dos Deputados Newton Lima e Ruy Carneiro).

CONVIDADOS:

CEZAR ALVAREZ

Secretário-executivo do Ministério das Comunicações

JOÃO BATISTA DE REZENDE

Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

Representante:

ROBERTO PINTO MARTINS

Superintendente de Serviços Públicos da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES

Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás)

DEMI GETSCHKO

Conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)

EDUARDO LEVY

Diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil)

---

DIA 07/12/11 – 51ª REUNIÃO

---



TEMA: "Programa Nacional de Banda Larga - PNBL" (Requerimento nº 92, de 2011, dos Deputados Newton Lima e Ruy Carneiro).

CONVIDADOS:

CELSO SCHRÖDER

Coordenador-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)

Ausente

JOÃO LUIZ MARTINS

Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)

NELSON SIMÕES

Diretor-geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)

VERIDIANA ALIMONTI

Advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

FERNANDO CARVALHO

Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (Etice)

DIA 13/12/11 – 52ª REUNIÃO

---



TEMA: "A situação do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica – Ceitec (Requerimento nº 52/2011, do Deputado Antonio Imbassahy) e outros assuntos afetos à comissão".

CONVIDADO:

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

---

DIA 15/12/11 – 54ª REUNIÃO

---



TEMA: "A prática de subconcessão, arrendamento ou alienação a terceiros promovida por concessionários de serviços públicos de radiodifusão sonora e de sons e imagens sem a autorização competente" (Requerimentos n°s 33 e 99, de 2011, da Deputada Luiza Erundina).

CONVIDADOS:

FÁBIO KONDER COMPARATO  
Professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP)  
Ausente

---

DOMINGOS SÁVIO DRESCH DA SILVEIRA  
Procurador Regional da República do Ministério Público Federal  
Ausente

EMANUEL CARNEIRO  
Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert)  
Ausente

FLÁVIO LARA RESENDE  
Diretor-executivo da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra)  
Ausente

JOÃO BRANT  
Coordenador do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes)

GUILHERME STOLIAR  
Presidente do Grupo Silvio Santos  
Ausente

ALEXANDRE RAPOSO  
Presidente da Rede Record  
Ausente

EVANDRO GUIMARÃES  
Vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo  
Ausente

JOÃO CARLOS SAAD  
Presidente do Grupo Bandeirantes de Comunicação  
Ausente

FERNANDO DI GENIO BARBOSA  
Presidente da MIX TV e Mega TV  
Ausente

VENÍCIO ARTUR DE LIMA  
Professor da Universidade de Brasília (UnB)

### 3.2 – SEMINÁRIOS

---

DIA 17/05/11

---



TEMA: "Debate sobre o Projeto de Lei nº 5.921, de 2001, que trata da publicidade destinada a promover a venda de produtos infantis" (Requerimento nº 21, de 2011, do Deputado Emiliano José).

ABERTURA (14h30)

CONVIDADOS:

Deputado BRUNO ARAÚJO  
Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados

Deputado EMILIANO JOSÉ  
Autor do requerimento

Deputado SALVADOR ZIMBALDI  
Relator do projeto

EXPOSIÇÃO (15h)

CONVIDADOS:

JULIANA PEREIRA DA SILVA  
Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça

Representante:

CELSO AUGUSTO RODRIGUES SOARES

Coordenador-geral substituto de Supervisão e Controle do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça

ANA LUCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA

Presidente do Instituto Alana

Representante:

GABRIELA VUOLO

Coordenadora de Projetos Especiais do Projeto Criança e Consumo do Instituto Alana

HUMBERTO VERONA  
Presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Representante:

ROSELI GOFFMAN  
Membro do Conselho Federal de Psicologia (CFP)

VEET VIVARTA  
Secretário-executivo da ANDI – Comunicação e Direitos

GILBERTO LEIFERT  
Presidente do Conselho de Autorregulamentação Publicitária (Conar)

LUIZ DE ALENCAR LARA  
Presidente da Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap)  
Representante:  
STALIMIR VIEIRA  
Assessor da presidência da Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap)

VIDAL SERRANO NUNES JÚNIOR  
Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)  
Representante:  
RENATA MONTEIRO  
Pesquisadora do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília (UnB)

EMANUEL CARNEIRO  
Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert)  
Representante:  
RODOLFO MACHADO MOURA  
Diretor de Assuntos Legais da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert)

ALEXANDRE ANNENBERG  
Presidente-executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA)  
Representante:  
RAFAEL DAVINI  
Membro do Comitê de Marketing Publicitário da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA)

SYNÉSIO BATISTA DA COSTA  
Presidente da Fundação Abrinq  
Ausente

HERCULANO ANGHINETTI  
Diretor-presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas (Abir)

RAFAEL SAMPAIO  
Vice-presidente-executivo da Associação Brasileira de Anunciantes (Aba)

GUSTAVO AMORA  
Pesquisador da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI)

PAULA JOHNS  
Diretora da Aliança de Controle do Tabagismo (ACTbr)  
Representante:  
GUILHERME ALMEIDA  
Coordenador de Advocacy da Aliança de Controle do Tabagismo (ACTbr)

RODRIGO NEJM

Diretor de Prevenção da Safenet

Ausente

GILDA PEREIRA DE CARVALHO

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

INÉS VITORINO

Professora da Universidade Federal do Ceará

Ausente

MARCELO SODRÉ

Professor de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Ausente

YVES DE LA TAILLE

Professor da Universidade de São Paulo (USP)

Ausente

ROSELY SAYÃO

Psicóloga

Ausente

JUDITH BRITO

Presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ)

Ausente

ROBERTO MUYLAERT

Presidente da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner)

Representante:

LOURIVAL J. SANTOS

Diretor da Comissão Jurídica da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner)

ERNESTO MOREIRA GUEDES FILHO

Diretor-executivo e de Projetos da Tendências Consultoria Integrada S/S Ltda.

Ausente

PAULO UEBEL

Diretor-executivo do Instituto Millenium

PATRICIA BLANCO BELMONTE

Presidente-executiva do Instituto Palavra Aberta

DENIS ROSENFELD

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)

Ausente

GUSTAVO BINENBOJM

Consultor da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert)

Ausente

AMILCARE DALLEVO JÚNIOR

Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra)

Ausente

MARTHA OCHSENHOFER

Assessora Especial da Mauricio de Sousa Produções Ltda.

RICARDO ALVES BASTOS

Diretor da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec)

GÉSIO PASSOS

Membro da Coordenação Executiva do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervezes)

ENCERRAMENTO (17h)

---

DIA 16/08/11

---



TEMA: "A extensão tecnológica no Brasil" (Requerimentos nºs 28-CCTCI e 41-CE/PNE, de 2011, do Deputado Ariosto Holanda).

ORGANIZAÇÃO:

- . Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados
- . Comissão Especial do Plano Nacional de Educação - PNE (Câmara dos Deputados)
- . Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados

PROGRAMAÇÃO

ABERTURA (8h30)

CONVIDADOS:

Deputado MARCO MAIA  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Ausente

Deputado BRUNO ARAÚJO  
Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Deputado GASTÃO VIEIRA  
Presidente da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação (PNE)

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA  
Presidente do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA  
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO HADDAD  
Ministro de Estado da Educação  
Ausente

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO  
Ministro de Estado da Integração Nacional  
Representante:  
ALEXANDRE NAVARRO  
Secretário-executivo do Ministério da Integração Nacional

MARIA DO ROSÁRIO NUNES  
Ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República  
Ausente

CID FERREIRA GOMES  
Governador do Estado do Ceará  
Ausente

PAINEL 1 - "Assistência tecnológica às micro e pequenas empresas" (10h)

Moderador: Deputado JÚLIO CAMPOS

EXPOSITORES:

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA  
Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia

GLAUCO ARBIX  
Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

ROBERTO SIMÕES  
Presidente do Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)

EMIR JOSÉ SUAIDEN  
Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

RAFAEL LUCCHESI  
Diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)  
Representante:  
SÉRGIO LUIZ SOUZA MOTTA  
Gerente de Serviços Técnicos e Tecnológicos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)

ANTONIO JOSÉ DOMINGUES DE OLIVEIRA SANTOS  
Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)  
Ausente

PAINEL 2 - "Capacitação tecnológica da população" (14h30)

Moderador: Deputado ARIOSTO HOLANDA

EXPOSITORES:

GLAUCIUS OLIVA  
Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

PEDRO ANTONIO ARRAES PEREIRA

Diretor-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Representante:

KEPLER EUCLIDES FILHO

Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

CIPRIANO MAIA DE VASCONCELOS

Coordenador do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (Forproex)

CLAUDIO RICARDO GOMES DE LIMA

Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif)

Substituto:

WYLLYS ABEL FARKATT TABOSA

Coordenador Nacional do Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Forproext)

LUIZ CLÁUDIO COSTA

Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação

Ausente

ELIEZER MOREIRA PACHECO

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação

Ausente

ENCERRAMENTO (17h)

---

DIA 17/08/11

---



TEMA: "Inovação tecnológica, propriedade intelectual e patentes" (Requerimento nº 69, de 2011, dos Deputados Newton Lima e José Rocha).

ORGANIZAÇÃO:

- . Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados
- . Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados

PROGRAMAÇÃO

ABERTURA (14h)

CONVIDADOS:

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA  
Presidente do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica

Deputado BRUNO ARAÚJO  
Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Deputado NEWTON LIMA  
Membro titular do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica e relator do estudo

PAINEL 1 (14h30)

MEDIADOR: Deputado NEWTON LIMA

EXPOSITORES:

GUILHERME PATRIOTA  
Assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República

RONALDO MOTA  
Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia

ANTONINHO MARMO TREVISAN  
Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República

LUIZ ROBERTO CURY  
Diretor Nacional de Ensino Superior e Pesquisa do Sistema Educacional Brasileiro (SEB)

LUCILENE PRADO  
Representante do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi)

MARCOS VINICIUS DE SOUZA  
Diretor da Secretaria de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

ENCERRAMENTO (18h)

DIA 24/08/11

---



TEMA: "Segurança digital e cidadania" (Requerimento nº 72, de 2011, dos Deputados Luiza Erundina, Sandro Alex e Eduardo Azeredo).

PROGRAMAÇÃO

ABERTURA (8h30)

CONVIDADO:

Deputado BRUNO ARAÚJO  
Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados

PAINEL 1 - "Tipos penais" (9h)

Mediadora: Deputada LUIZA ERUNDINA

PALESTRANTES:

FERNANDO BOTELHO  
Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)

JUAREZ ESTEVAM XAVIER TAVARES  
Subprocurador-geral da República

Substituto:

PAULO RENÁ  
Pesquisador e mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB)

COROLANO AURÉLIO DE ALMEIDA CAMARGO SANTOS  
Presidente da Comissão de Crimes de Alta Tecnologia da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo

Representante:

RENATO OPICE BLUM  
Coordenador do Curso de Direito Digital da GVlaw

OMAR KAMINSKI  
Presidente do Instituto Brasileiro de Direito da Informática (IBDI)

PAINEL 2 - "Formas de investigação" (10h45)

Mediador: Deputado SANDRO ALEX

PALESTRANTES:

JOSÉ ANTONIO MAURILIO MILAGRE DE OLIVEIRA  
Consultor para a Legaltech Brasil

THIAGO BOTTINO  
Professor de Direito Penal Econômico na Fundação Getúlio Vargas (FGV)  
Representante:  
LUIZ FERNANDO MARREY MONCAU  
Professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

CARLOS EDUARDO MIGUEL SOBRAL  
Chefe da Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal

VANESSA FUSCO NOGUEIRA SIMÕES  
Coordenadora da Promotoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Ausente

DEMÉTRIO GONZAGA DE OLIVEIRA  
Delegado titular do Núcleo de Combate aos Cibercrimes do Estado do Paraná (Nuciber)

PAINEL 3 - "Direitos fundamentais e cidadania" (14h)

Mediadora: Deputada MANUELA D'ÁVILA

PALESTRANTES:

CARLOS AFFONSO PEREIRA SOUZA  
Professor da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

JOÃO CARLOS CARIBÉ  
Publicitário

GUILHERME VARELLA  
Advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

SILVIO MEIRA  
Cientista-chefe do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (C.E.S.A.R.)  
Substituto:  
LUIS CARLOS MASSOCO  
Professor de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU)

SERGIO AMADEU DA SILVEIRA  
Professor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (UFABC)

PAINEL 4 - "Economia e segurança" (16h)

Mediador: Deputado EDUARDO AZEREDO

PALESTRANTES:

JULIANA PEREIRA DA SILVA  
Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça  
Representante:  
DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA  
Coordenador-geral de Supervisão e Controle do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça

EDUARDO NEGER  
Presidente da Associação Brasileira de Internet (Abranet)

MARCEL LEONARDI  
Diretor de Políticas Públicas e Relações Governamentais do Google Brasil

MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI  
Diretor-Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)

ENCERRAMENTO (18h)

---

DIAS 30 e 31/08/11

---



TEMA: "O papel do Congresso Nacional na inovação tecnológica" (Requerimento nº 29, de 2011, do Deputado Bruno Araújo).

PROGRAMAÇÃO

30.08.2011

ABERTURA (14h30)

CONVIDADOS:

Deputado MARCO MAIA  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Ausente

Deputado BRUNO ARAÚJO  
Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados

PAINEL 1 - "Diagnóstico da situação brasileira: alternativas" (15h)

Mediador: Deputado NEWTON LIMA

PALESTRANTE:

JACOB PALIS JUNIOR  
Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC)

Substituto:

CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ

Diretor Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)

Ausente

PAINEL 2 - "Pesquisa, desenvolvimento e inovação: o papel do Congresso" (16h)

Mediador: Deputado NEWTON LIMA

PALESTRANTES:

RICARDO SENNES

Sócio-diretor da Prospectiva Consultoria

GLAUCO ARBIX

Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

GLAUCIUS OLIVA

Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

ANTONIO BRITTO FILHO

Presidente-executivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma)

ENCERRAMENTO (18h)

31.08.2011

PAINEL 3 - "Educação empreendedora para inovação" (9h30)

Mediador: Deputado BRUNO ARAÚJO

PALESTRANTE:

SILVIO MEIRA

Cientista-chefe do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (C.E.S.A.R.)

PAINEL 4 - "O setor produtivo e a inovação tecnológica" (10h30)

Mediador: Deputado ARIOSTO HOLANDA

PALESTRANTES:

ROBSON BRAGA DE ANDRADE

Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Representante:

PAULO MOL JUNIOR

Gerente-executivo de Estudos e Políticas Industriais e Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

PEDRO ANTONIO ARRAES PEREIRA

Diretor-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

FREDERICO PINHEIRO FLEURY CURADO

Diretor-presidente da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer)

Representante:

JACKSON MEDEIROS DE FARIAS SCHNEIDER

Vice-presidente de Relações Institucionais da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer)

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

Presidente da Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras)

Representante:

ROBERTO MURILO CARVALHO DE SOUZA

Gerente de Estratégia Tecnológica do Centro de Pesquisas da Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras)

ENCERRAMENTO (12h30)

---

DIA 25/10/11

---



TEMA: "Comunicação digital: conteúdos e direitos do autor" (Requerimento nº 83, de 2011, da Deputada Luciana Santos).

PROGRAMAÇÃO

REALIZAÇÃO:

- . Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura
- . Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal

PARTICIPAÇÃO:

- . Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados

PROGRAMAÇÃO

ABERTURA (9h)

CONVIDADOS:

Deputada JANDIRA FEGHALI

Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura

Senador ROBERTO REQUIÃO

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal

Deputada LUCIANA SANTOS

Titular da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados e autora do requerimento

Senadora ANA RITA

Deputada PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE

SÉRGIO MAMBERTI  
Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura

ANTENOR CORREIA  
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

CEZAR ALVAREZ  
Secretário-executivo do Ministério das Comunicações

ALAN ROCHA DE SOUZA  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ / Advogado

PAINEL 1 - "Panorama dos marcos regulatórios sobre internet e direito autoral" (10h)

Moderadora: Deputada LUCIANA SANTOS

EXPOSITORES:

PABLO ORTELADO  
Universidade de São Paulo – USP / Gpopai

CAROLINA ROSSINI  
Universidade de Harvard

ALAN ROCHA DE SOUZA  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ / Advogado

PEDRO PARANAGUÁ  
Professor da Fundação Getúlio Vargas - FGV

PAINEL 2 - "Remuneração dos conteúdos culturais no ambiente digital: realidades e limites" (13h30)

Moderadora: Deputada JANDIRA FEGHALI

EXPOSITORES:

MARCEL LEONARDI  
Diretor de Políticas Públicas e Relações Governamentais do Google Brasil

FERNANDA ABREU  
Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música

FELIPE LERENA  
iMúsica

ALDENIR ASSUMPÇÃO  
Escritor

JOÃO BRANT  
Coordenador do Coletivo Brasil de Comunicação Social - Intervezes / OverMundo

PAINEL 3 - "O que fazer para avançar: como remunerar o autor e garantir a democratização dos conteúdos" (17h)

Moderador: Deputado JEAN WYLLYS

EXPOSITORES:

CAROLINA KOTSCHO  
Roteirista

CLAUDIO PRADO  
Produtor Cultural

DUDU FALCÃO  
Compositor

JEFFERSON ASSUNÇÃO  
Secretário-adjunto de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul

ENCERRAMENTO (20h)

### 3.3 – OUTROS EVENTOS

---

DIAS 9 a 14/04/11

---

EVENTO: NAB Show 2011, promovido pela Associação Americana de Radiodifusores. O Deputado José Rocha representou a comissão.

LOCAL/HORÁRIO: Las Vegas Convention Center, Las Vegas, Nevada, EUA.

---

DIAS 18 a 21/04/11

---



EVENTO: Missão de Estudos organizada pela Interfarma Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa em parceria com o Woodrow Wilson International Center for Scholars. Participaram os Deputados Bruno Araújo, Amon Bezerra e Josias Gomes.

LOCAL/HORÁRIO: Washington e Boston, EUA.

---

DIAS 21 a 24/04/11

---

EVENTO: 10º Fórum Empresarial e 4º Fórum de Governadores Comandatuba. Representaram a comissão os Deputados Bruno Araújo e Antonio Imbassahy.

LOCAL/HORÁRIO: Comandatuba, BA.

DIA 02/05/11

---

EVENTO: Visita às instalações da Central Globo de Produções (Projac). Participaram os Deputados Bruno Araújo, Sibá Machado, Paulo Wagner, Sandro Alex, Julio Campos, Pastor Eurico, José Rocha, Aureo, Sandes Junior, Rogério Peninha Mendonça, Francisco Floriano, Manoel Salviano, Lindomar Garçon, Marcelo Aguiar e Arolde de Oliveira.

LOCAL/HORÁRIO: Projac, Rio de Janeiro, RJ.

---

DIA 03/05/11

---

EVENTO: Apresentação promovida pelo Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil) sobre o setor de telecomunicações no Brasil e sobre o que representam os serviços de telecomunicações colocados à disposição da sociedade brasileira. Representou a comissão o Deputado Bruno Araújo.

LOCAL/HORÁRIO: Hotel Mercure Brasília Eixo, Brasília. 20h30.

---

DIA 02/06/11

---



EVENTO: Lançamento do Livro "Inovações Tecnológicas no Brasil: desempenho, políticas e potencial", de autoria de Carlos Henrique de Brito Cruz, Glauco Arbix e outros especialistas brasileiros em inovação.

LOCAL/HORÁRIO: Câmara dos Deputados, Anexo II, Plenário 13. 9h30.

---

---

DIA 09/08/11

---

EVENTO: ABTA 2011 – Feira e Congresso. Representou a comissão o Deputado Walter Ihoshi.

LOCAL/HORÁRIO: Centro de Convenções Transamérica Expo Center, São Paulo. 14h.

---

---

DIA 11/08/11

---

EVENTO: Palestra no IBAC – International Business Aviation Council, sobre o papel da Aviação Executiva ao redor do mundo. Representou a comissão o Deputado Bruno Araújo.

LOCAL/HORÁRIO: Auditório do aeroporto de Congonhas, São Paulo. 14h.

---

---

DIA 23/08/11

---

EVENTO: CPqD - 35 anos inovando o Brasil. Comemoração dos 35 anos de inauguração da entidade. Participou o Deputado Bruno Araújo.

LOCAL/HORÁRIO: Brasília Palace, Brasília. 19h30.

---

---

DIA 24/08/11

---

EVENTO:.. Café da manhã com a Assespro Nacional – Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação. Participou o Deputado Bruno Araújo.

LOCAL/HORÁRIO: Hotel Naoum, Brasília. 8h.

---

DIA 12/09/11

---



EVENTO: Congresso Internacional do Futurecom 2011.

LOCAL: São Paulo/SP.

---

DIA 07/11/11

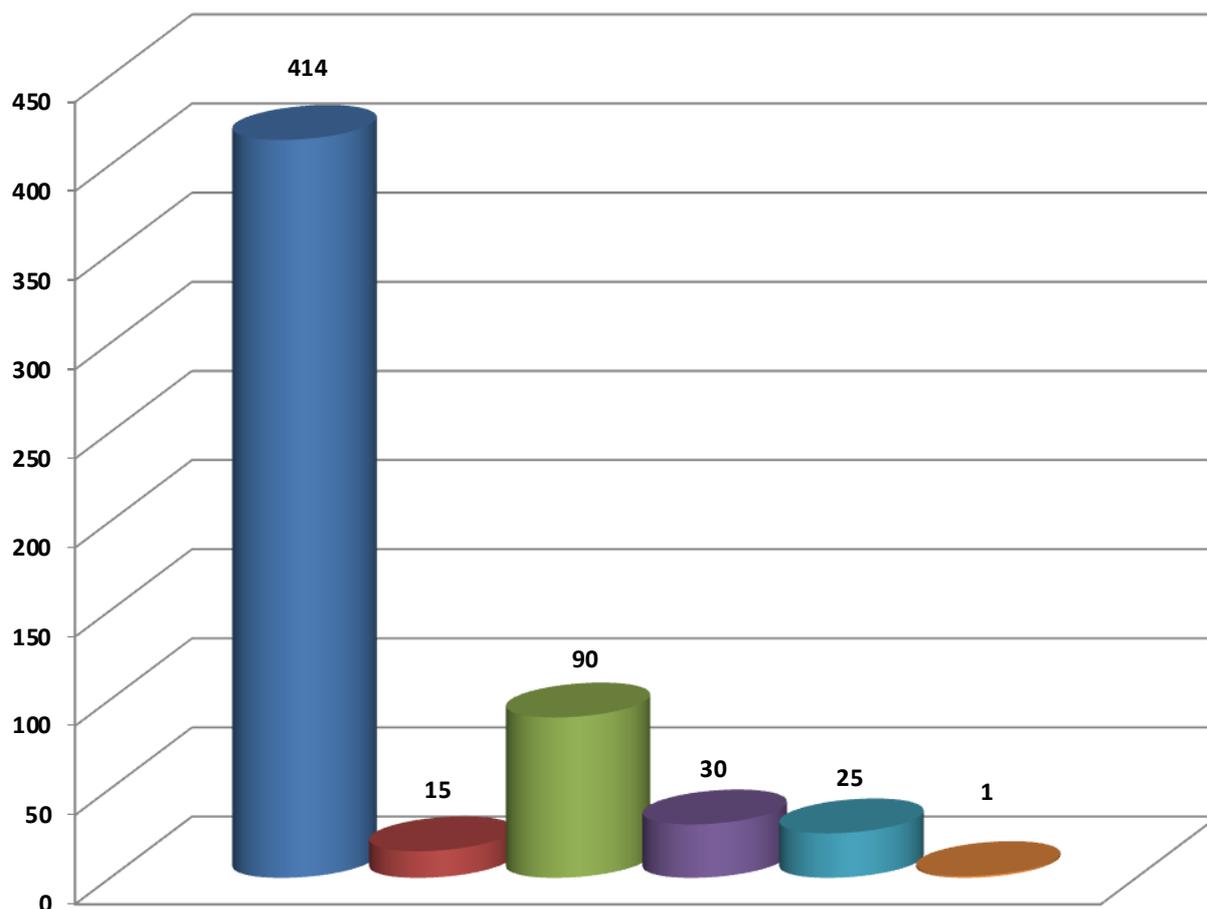
---

EVENTO: II Fórum Ibero-Americano para o Desenvolvimento da Banda Larga. Representou a comissão o Deputado Newton Lima.

LOCAL/HORÁRIO: Assembleia Legislativa de São Paulo, São Paulo. 9h30.

---

4 – PROPOSIÇÕES APRECIADAS <sup>2</sup>



- TVRs aprovadas 414
- Projetos aprovados 15
- Requerimentos aprovados 90
- Projetos rejeitados 30
- Emendas orçamentárias aprovadas 25
- Relatórios aprovados 1

**SIGLAS**

PDC – Projeto de decreto legislativo  
 PL – Projeto de lei  
 TVR – Ato de concessão ou renovação de concessão de emissora de rádio e televisão

<sup>2</sup> Incluídos os projetos apensados.

#### 4.1 – TVRs

---

DIA 16/03/11 - QUARTA-FEIRA - 3ª REUNIÃO

---

TVR Nº 1.370/09 - TVR Nº 1.075/06 - do Poder Executivo - (MSC 631/2006) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 676, de 26 de dezembro de 2005, que renova, a partir de 20 de abril de 1998, a permissão outorgada à RÁDIO A VOZ DO VALE LTDA, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Fartura, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.073/09 - do Poder Executivo - (MSC 936/2009) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 4 de setembro de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 subsequente, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Fundação José de Paiva Neto para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.171/10 - do Poder Executivo - (MSC 97/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 383, de 18 de junho de 2009, que outorga permissão à Rádio FM Colina do Sol Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Una, Estado da Bahia".

RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.245/10 - do Poder Executivo - (MSC 99/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 299, de 19 de junho de 2007, que renova a permissão outorgada à Rádio Emissora Vanguarda Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado LINDOMAR GARÇON.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.370/10 - do Poder Executivo - (MSC 356/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 30 de março de 2010, que renova a concessão da Rádio Guarany Ltda; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Pacajus, Estado do Ceará".

RELATOR: Deputado LINDOMAR GARÇON.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 23/03/11 - QUARTA-FEIRA - 4ª REUNIÃO

---

TVR Nº 1.019/06 - do Poder Executivo - (MSC 479/2006) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 134, de 29 de março de 2006, que renova, por dez anos, a partir de 16 de Junho de 1998, a permissão outorgada ao Sistema Tambaú de Comunicação Ltda para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Santa Rita, Estado da Paraíba".

RELATOR: Deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 1.392/09 - do Poder Executivo - (MSC 630/2009) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 308, de 11 de junho de 2008, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Estrela Polar Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Maracá, Estado de São Paulo".

RELATORA: Deputada ANTÔNIA LÚCIA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.405/10 - do Poder Executivo - (MSC 359/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 854, de 23 de outubro de 2009, que autoriza a Associação Educativa Cultural e Beneficente Gideões do Canaã; executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dourados, MS".

RELATOR: Deputado MANOEL SALVIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.446/10 - do Poder Executivo - (MSC 360/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 898, de 22 de dezembro de 2008, que autoriza a Fundação Rádio Educativa de Barcelona executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caravelas, BA".

RELATOR: Deputado SALVADOR ZIMBALDI.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.449/10 - do Poder Executivo - (MSC 360/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 917, de 22 de dezembro de 2008, que autoriza a Associação Cultural de Rádio Comunitária do Riacho Fundo II - Candango FM executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho Fundo II, DF".

RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.451/10 - do Poder Executivo - (MSC 360/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1035, de 23 de dezembro de 2008, que autoriza a Associação dos Moradores do Conjunto Alto da Paz executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Fortaleza, CE".

RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.452/10 - do Poder Executivo - (MSC 360/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 857, de 23 de outubro de 2009, que autoriza a Associação Desportiva do Parma Atlético Clube executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Miguel do Gostoso, RN".

RELATOR: Deputado BETO MANSUR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.458/10 - do Poder Executivo - (MSC 360/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 951, de 20 de novembro de 2009, que autoriza a ACMMJ- Associação Comunitária dos Moradores e Moradoras de Jaborandí executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jaborandí, BA".

RELATOR: Deputado PAULO WAGNER.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.476/10 - do Poder Executivo - (MSC 360/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 149, de 11 de março de 2010, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de

Guiratinga executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guiratinga, MT".

RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.562/10 - do Poder Executivo - (MSC 363/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 923, de 18 de novembro de 2009, que outorga permissão à Rádio e Televisão Belo Monte Ltda; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Vigia, PA".

RELATORA: Deputada ANTÔNIA LÚCIA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.596/10 - do Poder Executivo - (MSC 363/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria n.º 101, de 11 de março de 2010, que outorga permissão à Rede Brasileira de Esportes Comunicação Ltda.; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Orizona, GO"

RELATOR: Deputado MANOEL SALVIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.604/11 - do Poder Executivo - (MSC 722/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 445, de 13 de maio de 2010, que outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Deputado Humberto Reis da Silveira, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Teresina, Estado do Piauí".

RELATOR: Deputado MARLLOS SAMPAIO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 04/05/11 - QUARTA-FEIRA - 9ª REUNIÃO

---

TVR Nº 1.947/09 - do Poder Executivo - (MSC 724/2009) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o atos constante do Decreto de 10 de junho de 2009, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Ariquemes Ltda. para explorar serviço de Radiodifusão sonora em ondas médias no município de Ariquemes, Estado de Rondônia".

RELATOR: Deputado HUGO MOTTA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 1.948/09 - do Poder Executivo - (MSC 724/2009) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o atos constante do Decreto de 12 de junho de 2009, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Progresso de Corrente Ltda. para explorar serviço de Radiodifusão sonora em ondas médias no município de Corrente, Estado do Piauí".

RELATOR: Deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.624/11 - do Poder Executivo - (MSC 736/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Difusora Vale do Uruçuí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Uruçuí, Estado do Piauí".

RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.629/11 - do Poder Executivo - (MSC 736/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 2 de agosto de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Cacique Bruenque Regeneração Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Regeneração, Estado do Piauí".

RELATORA: Deputada ANTÔNIA LÚCIA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.630/11 - do Poder Executivo - (MSC 736/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 2 de agosto de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Jornal de Nhandeara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Nhandeara, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado LINDOMAR GARÇON.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.631/11 - do Poder Executivo - (MSC 736/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 4 de agosto de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Canaveiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de União dos Palmares, Estado de Alagoas".

RELATOR: Deputado PAULO WAGNER.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.632/11 - do Poder Executivo - (MSC 736/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 4 de agosto de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Difusora Itápolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Itápolis, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 1.645/09 - do Poder Executivo - (MSC 729/2009) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 525, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Rádio raio de Sol FM Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Canápolis, Estado da Bahia".

RELATOR: Deputado DR. ADILSON SOARES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 1.802/09 - do Poder Executivo - (MSC 732/2009) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.076, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Pampeana do Bairro Martinica para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado AUREO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 1.979/09 - do Poder Executivo - (MSC 932/2009) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 152, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária Alto Ituêto (ACAI) de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Rita do Ituêto, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado MARLLOS SAMPAIO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.132/10 - do Poder Executivo - (MSC 95/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 05 de março de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Gazeta Comunicações Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média no município de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado MARCELO AGUIAR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.207/10 - do Poder Executivo - (MSC 98/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 08 de fevereiro de 2010, que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Gravataí Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado MANOEL SALVIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.249/10 - do Poder Executivo - (MSC 99/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 764, de 18 de dezembro de 2007, que renova a permissão outorgada à Rede Serrana de Radiodifusão Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: Deputado BETO MANSUR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.257/10 - do Poder Executivo - (MSC 99/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 519, de 07 de agosto de 2009, que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Arvorezinha Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Arvorezinha, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado MARCELO AGUIAR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.265/10 - do Poder Executivo - (MSC 99/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 534, de 10 de agosto de 2009, que renova a permissão outorgada à Empresa Radiofônica Ouro Branco Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Teutônia, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.329/10 - do Poder Executivo - (MSC 100/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 688, de 10 de setembro de 2009, que outorga autorização à Associação Centro de Comunicação Alternativa de Acrelândia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Acrelândia, Estado do Acre".

RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR.

PARECER: pela aprovação.

Vista ao Deputado Silas Câmara, em 23/03/2011.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.355/10 - do Poder Executivo - (MSC 356/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 29 de março de 2010, que renova a concessão da Rádio Brasília Ltda; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Brasília, Distrito Federal".

RELATOR: Deputado AROLDE DE OLIVEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.396/10 - do Poder Executivo - (MSC 359/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 682, de 10 de setembro de 2009, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ipiacu - Rádio Cidade de Ipiacu; executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ipiacu, MG".

RELATOR: Deputado JÚLIO CAMPOS.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.422/10 - do Poder Executivo - (MSC 359/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 953, de 20 de novembro de 2009, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Altamira do Paraná - ACODCAP; executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Altamira do Paraná, PR".

RELATOR: Deputado DR. ADILSON SOARES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.433/10 - do Poder Executivo - (MSC 359/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.007, de 11 de dezembro de 2009, que autoriza a Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão de Breves; executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Breves, PA".

RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.442/10 - do Poder Executivo - (MSC 359/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 70, de 26 de fevereiro de 2010, que autoriza a Associação Comunitária e Beneficente de Mães Nossa Senhora da Conceição; executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Biritinga, BA".

RELATOR: Deputado ARIOSTO HOLANDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.454/10 - do Poder Executivo - (MSC 360/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 886, de 29 de outubro de 2009, que autoriza a Associação Comunitária Para o Desenvolvimento de Várzea da Palma executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Várzea da Palma, MG".

RELATOR: Deputado LINDOMAR GARÇON.

PARECER: pela aprovação.

Vista ao Deputado Silas Câmara, em 23/03/2011.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.455/10 - do Poder Executivo - (MSC 360/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 903, de 11 de novembro de 2009, que autoriza a Associação Comunitária Cultural e Artística de Dionísio executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dionísio, MG".

RELATOR: Deputado MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.460/10 - do Poder Executivo - (MSC 360/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 957, de 20 de novembro de 2009, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Monsenhor Manuel Perez Descanps de Ocaçu-SP executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ocaçu, SP".

RELATOR: Deputado PASTOR EURICO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.462/10 - do Poder Executivo - (MSC 360/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 965, de 20 de novembro de 2009, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Alto Piquiri

executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Alto Piquiri, PR".

RELATOR: Deputado JÚLIO CAMPOS.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.475/10 - do Poder Executivo - (MSC 360/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 131, de 11 de março de 2010, que autoriza a Associação Comunitária de Atendimento Social e Assistencial Marcondense executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Alfredo Marcondes, SP".

RELATOR: Deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.479/10 - do Poder Executivo - (MSC 360/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 224, de 25 de março de 2010, que autoriza a Rádio União Comunitária executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Criciúma, SC".

RELATOR: Deputado PAULO FOLETTO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.488/10 - do Poder Executivo - (MSC 361/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 522, de 10 de agosto de 2009, que renova a permissão outorgada à Sistema de Comunicações Professor Walter Alencar Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Teresina, PI"

RELATOR: Deputado AROLDE DE OLIVEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.491/10 - do Poder Executivo - (MSC 361/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 533, de 10 de agosto de 2009, que renova a permissão outorgada à Rádio Sul Capixaba FM de Guaçuí Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Guaçuí, ES"

RELATOR: Deputado RATINHO JUNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.498/10 - do Poder Executivo - (MSC 361/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 554, de 13 de agosto de 2009, que renova a permissão outorgada à Paraíso FM Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Sebastião do Paraíso, MG"

RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.502/10 - do Poder Executivo - (MSC 361/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 648, de 31 de agosto de 2009, que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Imbiara de Araxá Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Araxá, MG"

RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.512/10 - do Poder Executivo - (MSC 361/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 699, de 11 de setembro de 2009, que renova a permissão outorgada à Rádio Uirapuru Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Passo Fundo, RS"

RELATOR: Deputado MÁRCIO MARINHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.538/10 - do Poder Executivo - (MSC 362/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 655, de 31 de agosto de 2009, que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Campina Grande Ltda; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campina Grande, PB"

RELATOR: Deputado ROMERO RODRIGUES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.545/10 - do Poder Executivo - (MSC 362/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.041, de 18 de dezembro de 2009, que renova a permissão outorgada à Rede MS Integração Rádio e Televisão Ltda; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campo Grande, MS"

RELATOR: Deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.546/10 - do Poder Executivo - (MSC 362/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 45, de 05 de fevereiro de 2010, que renova a permissão outorgada à Norte Sul Radiodifusão Ltda; originariamente Rádio Universal Ltda; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Porto Alegre, RS"

RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.611/11 - do Poder Executivo - (MSC 734/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 77, de 1º de março de 2010, que renova a permissão outorgada à Fundação Educacional, Cultural e Assistencial de Pinheiros - FECAP para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Pinheiro, Estado do Maranhão".

RELATOR: Deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.633/11 - do Poder Executivo - (MSC 742/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 26 de julho de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Fundação Casper Líbero para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, no município de São Paulo, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado PASTOR EURICO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.635/11 - do Poder Executivo - (MSC 742/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio 880 Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, no município de São Paulo, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado RATINHO JUNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.636/11 - do Poder Executivo - (MSC 743/2010) - que "submeto à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 17 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora Aparecida para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas no município de Aparecida, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado PAULO FOLETTTO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.637/11 - do Poder Executivo - (MSC 744/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 5 de julho de 2006, publicado no DOU do dia subsequente, que renova a concessão outorgada à TV Aratu S/A. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Salvador, Estado da Bahia".

RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.640/11 - do Poder Executivo - (MSC 745/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, que renova, por quinze anos, a concessão outorgada à Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul".

RELATOR: Deputado DR. ADILSON SOARES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.641/11 - do Poder Executivo - (MSC 746/2010) - que "submeto à apreciação do Congresso Nacional, o ato constante do Decreto de 17 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Clube de Pernambuco S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Recife, Estado de Pernambuco".

RELATOR: Deputado AUREO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.643/11 - do Poder Executivo - (MSC 746/2010) - que "submeto à apreciação do Congresso Nacional, o ato constante do Decreto de 17 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Sociedade de Radiodifusão Independente de Cruz Alta Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.646/11 - do Poder Executivo - (MSC 746/2010) - que "submeto à apreciação do Congresso Nacional, o ato constante do Decreto de 17 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Mulher Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de São Paulo, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.647/11 - do Poder Executivo - (MSC 746/2010) - que "submeto à apreciação do Congresso Nacional, o ato constante do Decreto de 17 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Esperança Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado MÁRCIO MARINHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.648/11 - do Poder Executivo - (MSC 747/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o atos constante do Decreto de 4 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Fundação Aldo Carvalho de Comunicação Social, originariamente outorgada à Rádio Maguary Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Belém, Estado do Pará".

RELATORA: Deputada ANTÔNIA LÚCIA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.650/11 - do Poder Executivo - (MSC 747/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o atos constante do Decreto de 4 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Independente Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado HUGO MOTTA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.653/11 - do Poder Executivo - (MSC 747/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o atos constante do Decreto de 4 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Manchester de Anápolis Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Anápolis, Estado de Goiás".

RELATOR: Deputado MARCELO AGUIAR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.654/11 - do Poder Executivo - (MSC 747/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o atos constante do Decreto de 4 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Serra da Boa Esperança Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Boa Esperança, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado MARLLOS SAMPAIO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.655/11 - do Poder Executivo - (MSC 747/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o atos constante do Decreto de 4 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Capixaba Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Vitória, Estado do Espírito Santo".

RELATOR: Deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.656/11 - do Poder Executivo - (MSC 747/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o atos constante do Decreto de 4 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Junqueirópolis Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Junqueirópolis, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado MANOEL SALVIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.657/11 - do Poder Executivo - (MSC 747/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o atos constante do Decreto de 5 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio e Jomais do Ceará S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Fortaleza, Estado do Ceará".

RELATOR: Deputado BETO MANSUR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.658/11 - do Poder Executivo - (MSC 747/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o atos constante do Decreto de 5 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Sociedade Rádio Novo Horizonte Ltda., originariamente outorgada à Rádio Novo Horizonte Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Novo Horizonte, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado AUREO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.663/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 26 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Sociedade de Radiodifusão Padre Eduardo Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Terra Rica, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.667/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 26 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Bom Conselho para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia".

RELATOR: Deputado DR. ADILSON SOARES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.670/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 27 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Rural de Tupaciguara Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.674/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 27 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Sociedade Rádio Peperi Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina".

RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.677/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 27 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Colorado Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Colorado, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado SALVADOR ZIMBALDI.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.678/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 27 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio São Paulo Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de São Paulo, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado LINDOMAR GARÇON.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.679/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 27 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Cultura do Nordeste S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Caruaru, Estado de Pernambuco".

RELATOR: Deputado PAULO WAGNER.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.680/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 27 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Difusora Guarapuava Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Guarapuava, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado PASTOR EURICO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.681/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 27 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Cultura Taperense Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Tapera, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.682/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 27 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Pioneira de Forquilha Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Forquilha, Estado do Ceará".

RELATOR: Deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.686/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Notícias Brasileiras Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Matão, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.688/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Icatu Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Penápolis, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.689/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Norte Sul Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado PAULO FOLETTO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.690/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Fundação Cristã Educativa para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Pires do Rio, Estado de Goiás".

RELATOR: Deputado RATINHO JUNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.691/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Itapuã de Pato Branco Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Pato Branco, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.692/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Difusora Rádio de Cajazeiras Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Cajazeiras, Estado da Paraíba".

RELATOR: Deputado MARCELO AGUIAR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.693/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Jornal a Verdade Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de São José, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: Deputado MÁRCIO MARINHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.694/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Buriti Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Rio Verde, Estado de Goiás".

RELATORA: Deputada ANTÔNIA LÚCIA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.696/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 2 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Difusora Três Passos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado AUREO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.700/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 2 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Sobradinho Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.705/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 4 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Progresso de São Carlos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de São Carlos, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado HUGO MOTTA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.711/11 - do Poder Executivo - (MSC 750/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 348, de 15 de abril de 2010, que renova permissão outorgada à Rádio Graúna Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Cornélio Procopio, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado MARLLOS SAMPAIO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.713/11 - do Poder Executivo - (MSC 750/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 436, de 13 de maio de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Liberdade de Sergipe FM Ltda; para explorar,

pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Aracaju, SE".

RELATOR: Deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.714/11 - do Poder Executivo - (MSC 750/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 444, de 13 de maio de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio FM de Serra Branca Ltda; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Serra Branca, PB".

RELATOR: Deputado ROMERO RODRIGUES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.715/11 - do Poder Executivo - (MSC 741/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 27 de julho de 2010, que renova a concessão outorgada à Fundação Mater ET Magistra de Londrina para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais no município de Londrina, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado MANOEL SALVIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.717/11 - do Poder Executivo - (MSC 721/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 11, de 13 de janeiro de 2004, que autoriza a Prefeitura Municipal de Santana do Cariri - Secretaria de Educação a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Santana do Cariri, Estado do Ceará".

RELATOR: Deputado BETO MANSUR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.792/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 489, de 31 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e de Comunicação Social Guglielmo Marconi para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Venha Ver, Estado do Rio Grande do Norte".

RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.796/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 500, de 7 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Terra Nova para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Terra Nova, Estado de Pernambuco".

RELATOR: Deputado MIRO TEIXEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.797/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 514, de 10 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural de Rádio Comunitária Alternativa FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado SALVADOR ZIMBALDI.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.800/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 524, de 14 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural Araucária de Pinhal da Serra para

executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pinhal da Serra, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado LINDOMAR GARÇON.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.801/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 530, de 14 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Comunicação do Chuí para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado DR. ADILSON SOARES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.803/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 534, de 16 de junho de 2010, que outorga autorização à Fundação Maria Alves Lima para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Teresina, Estado do Piauí".

RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.804/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 536, de 16 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Trindadense de Cultura e Comunicação Social para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Trindade do Sul, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado PAULO WAGNER.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.805/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 537, de 16 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Amigos da Cultura - AMIC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Orós, Estado do Ceará".

RELATOR: Deputado PASTOR EURICO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.807/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 539, de 16 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Floriano Peixoto para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Floriano Peixoto, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado SALVADOR ZIMBALDI.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.808/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 540, de 16 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Canudos do Vale para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Canudos do Vale, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado LINDOMAR GARÇON.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.809/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 546, de 17 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Pompéia - ACUDICOP para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dilermando de Aguiar, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado MÁRCIO MARINHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.810/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 547, de 17 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária dos Amigos Chapadenses para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Chapada Gaúcha, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado PASTOR EURICO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.812/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 577, de 23 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa Cristã para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Goianá, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.813/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 587, de 24 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Conselho Cultural de Difusão Comunitária para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado PAULO FOLETTO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.814/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 588, de 24 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa e Social de Natalândia (ACESNA) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Natalândia, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.815/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 592, de 24 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Moita Bonita/Sergipe para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Moita Bonita, Estado de Sergipe".

RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.816/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 593, de 24 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária dos Amigos e Amigas de Turiaçú para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Turiaçú, Estado do Maranhão".

RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.817/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 596, de 29 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Brunópolis para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Brunópolis, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: Deputado MÁRCIO MARINHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.818/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 643, de 8 de julho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária São Judas Tadeu para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ibiassucê, Estado da Bahia".

RELATORA: Deputada ANTÔNIA LÚCIA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.819/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 644, de 8 de julho de 2010, que outorga autorização à Associação do Desenvolvimento Artístico e Cultural de Baraúna para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Baraúna, Estado da Paraíba".

RELATOR: Deputado AUREO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.823/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 650, de 14 de julho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Pesquisa e Cultura Mipibuense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José do Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte".

RELATOR: Deputado PAULO WAGNER.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.824/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 656, de 16 de julho de 2010, que outorga autorização à Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade União do Rio Preto da Eva para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio Preto da Eva, Estado do Amazonas".

RELATOR: Deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.830/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 683, de 10 de setembro de 2009, que outorga autorização à Associação Novaboavistense de Radiodifusão Comunitária para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado HUGO MOTTA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.832/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 226, de 25 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Amigos da Terra de Paulo Frontin para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Paulo Frontin, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado MARCELO AGUIAR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.833/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 228, de 25 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Alternativa de Jordânia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jordânia, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado MARLLOS SAMPAIO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.834/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 229, de 25 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Manancial das Águas Quentes para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caldas Novas, Estado de Goiás".

RELATOR: Deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.835/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 232, de 25 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Bom Sucesso para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado MANOEL SALVIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.836/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 233, de 25 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Novo Cruzeiro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado BETO MANSUR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.837/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 242, de 26 de março de 2010, que outorga autorização à Associação de Moradores Amigos da Radiodifusão e Cultura para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São João Batista, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: Deputado MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.838/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 244, de 26 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Nova Betel FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro".

RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.840/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 287, de 30 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural e Assistencial ao Menor de Capitão Andrade para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Capitão Andrade, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado JÚLIO CAMPOS.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.842/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 296, de 30 de março de 2010, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Auta de Souza para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte".

RELATOR: Deputado PAULO WAGNER.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.846/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 307, de 30 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural de Jaceaba para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jaceaba, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.850/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 346, de 15 de abril de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Boa Esperança - ACECBE para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Boa Esperança, Estado do Espírito Santo".

RELATOR: Deputado SALVADOR ZIMBALDI.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.851/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 394, de 28 de abril de 2010, que outorga autorização à Fundação de Assistência à Família Antonio Correa de Lima - FUAFa para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Irituia, Estado do Pará".

RELATORA: Deputada GORETE PEREIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.852/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 396, de 29 de abril de 2010, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Brazlândia - ARCOBRAZ para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brazlândia, Distrito Federal".

RELATOR: Deputado LINDOMAR GARÇON.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.853/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 397, de 29 de abril de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Cristão Lajinhense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lajinha, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado PASTOR EURICO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.856/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 415, de 6 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação Painense de Rádio para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pains, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.857/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 422, de 7 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural e Radiodifusora Comunitária de Buritizeiro - MG para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Buritizeiro, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado RATINHO JUNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.858/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 435, de 13 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio FM Gameleiras para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Monte das Gameleiras, Estado do Rio Grande do Norte".

RELATOR: Deputado PAULO WAGNER.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.859/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 438, de 13 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Tempo de Paz para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Porto Velho, Estado de Rondônia".

RELATOR: Deputado PAULO FOLETTTO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.860/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 439, de 13 de maio de 2010, que outorga autorização ao Centro Jovem de Ação Comunitária - CEJAC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Currálinhos, Estado do Piauí".

RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.861/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 440, de 13 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural de Gravatal para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Gravatal, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.862/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 452, de 18 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação Desenvolvimento Comunitário dos Moradores de Ipueiras para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ipueiras, Estado do Ceará".

RELATORA: Deputada ANTÔNIA LÚCIA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.863/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 453, de 18 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural Rafardense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rafard, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado AUREO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.867/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 476, de 21 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Cidade Viva para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte".

RELATOR: Deputado PAULO WAGNER.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.868/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 478, de 21 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Goianinha FM para executar, pelo

prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Goianinha, Estado do Rio Grande do Norte".

RELATOR: Deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.871/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.567, de 22 de novembro de 2002, que renova a permissão outorgada à Rádio Caiuá Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.872/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 763, de 18 de dezembro de 2007, que renova a permissão outorgada à Rádio Concórdia FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.873/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 594, de 18 de agosto de 2009, que renova a permissão outorgada à Rede Central de Comunicações Ltda., originariamente outorgada à FM Record S.A., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de São Paulo, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado RATINHO JUNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.876/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 915, de 18 de novembro de 2009, que renova a permissão outorgada à FM Sudoeste Radiodifusora Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Piraí, Estado do Rio de Janeiro".

RELATORA: Deputada ANTÔNIA LÚCIA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.877/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 106, de 11 de março de 2010, que renova a permissão outorgada à Fundação Fraternidade, originalmente outorgada à Rádio Doce Vale Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado AUREO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.880/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 185, de 24 de março de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio FM Clube Um Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Tupanciretã, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.884/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 193, de 24 de março de 2010, que renova a permissão outorgada à Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda., para

explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Vitória, Estado do Espírito Santo".

RELATOR: Deputado HUGO MOTTA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.887/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 308, de 30 de março de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Itapema FM de Florianópolis Ltda., originalmente outorgada ao Diário da Manhã Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: Deputado MIRO TEIXEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.888/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 341, de 15 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Rede Integridade de Radiodifusão Ltda., originalmente outorgada à Rádio Itaipu de Taubaté Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Taubaté, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado MARLLOS SAMPAIO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.890/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 344, de 15 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Santanense FM Stereo Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.892/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 347, de 15 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Maringá FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Maringá, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado MANOEL SALVIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.894/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 354, de 16 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Blumenau Ltda., originariamente outorgada à Rádio Verde Vale Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Blumenau, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: Deputado MIRO TEIXEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.895/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 356, de 16 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Club de Palmas Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Palmas, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.896/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 357, de 16 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., para explorar,

pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de São Paulo, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.898/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 360, de 16 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio FM Cidade de Mogi Guaçu Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado JÚLIO CAMPOS.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.900/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 362, de 16 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Boecy FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado DR. ADILSON SOARES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.903/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 368, de 19 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Vip Rádio e Televisão Ltda., originalmente outorgada à Art Stúdio Rádio Difusão, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Itanhaém, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.904/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 369, de 19 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Jomal de Ubatã Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Ubatã, Estado da Bahia".

RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.906/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 371, de 19 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Ruy Barbosa FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Ruy Barbosa, Estado da Bahia".

RELATOR: Deputado PASTOR EURICO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.908/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 430, de 13 de maio de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Comercial de Presidente Prudente Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado PAULO FOLETTO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.909/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 432, de 13 de maio de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Grande Rio FM Stereo Ltda., para

explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Petrolina, Estado de Pernambuco".

RELATOR: Deputado RATINHO JUNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.910/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 441, de 13 de maio de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Publicidade Maggi - Plan Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado SALVADOR ZIMBALDI.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.934/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 463, de 20 de maio de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Rádio Itapema FM de Santa Maria Ltda., originariamente outorgada à Empresa de Radiodifusão De Grandi Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado MIRO TEIXEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.939/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 517, de 11 de junho de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Santa Cruz Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado MIRO TEIXEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 25/05/11 - QUARTA-FEIRA - 15ª REUNIÃO

---

TVR Nº 2.625/11 - do Poder Executivo - (MSC 736/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Difusora de Salinas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Salinas, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado ARIOSTO HOLANDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 1.636/09 - do Poder Executivo - (MSC 727/2009) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 12 de junho de 2009, que renova a concessão outorgada à Fundação Aldeia SOS de Goioerê para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Goioerê, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado NEWTON LIMA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.220/10 - do Poder Executivo - (MSC 98/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 08 de fevereiro de 2010, que renova a concessão outorgada à Rádio Vale do Rio Tietê Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de José Bonifácio, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.420/10 - do Poder Executivo - (MSC 359/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 950, de 20 de novembro de 2009, que autoriza a Associação Riosulense de Cultura e Radiodifusão Comunitária Jovem Rio; executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio do Sul, SC".

RELATOR: Deputado MARCOS MONTES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.425/10 - do Poder Executivo - (MSC 359/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 960, de 20 de novembro de 2009, que autoriza a Associação Limaduartina Amigos da Comunicação; executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lima Duarte, MG".

RELATOR: Deputado FRANCISCO FLORIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.608/11 - do Poder Executivo - (MSC 725/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 9 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, que outorga concessão à Fundação Paulo Jackson para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Salvador, no Estado da Bahia".

RELATOR: Deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.612/11 - do Poder Executivo - (MSC 734/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 340, de 15 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Fundação Rádio Educacional de Votuporanga para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Votuporanga, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.639/11 - do Poder Executivo - (MSC 744/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto 17 de agosto de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes do Rio de Janeiro Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro".

RELATOR: Deputado CARLINHOS ALMEIDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.645/11 - do Poder Executivo - (MSC 746/2010) - que "submeto à apreciação do Congresso Nacional, o ato constante do Decreto de 17 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Pontal do Triângulo Mineiro Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Iturama, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado NEWTON LIMA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.666/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 26 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Progresso de Juazeiro S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará".

RELATOR: Deputado MARCOS MONTES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.668/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 26 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Tupanciretã Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Tupanciretã, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado FRANCISCO FLORIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.671/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 27 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Fundação Educacional Dom Pedro Felipak para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Wenceslau Braz, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado ARIOSTO HOLANDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.672/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 27 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio São Luiz Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATORA: Deputada ANTÔNIA LÚCIA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.673/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 27 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Super Rádio Deus é Amor Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Curitiba, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado CARLINHOS ALMEIDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.683/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 27 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Aliança Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de João Pessoa, Estado da Paraíba".

RELATOR: Deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.684/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 27 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Uirapuru Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado NEWTON LIMA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.697/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 2 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Sociedade Mineira de Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado CARLINHOS ALMEIDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.698/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 2 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Itaí Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado CARLINHOS ALMEIDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.707/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 4 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Continental Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Palotina, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado NEWTON LIMA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.791/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 458, de 19 de maio de 2010, que outorga autorização à União Social do Jardim Santana e Adjacências para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Paulo, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado FRANCISCO FLORIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.793/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 492, de 31 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação do Bem Estar Sócio Econômico e Cultural Santanense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte".

RELATOR: Deputado ARIOSTO HOLANDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.794/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 494, de 31 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Afuá - ASCOA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Afuá, Estado do Pará".

RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.798/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 515, de 10 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento de Montenegro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado MARCOS MONTES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.799/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 519, de 14 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Catolé do Rocha para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba".

RELATOR: Deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.802/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 533, de 16 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora do Carmo de Oscar Bressane para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Oscar Bressane, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado FRANCISCO FLORIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.811/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 576, de 23 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento de São Bento de Caldas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Rita de Caldas, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado PASTOR EURICO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.820/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 645, de 8 de julho de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária FM Tio Hugo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tio Hugo, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado CARLINHOS ALMEIDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.822/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 647, de 8 de julho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária e Rural do Cruzeiro da Queimada para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Irará, Estado da Bahia".

RELATOR: Deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.825/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 267, de 6 de junho de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária Sãojoanense Cultural e Educacional de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado NEWTON LIMA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.839/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 286, de 30 de março de 2010, que outorga autorização à Associação dos Aposentados, Pensionistas, Deficientes Físicos e Idosos do Município de Taiobeiras para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Taiobeiras, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado AROLDE DE OLIVEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.841/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 294, de 30 de março de 2010, que outorga autorização à Associação dos Moradores da Comunidade de Marianópolis - AMCM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Marianópolis do Tocantins, Estado do Tocantins".

RELATOR: Deputado MARCOS MONTES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.845/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 301, de 30 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Nova FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Arceburgo, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado FRANCISCO FLORIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.847/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 317, de 30 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Quatituba para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itueta, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado ARIOSTO HOLANDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.848/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 318, de 30 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Lazer de Floresta para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Central de Minas, Estado de Minas Gerais".

RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.865/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 459, de 20 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Senadoreense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Senador José Bento, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado CARLINHOS ALMEIDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.866/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 460, de 20 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação dos Amigos de Rio Doce para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio Doce, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado NEWTON LIMA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.870/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 639, de 6 de julho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Mais Cidadania para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Livramento de Nossa Senhora, Estado da Bahia".

RELATOR: Deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.874/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 609, de 24 de agosto de 2009, que renova a permissão outorgada ao Sistema de Comunicação Ouro Verde Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Manhumirim, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.875/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 668, de 3 de setembro de 2009, que renova a permissão outorgada à Fundação Brasil 2000, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de São Paulo, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado MÁRCIO MARINHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.879/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 178, de 24 de março de 2010, que renova a permissão outorgada à Rede Mineira de Rádio e Televisão Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado CARLINHOS ALMEIDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.882/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 191, de 24 de março de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade de Cuiabá Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso".

RELATOR: Deputado NEWTON LIMA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.889/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 343, de 15 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Zê Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Resende, Estado do Rio de Janeiro".

RELATOR: Deputado LINDOMAR GARÇON.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.897/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 358, de 16 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Minuano de Alegrete Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado AROLDE DE OLIVEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.899/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 361, de 16 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado MARCOS MONTES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.901/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 364, de 19 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Transamérica de Curitiba Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Curitiba, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado FRANCISCO FLORIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.907/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 377, de 20 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Palmeira FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas".

RELATOR: Deputado MÁRCIO MARINHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.913/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 305, de 21 de junho de 2006, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Rádio Cólón Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: Deputado PAULO FOLETTO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.918/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 845, de 22 de outubro de 2009, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à S.P.S. Rádio e Publicidade Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Torres, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado ARIOSTO HOLANDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.923/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 187, de 24 de março de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Mococa, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado FRANCISCO FLORIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.925/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 196, de 24 de março de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Rádio Lidorsom FM Ltda., originariamente outorgada à Rádio Lidorsom de Orândia Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Orândia, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado JÚLIO CAMPOS.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.927/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 352, de 15 de abril de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Rádio e Televisão Matozinho FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro".

RELATOR: Deputado MARCOS MONTES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.929/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 428, de 13 de maio de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Fundação Rádio Educativa São Sebastião para explorar, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro".

RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.931/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 431, de 13 de maio de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Rádio Marconi FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Açailândia, Estado do Maranhão".

RELATOR: Deputado MANOEL SALVIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.933/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 446, de 13 de maio de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Rádio Montes Claros Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado BETO MANSUR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.935/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 475, de 21 de maio de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Fundação Aperipê de Sergipe para explorar, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Aracaju, Estado de Sergipe".

RELATOR: Deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.937/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 481, de 21 de maio de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à TV Serra Dourada Ltda., originariamente outorgada à Rádio Musical de Goiânia Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Goiânia, Estado de Goiás".

RELATOR: Deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.940/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 520, de 14 de junho de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Rádio Morena Stereo Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Campinas, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado MARLLOS SAMPAIO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.943/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 549, de 18 de junho de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Rádio Iguatemi Ltda., originariamente outorgada à Rádio Santo Antônio de Posse Stereo Som Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Santo Antonio de Posse, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado HUGO MOTTA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 1º/06/11 - QUARTA-FEIRA - 17ª REUNIÃO

---

TVR Nº 2.951/11 - do Poder Executivo - (MSC 754/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 2 de agosto de 2010, que declara perempta a concessão outorgada ao Sistema Clube de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Tuntum, Estado do Maranhão".

RELATOR: Deputado TAKAYAMA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.659/11 - do Poder Executivo - (MSC 747/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 5 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Pérola do Turi Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Santa Helena, Estado do Maranhão".

RELATOR: Deputado AUREO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.844/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 298, de 30 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural Projeção e Vida DF e Entorno para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guará I, Distrito Federal".

RELATOR: Deputado PAULO WAGNER.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.921/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 175, de 24 de março de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro".

RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.932/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 442, de 13 de maio de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Rádio Tempo FM Ltda., originariamente outorgada à Rádio Transcariri Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará".

RELATOR: Deputado MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 08/06/11 - QUARTA-FEIRA - 19ª REUNIÃO

---

TVR Nº 2.649/11 - do Poder Executivo - (MSC 747/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 4 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio União de João Pinheiro Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.685/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Vitória Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão".

RELATOR: Deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.702/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 2 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio 31 de Março Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Santa Cruz das Palmeiras, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.881/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 186, de 24 de março de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Transamérica de São Paulo Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de São Paulo, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.946/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 595, de 24 de junho de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Ultra Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Sociedade Emissora Minuano, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 15/06/11 - QUARTA-FEIRA - 22ª REUNIÃO

---

TVR Nº 1.074/06 - do Poder Executivo - (MSC 630/2006) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 678, de 26 de Dezembro de 2005, que renova, a partir de 11 de Março de 2001, a permissão outorgada à FM CORISCO LTDA, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boituva, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.662/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 26 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Difusora Boas Novas Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro".

RELATOR: Deputado AUREO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.712/11 - do Poder Executivo - (MSC 750/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 350, de 15 de abril de 2010, que renova permissão outorgada à Rádio Barriga Verde Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.911/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 443, de 13 de maio de 2010, que renova a permissão outorgada à Empresa Jornalística Noroeste Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.916/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 521, de 7 de agosto de 2009, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Fundação Nossa Senhora da Penha do Espírito Santo, originariamente outorgada à Rádio Difusora Cariacica Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Vitória, Estado do Espírito Santo".

RELATOR: Deputado SALVADOR ZIMBALDI.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.928/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 363, de 16 de abril de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada ao Sistema Rádio Norte Ltda., originariamente outorgada à Intervisão Emissora de Rádio e Televisão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado AROLDE DE OLIVEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 29/06/11 - QUARTA-FEIRA - 23ª REUNIÃO

---

TVR Nº 2.600/11 - do Poder Executivo - (MSC 717/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 2 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, que declara perempta as concessão outorgada à Rádio Transamazônica Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais no município de Senador Guimard, no Estado do Acre".

RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 1.993/09 - do Poder Executivo - (MSC 932/2009) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.070, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Sanraimundense de Comunicação para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí".

RELATOR: Deputado BETO MANSUR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.125/10 - do Poder Executivo - (MSC 95/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 04 de março de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Cacique de Capão Bonito Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela aprovação.

Vista ao Deputado Carlinhos Almeida, em 25/05/2011.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.669/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 26 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Independência de Goiânia Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Goiânia, Estado de Goiás".

RELATOR: Deputado MÁRCIO MARINHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.843/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 297, de 30 de março de 2010, que outorga autorização à Associação dos Agropecuaristas Santa Clara para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itacuruba, Estado de Pernambuco".

RELATOR: Deputado ARIOSTO HOLANDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.917/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 841, de 22 de outubro de 2009, que renova, por dez anos, a permissão outorgada ao Sistema Imagem de Comunicação Ltda., originariamente outorgada à Radio Estéreo Show Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado RATINHO JUNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.926/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 202, de 24 de março de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Fundação Roberto Rabello de Comunicação Social, originariamente outorgada à Sombrasil Comunicação Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo".

RELATOR: Deputado LINDOMAR GARÇON.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 06/07/11 - QUARTA-FEIRA - 24ª REUNIÃO

---

TVR Nº 2.054/09 - do Poder Executivo - (MSC 934/2009) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 958, de 23 de dezembro de 2008, que renova a permissão outorgada à Rede Central de Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal".

RELATORA: Deputada LUCIANA SANTOS.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.638/11 - do Poder Executivo - (MSC 744/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto 17 de agosto de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que renova a concessão outorgada à Rádio TV do Amazonas Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Boa Vista, Estado de Roraima".

RELATOR: Deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.687/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Aurilândia Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais".

RELATORA: Deputada LUCIANA SANTOS.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.710/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 4 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Sociedade de Rádio Carijós Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais".

RELATORA: Deputada LUCIANA SANTOS.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.885/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 197, de 24 de março de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Valença Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Valença, Estado do Rio de Janeiro".

RELATORA: Deputada LUCIANA SANTOS.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.891/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 345, de 15 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Litoral Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Rádio Transrio Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro".

RELATOR: Deputado AUREO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.948/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 684, de 23 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Lagoa Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Sociedade Rádio Lagoa FM Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado BETO MANSUR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 03/08/11 - QUARTA-FEIRA - 26ª REUNIÃO

---

TVR Nº 2.602/11 - do Poder Executivo - (MSC 719/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 487, de 31 de maio de 2010, que declara perempta a permissão outorgada à Rádio Piauí FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de São João do Piauí, Estado do Piauí".

RELATOR: Deputado CARLINHOS ALMEIDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.621/11 - do Poder Executivo - (MSC 736/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Alvorada do Sertão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de São João do Piauí, Estado do Piauí".

RELATOR: Deputado MARCOS MONTES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.623/11 - do Poder Executivo - (MSC 736/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Educadora de Parnaíba S.A para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Parnaíba, Estado do Piauí".

RELATOR: Deputado FRANCISCO FLORIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.613/11 - do Poder Executivo - (MSC 734/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 365, de 19 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Fundação Padre Urbano Thiesen para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado RENZO BRAZ.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.644/11 - do Poder Executivo - (MSC 746/2010) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional, o ato constante do Decreto de 17 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Clube de Jacareí Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Jacareí, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.665/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 26 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Difusora Coroados Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro".

RELATOR: Deputado AUREO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.886/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 198, de 24 de março de 2010, que renova a permissão outorgada à Rauland Belém Som Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Belém, Estado do Pará".

RELATOR: Deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.919/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 105, de 1º de março de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Rádio Vida FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de São José dos Campos, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado LINDOMAR GARÇON.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.922/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 177, de 24 de março de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Rádio Marumby Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Campo Largo, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado PAULO FOLETTO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.941/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 532, de 16 de junho de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Rádio Igreja FM Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Igreja, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado MARCELO AGUIAR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.944/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 589, de 24 de junho de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à TV Pajuçara Ltda., originariamente outorgada à Empresa Gráfica de Comunicação Pajuçara Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Maceió, Estado de Alagoas".

RELATOR: Deputado MARCELO AGUIAR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 10/08/11 - QUARTA-FEIRA - 28ª REUNIÃO

---

TVR Nº 2.709/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 4 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada ao Sistema Cumbica de Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Guarulhos, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado MANOEL SALVIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 17/08/11 - QUARTA-FEIRA - 29ª REUNIÃO

---

TVR Nº 2.566/10 - do Poder Executivo - (MSC 363/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 928, de 18 de novembro de 2009, que outorga permissão à Dorner & Grigoletto Ltda; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nortelândia, MT".

RELATOR: Deputado AUREO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.576/10 - do Poder Executivo - (MSC 363/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.017, de 16 de dezembro de 2009, que outorga permissão à Sociedade Vale de Comunicações Ltda; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Piçarras, SC"

RELATOR: Deputado HUGO MOTTA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.581/10 - do Poder Executivo - (MSC 363/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 37, de 05 de fevereiro de 2010, que outorga permissão à Rádio Cidade FM de Palhoça Ltda; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Joinville (Pirabeiraba), SC"

RELATOR: Deputado MARLLOS SAMPAIO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.587/10 - do Poder Executivo - (MSC 363/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria n.º 43, de 05 de fevereiro de 2010, que outorga permissão à Rádio e TV Maira Ltda.; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campo Novo de Rondônia, RO".

RELATOR: Deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.603/11 - do Poder Executivo - (MSC 722/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 441, de 17 de julho de 2008, que outorga permissão à Fundação Onésimo Nogueira, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Corrente, Estado do Piauí".

RELATOR: Deputado HUGO MOTTA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.615/11 - do Poder Executivo - (MSC 735/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 2 de agosto de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que outorga concessão à SM - Comunicações Ltda. para

explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média no município de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo".

RELATOR: Deputado BETO MANSUR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.718/11 - do Poder Executivo - (MSC 737/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 437, de 13 de maio de 2010, que outorga permissão ao Sistema de Comunicação e Publicidade Buriti Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Buritirama, Estado da Bahia".

RELATOR: Deputado NEWTON LIMA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.729/11 - do Poder Executivo - (MSC 738/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 583, de 24 de junho de 2010, que outorga permissão ao Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Alto Rio Doce, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado FRANCISCO FLORIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.741/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.025, de 23 de dezembro 2008, que outorga permissão ao Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Jordânia, Estado de Minas Gerais".

RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.756/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 212, de 24 de março de 2010, que outorga permissão à Safira Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Araucária, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado MÁRCIO MARINHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.774/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 405, de 4 de maio de 2010, que outorga permissão à Rede Vividense de Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Coronel Vivida, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado MARCOS MONTES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 14/09/11 - QUARTA-FEIRA - 32ª REUNIÃO

---

TVR Nº 2.555/10 - do Poder Executivo - (MSC 363/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 796, de 30 de março de 2009, que outorga permissão à Sistema Plug de Comunicações Ltda; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Boqueirão do Leão, RS".

RELATOR: Deputado NEWTON LIMA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.568/10 - do Poder Executivo - (MSC 363/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 931, de 18 de novembro de 2009, que outorga permissão à Radiodifusão Assisense Ltda; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Francisco de Assis, RS".

RELATOR: Deputado AROLDE DE OLIVEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.605/11 - do Poder Executivo - (MSC 722/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 518, de 11 de junho de 2010, que outorga permissão à Fundação LiderBrasil, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte".

RELATOR: Deputado NEWTON LIMA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.606/11 - do Poder Executivo - (MSC 723/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 17 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, que outorga concessão à Topsports Ventures S.A. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.607/11 - do Poder Executivo - (MSC 724/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 31 de janeiro de 2006, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, que "Outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Alternativa de Radiodifusão, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de São Lourenço, Estado de Minas Gerais", salientando que o referido ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional pela Mensagem nº 57, de 3 de fevereiro de 2006, e posteriormente solicitado sua retirada de tramitação por meio da Mensagem nº 185, de 27 de março de 2006".

RELATOR: Deputado RODRIGO DE CASTRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.616/11 - do Poder Executivo - (MSC 735/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 2 de agosto de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que outorga concessão à SBC - Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média no município de Primavera, Estado do Pará".

RELATOR: Deputado HUGO MOTTA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.617/11 - do Poder Executivo - (MSC 735/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 4 de agosto de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que outorga concessão ao Sistema Gois de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média no município de Juscimeira, Estado do Mato Grosso".

RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.618/11 - do Poder Executivo - (MSC 735/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 4 de agosto de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que outorga concessão ao Sistema Maranhense de

Rádiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de rádiodifusão sonora em onda média no município de São Luís, Estado do Maranhão".

RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.619/11 - do Poder Executivo - (MSC 735/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 5 de agosto de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que outorga concessão à Rádio Itaúna Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de rádiodifusão sonora em onda média no município de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: Deputado AROLDE DE OLIVEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.716/11 - do Poder Executivo - (MSC 720/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 434, de 13 de maio de 2010, que outorga permissão à Gtoll Telecomunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de rádiodifusão sonora em onda média no município de Formosa do Oeste, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.720/11 - do Poder Executivo - (MSC 737/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 473, de 20 de maio de 2010, que outorga permissão ao Sistema de Comunicação São Miguel do Araguaia Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de rádiodifusão sonora em frequência modulada no município de Nova Crixás, Estado de Goiás".

RELATOR: Deputado HERMES PARCIANELLO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.721/11 - do Poder Executivo - (MSC 738/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 403, de 4 de maio de 2010, que outorga permissão ao Sistema Canguçu de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de rádiodifusão sonora em frequência modulada no município de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado JÚLIO CAMPOS.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.722/11 - do Poder Executivo - (MSC 738/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 406, de 4 de maio de 2010, que outorga permissão ao Sistema Torre de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de rádiodifusão sonora em frequência modulada no município de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.724/11 - do Poder Executivo - (MSC 738/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 421, de 7 de maio de 2010, que outorga permissão à Palmital FM Stereo Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de rádiodifusão sonora em frequência modulada no município de Palmital, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado JÚLIO CAMPOS.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.725/11 - do Poder Executivo - (MSC 738/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 474, de 21 de maio de 2010, que outorga permissão à Ibiaçá Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez

anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Ibiaçá, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado HUGO MOTTA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.726/11 - do Poder Executivo - (MSC 738/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 482, de 21 de maio de 2010, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Arroio dos Ratos, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATORA: Deputada ANTÔNIA LÚCIA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.727/11 - do Poder Executivo - (MSC 738/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 523, de 14 de junho de 2010, que outorga permissão à Rádio FM de Porto da Folha Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Cristinápolis, Estado de Sergipe".

RELATOR: Deputado MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.728/11 - do Poder Executivo - (MSC 738/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 581, de 24 de junho de 2010, que outorga permissão ao Sistema de Radiodifusão Luth Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Tefé, Estado do Amazonas".

RELATOR: Deputado MÁRCIO MARINHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.730/11 - do Poder Executivo - (MSC 738/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 584, de 24 de junho de 2010, que outorga permissão à Buritis Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Boa Vista, Estado de Roraima".

RELATOR: Deputado MARCOS MONTES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.731/11 - do Poder Executivo - (MSC 738/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 585, de 24 de junho de 2010, que outorga permissão ao Sistema de Radiodifusão Luth Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Urânia, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.732/11 - do Poder Executivo - (MSC 738/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 604, de 1º de julho de 2010, que outorga permissão à Cristo Rei Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Mimoso do Sul, Estado do Espírito Santo".

RELATOR: Deputado DR. ADILSON SOARES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.734/11 - do Poder Executivo - (MSC 738/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 608, de 1º de julho de 2010, que outorga permissão à Cristo Rei Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez

anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de São Domingos do Norte, Estado do Espírito Santo".

RELATOR: Deputado FRANCISCO FLORIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.735/11 - do Poder Executivo - (MSC 738/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 609, de 1º de julho de 2010, que outorga permissão à Cristo Rei Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo".

RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.736/11 - do Poder Executivo - (MSC 738/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 611, de 1º de julho de 2010, que outorga permissão à P1 Serviços de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Corumbáiba, Estado de Goiás".

RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.737/11 - do Poder Executivo - (MSC 738/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 652, de 14 de julho de 2010, que outorga permissão à Rádio Difusora Luzense Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Luz, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado CARLINHOS ALMEIDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.738/11 - do Poder Executivo - (MSC 738/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 653, de 15 de julho de 2010, que outorga permissão à Nossa Rádio de Teresina FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Abadiânia, Estado de Goiás".

RELATOR: Deputado PAULO FOLETTO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.740/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 553, de 4 de setembro de 2008, que outorga permissão à Amazônia Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Caiabu, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado ARIOSTO HOLANDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.743/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 55, de 24 de março de 2009, que outorga permissão aos Estudos Reunidos Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe".

RELATOR: Deputado SALVADOR ZIMBALDI.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.744/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 921, de 18 de novembro de 2009, que outorga permissão à Portal Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez

anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Montanha, Estado do Espírito Santo".

RELATOR: Deputado LINDOMAR GARÇON.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.745/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 927, de 18 de novembro de 2009, que outorga permissão à Portal Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Sooretama, Estado do Espírito Santo".

RELATOR: Deputado PAULO WAGNER.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.746/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 930, de 18 de novembro de 2009, que outorga permissão à Portal Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Itarana, Estado do Espírito Santo".

RELATOR: Deputado PASTOR EURICO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.747/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 93, de 11 de março de 2010, que outorga permissão à Rede Brasileira de Esportes Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Santa Rosa de Goiás, Estado de Goiás".

RELATOR: Deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.748/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 104, de 11 de março de 2010, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Miracatu Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Viseu, Estado do Pará".

RELATOR: Deputado RATINHO JUNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.749/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 169, de 24 de março de 2010, que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Osvaldo Cruz Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Bastos, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado PAULO FOLETTO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.750/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 170, de 24 de março de 2010, que outorga permissão à San Marino Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Capanema, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.751/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 171, de 24 de março de 2010, que outorga permissão à Rádio Quixelô FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Quixelô, Estado do Ceará".

RELATOR: Deputado HUGO MOTTA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.752/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 172, de 24 de março de 2010, que outorga permissão à Cable-Link Operadora de Sinais de TV a Cabo Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Jambeiro, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.754/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 210, de 24 de março de 2010, que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Catoleense Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba".

RELATOR: Deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.755/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 211, de 24 de março de 2010, que outorga permissão à Rede Nova FM de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Morada Nova de Minas, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado PAULO WAGNER.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.757/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 213, de 24 de março de 2010, que outorga permissão à Mercom Brasília Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Guaraci, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado MARLLOS SAMPAIO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.758/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 214, de 24 de março de 2010, que outorga permissão ao Sistema Beija Flor de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Missão Velha, Estado do Espírito Santo".

RELATOR: Deputado MARCELO AGUIAR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.759/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 215, de 24 de março de 2010, que outorga permissão à Rádio Campos Floridos Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Arapoti, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado MÁRCIO MARINHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.760/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 216, de 24 de março de 2010, que outorga permissão à Rádio Centroeste Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Cantagalo, Estado do Paraná".

RELATORA: Deputada ANTÔNIA LÚCIA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.762/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 218, de 24 de março de 2010, que outorga permissão à 102 FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado AUREO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.763/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 306, de 30 de março de 2010, que outorga permissão à Tipuana FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Angical, Estado da Bahia".

RELATOR: Deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.764/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 309, de 30 de março de 2010, que outorga permissão à LMG Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Aiquara, Estado da Bahia".

RELATOR: Deputado MANOEL SALVIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.765/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 310, de 30 de março de 2010, que outorga permissão à Sistema Sintonia de Comunicação Ltda; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Brotas, SP".

RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.766/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 311, de 30 de março de 2010, que outorga permissão à T. L. Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Aramari, Estado da Bahia".

RELATOR: Deputado BETO MANSUR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.767/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 312, de 30 de março de 2010, que outorga permissão à Chapada Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Andaraí, Estado da Bahia".

RELATOR: Deputado MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.768/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 314, de 30 de março de 2010, que outorga permissão à A. L. Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Amélia Rodrigues, Estado da Bahia".

RELATOR: Deputado AROLDE DE OLIVEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.769/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 316, de 30 de março de 2010, que outorga permissão à Natureza FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Pedregulho, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado JÚLIO CAMPOS.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.771/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 353, de 16 de abril de 2010, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão de Itabirito Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado CARLINHOS ALMEIDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.772/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 402, de 4 de maio de 2010, que outorga permissão à San Marino Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Planalto, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.773/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 404, de 4 de maio de 2010, que outorga permissão à Gtoll Telecomunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Paraíso do Norte, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado NEWTON LIMA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.776/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 409, de 4 de maio de 2010, que outorga permissão à Fabiane Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Verê, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado HUGO MOTTA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.778/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 411, de 4 de maio de 2010, que outorga permissão à FM Rubi Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Medianeira, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado MARCELO AGUIAR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.780/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 420, de 7 de maio de 2010, que outorga permissão à Xaraés Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Jales, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado MARLLOS SAMPAIO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.781/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 423, de 7 de maio de 2010, que outorga permissão à Sociedade Montesionense de Radiodifusão Ltda. para explorar,

pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.782/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 456, de 19 de maio de 2010, que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Vale das Vertentes S/C Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Carmo da Mata, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado MANOEL SALVIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.783/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 465, de 20 de maio de 2010, que outorga permissão à Fuiza & Silva Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Indiara, Estado de Goiás".

RELATOR: Deputado BETO MANSUR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.784/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 467, de 20 de maio de 2010, que outorga permissão ao Sistema Norte de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Mimoso de Goiás, Estado de Goiás".

RELATOR: Deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.785/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 468, de 20 de maio de 2010, que outorga permissão à Empresa de Comunicações Jatobá Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Itarumã, Estado de Goiás".

RELATOR: Deputado MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.786/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 469, de 20 de maio de 2010, que outorga permissão à Lagoa dos Patos FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Tapes, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.787/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 470, de 20 de maio de 2010, que outorga permissão à Milano FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado AROLDE DE OLIVEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.788/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 471, de 20 de maio de 2010, que outorga permissão à Plus Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Xangri-lá, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado JÚLIO CAMPOS.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.789/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 480, de 21 de maio de 2010, que outorga permissão à Rede Ello Brasil de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Mirangaba, Estado da Bahia".

RELATOR: Deputado RATINHO JUNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 21/09/11 - QUARTA-FEIRA - 34ª REUNIÃO

---

TVR Nº 2.622/11 - do Poder Executivo - (MSC 736/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Piquaraçá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Monte Santo, Estado da Bahia".

RELATOR: Deputado DR. ADILSON SOARES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 1.087/06 - do Poder Executivo - (MSC 643/2006) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 664, de 26 de Dezembro de 2005, que renova, a partir de 13 de Junho de 2001, a permissão outorgada à SAC - SISTEMA ARARENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Araras, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado HERMES PARCIANELLO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 1.853/09 - do Poder Executivo - (MSC 735/2009) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 25, de 12 de fevereiro de 2009, que autoriza a Associação Cultural Jardim Represa executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado HERMES PARCIANELLO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.572/10 - do Poder Executivo - (MSC 363/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.013, de 16 de dezembro de 2009, que outorga permissão à Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Baião, PA"

RELATOR: Deputado HERMES PARCIANELLO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.610/11 - do Poder Executivo - (MSC 726/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 5 de agosto de 2010, que outorga concessão à Mar e Céu Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Alta Floresta, Estado do Mato Grosso".

RELATOR: Deputado MARCELO AGUIAR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.651/11 - do Poder Executivo - (MSC 747/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o atos constante do Decreto de 4 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora Aparecida,

originariamente outorgada à Rádio Aparecida Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Aparecida, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado HERMES PARCIANELLO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.661/11 - do Poder Executivo - (MSC 747/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 9 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à - Rádio Federal Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro".

RELATOR: Deputado AUREO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.676/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 27 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Clube de Itararé Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Itararé, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado HERMES PARCIANELLO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.701/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 2 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Lins Rádio Clube Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Lins, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado HERMES PARCIANELLO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.790/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 873, de 29 de outubro de 2009, que outorga autorização à Associação Beneficente Cultural e Comunitária Viva Mosqueiro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Belém, Estado do Pará".

RELATOR: Deputado DR. ADILSON SOARES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.827/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 685, de 6 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Municipal Organizada de Barão do Monte Alto para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Barão do Monte Alto, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado HERMES PARCIANELLO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.883/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 192, de 24 de março de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Lite FM Ltda., originariamente Rádio Antena Um Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro".

RELATOR: Deputado HERMES PARCIANELLO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.902/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 366, de 19 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Imprensa S/A, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro".

RELATOR: Deputado AUREO.  
PARECER: pela aprovação.  
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.912/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 464, de 20 de maio de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Hit Parade Ltda., originariamente outorgada à CONARA - Companhia Nacional de Radiodifusão Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Parati, Estado do Rio de Janeiro".

RELATOR: Deputado AUREO.  
PARECER: pela aprovação.  
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.920/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 174, de 24 de março de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Rádio Subaé Ltda., originariamente outorgada à Rádio Subaé de Frequência Modulada Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Feira de Santana, Estado da Bahia".

RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA.  
PARECER: pela aprovação.  
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.924/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 194, de 24 de março de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Rádio Cidade de Itu Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Itu, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado DR. ADILSON SOARES.  
PARECER: pela aprovação.  
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.938/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 490, de 31 de maio de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, para explorar, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina".

RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA.  
PARECER: pela aprovação.  
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 28/09/11 - QUARTA-FEIRA - 36ª REUNIÃO

---

TVR Nº 2.553/10 - do Poder Executivo - (MSC 363/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 794, de 30 de setembro de 2009, que outorga permissão à Camargo e Vassali - Empresa de Radiodifusão Ltda; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas do Sul, RS".

RELATOR: Deputado RIBAMAR ALVES.  
PARECER: pela aprovação.  
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.675/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 27 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Astorga Broadcasting Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Astorga, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado RIBAMAR ALVES.  
PARECER: pela aprovação.  
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.739/11 - do Poder Executivo - (MSC 738/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 654, de 15 de julho de 2010, que outorga permissão à CMM Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Mata, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado RIBAMAR ALVES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.742/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 53, de 24 de março de 2009, que outorga permissão à Rádio FM Porto da Folha Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Itabaianinha, Estado de Sergipe".

RELATOR: Deputado RIBAMAR ALVES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.795/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 499, de 7 de junho de 2010, que outorga autorização à Comunidade Famense de Rádio para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Fama, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado RIBAMAR ALVES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.806/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 538, de 16 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Educação e Cultura de Rádio Nordeste FM - ACECRAN para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bom Jesus, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado RIBAMAR ALVES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.849/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 332, de 13 de abril de 2010, que outorga autorização à Organização Não Governamental Guaranésia Viva para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guaranésia, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado RIBAMAR ALVES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.915/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 825, de 20 de dezembro de 2007, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Gazeta Comunicações Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado RIBAMAR ALVES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 05/10/11 - QUARTA-FEIRA - 37ª REUNIÃO

---

TVR Nº 2.627/11 - do Poder Executivo - (MSC 736/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 2 de agosto de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio União de Gandu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Gandu, Estado da Bahia".

RELATOR: Deputado RIBAMAR ALVES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 19/10/11 - QUARTA-FEIRA - 39ª REUNIÃO

---

TVR Nº 2.556/10 - do Poder Executivo - (MSC 363/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 798, de 30 de setembro de 2009, que outorga permissão à Andrenei Carneiro de Araújo e Cia Ltda; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santaluz, BA".

RELATOR: Deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.642/11 - do Poder Executivo - (MSC 746/2010) - que "submeto à apreciação do Congresso Nacional, o ato constante do Decreto de 17 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Anhanguera S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Goiânia, Estado de Goiás".

RELATOR: Deputado EMILIANO JOSÉ.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.652/11 - do Poder Executivo - (MSC 747/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o atos constante do Decreto de 4 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a autorização outorgada à Agência Goiana de Comunicação - AGECOM para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Goiânia, Estado de Goiás".

RELATORA: Deputada LUCIANA SANTOS.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.660/11 - do Poder Executivo - (MSC 747/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o atos constante do Decreto de 9 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Difusora de Araçatuba Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Araçatuba, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado EMILIANO JOSÉ.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.699/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 2 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Rio Mar Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Manaus, Estado do Amazonas".

RELATOR: Deputado EMILIANO JOSÉ.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.703/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 2 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Jornal de Assis Chateaubriand Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado EMILIANO JOSÉ.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

TVR Nº 2.719/11 - do Poder Executivo - (MSC 737/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 466, de 20 de maio de 2010, que outorga permissão à Empresa de Comunicação Princesa do Vale Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.770/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 319, de 30 de março de 2010, que outorga permissão à Natureza FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Buritizal, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado EMILIANO JOSÉ.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.775/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 407, de 4 de maio de 2010, que outorga permissão à Rádio Quiguay Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Palmas, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.826/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 447, de 11 de outubro de 2005, que outorga autorização à Associação Sardoense -Comunitária, Social e Cultural Santo Antônio para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sardoá, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.854/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 398, de 29 de abril de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Getsêmane de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rolim de Moura, Estado de Rondônia".

RELATOR: Deputado EMILIANO JOSÉ.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.864/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 457, de 19 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação Casa da Cidade para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Paulo, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado EMILIANO JOSÉ.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.869/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 479, de 21 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Cultural de Salwanópolis para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Maria das Barreiras, Estado do Pará".

RELATOR: Deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.878/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 176, de 24 de março de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade de Campinas Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Campinas, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado EMILIANO JOSÉ.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.945/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 594, de 24 de junho de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Rádio Porto Brasil FM Estereo Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Porto Seguro, Estado da Bahia".

RELATOR: Deputado EMILIANO JOSÉ.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 26/10/11 - QUARTA-FEIRA - 41ª REUNIÃO

---

TVR Nº 2.761/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 217, de 24 de março de 2010, que outorga permissão à Rede Elo de Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Iporanga, Estado do Ceará".

RELATOR: Deputado RUY CARNEIRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.930/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 429, de 13 de maio de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Sociedade Barrense de Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro".

RELATOR: Deputado RUY CARNEIRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 09/11/11 - QUARTA-FEIRA - 43ª REUNIÃO

---

TVR Nº 2.239/10 - do Poder Executivo - (MSC 98/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 11 de fevereiro de 2010, que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de Piranga Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Piranga, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado RUY CARNEIRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.358/10 - do Poder Executivo - (MSC 356/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 29 de março de 2010, que renova a concessão da Rede Central de Comunicação Ltda; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Campinas, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado MÁRCIO MARINHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.423/10 - do Poder Executivo - (MSC 359/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 954, de 20 de novembro de 2009, que autoriza a Associação Radiofônica Comunitária de Iconha; executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Iconha, ES".

RELATOR: Deputado RUY CARNEIRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.593/10 - do Poder Executivo - (MSC 363/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria n.º 95, de 11 de março de 2010, que outorga permissão à Sampaio & Martins Ltda.; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Helena de Goiás, GO"

RELATOR: Deputado RUY CARNEIRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.614/11 - do Poder Executivo - (MSC 734/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 388, de 28 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Universidade de Taubaté para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Taubaté, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado RUY CARNEIRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.704/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 2 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Alto Piranhas Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Cajazeiras, Estado da Paraíba".

RELATOR: Deputado RUY CARNEIRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.706/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 4 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Siqueira Campos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins".

RELATOR: Deputado RUY CARNEIRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.753/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 209, de 24 de março de 2010, que outorga permissão à Empresa de Comunicação Correio Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Princesa Isabel, Estado da Paraíba".

RELATOR: Deputado RUY CARNEIRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.821/11 - do Poder Executivo - (MSC 740/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 646, de 8 de julho de 2010, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Nova Vida para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José da Vitória, Estado da Bahia".

RELATOR: Deputado RUY CARNEIRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.828/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 865, de 19 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Sociedade Beneficência Vida Nova para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Novo Alegre, Estado do Tocantins".

RELATOR: Deputado RUY CARNEIRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.829/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.146, de 23 de dezembro de 2008, que autoriza a Associação dos Moradores Deputado Luís Eduardo Maron de Magalhães - ALEM; executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, BA".

RELATOR: Deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.936/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 477, de 21 de maio de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Rede Central de Comunicação Ltda., originariamente outorgada à Rádio Manchete Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Recife, Estado de Pernambuco".

RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 23/11/11 - QUARTA-FEIRA - 46ª REUNIÃO

---

TVR Nº 2.599/11 - do Poder Executivo - (MSC 717/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 2 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, que declara perempta as concessão outorgada à Progresso do Acre Comunicações para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais no município de Rio Branco, no Estado do Acre".

RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.609/11 - do Poder Executivo - (MSC 726/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 27 de julho de 2010, que outorga concessão à Mar e Céu Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Sinop, Estado do Mato Grosso".

RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.628/11 - do Poder Executivo - (MSC 736/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 2 de agosto de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Ingazeira de Paulistana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Paulistana, Estado do Piauí".

RELATOR: Deputado SALVADOR ZIMBALDI.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.708/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 4 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio 880 Ltda., outorgada originalmente à Rádio Cauê Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado BETO MANSUR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.914/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 755, de 18 de dezembro de 2007, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: Deputado SALVADOR ZIMBALDI.  
PARECER: pela aprovação.  
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 30/11/11 - QUARTA-FEIRA - 48ª REUNIÃO

---

TVR Nº 1.970/09 - do Poder Executivo - (MSC 931/2009) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 463, de 28 de julho de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária de Moradores de Israelândia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Israelândia, Estado de Goiás".

RELATOR: Deputado ZEQUINHA MARINHO.  
PARECER: pela aprovação.  
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.237/10 - do Poder Executivo - (MSC 98/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 11 de fevereiro de 2010, que renova a concessão outorgada à Rádio Emissora Vanguarda Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Sorocaba, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado ZEQUINHA MARINHO.  
PARECER: pela aprovação.  
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.450/10 - do Poder Executivo - (MSC 360/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 984, de 23 de dezembro de 2008, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Ponte Alta executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guarulhos, SP".

RELATOR: Deputado ZEQUINHA MARINHO.  
PARECER: pela aprovação.  
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.626/11 - do Poder Executivo - (MSC 736/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 2 de agosto de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Jomal Rio Bonito Ltda., originariamente outorgada à Sociedade Rádio Difusora de Rio Bonito Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro".

RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA.  
PARECER: pela aprovação.  
Vista ao Deputado Aureo, em 23/11/2011.  
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.664/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 26 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Currais Novos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte".

RELATOR: Deputado AROLDE DE OLIVEIRA.  
PARECER: pela aprovação.  
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.723/11 - do Poder Executivo - (MSC 738/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 408, de 4 maio de 2010, que outorga permissão à Som da Ilha Comércio e Produções Ltda-ME para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Palmares Paulista, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado AROLDE DE OLIVEIRA.  
PARECER: pela aprovação.  
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.733/11 - do Poder Executivo - (MSC 738/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 607, de 1º de julho de 2010, que outorga permissão à Rádio Tropical FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Coroados, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado ARIOSTO HOLANDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 14/12/11 - QUARTA-FEIRA - 53ª REUNIÃO

---

TVR Nº 2.634/11 - do Poder Executivo - (MSC 742/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 27 de julho de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio 880 Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro".

RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.831/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 168, de 24 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Araxaense das Donas de Casa para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Araxá, Estado de Minas Gerais".

RELATORA: Deputada LUCIANA SANTOS.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.905/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 370, de 19 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Continental de Curitiba Ltda., originariamente Rádio Tingui Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Curitiba, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado RIBAMAR ALVES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

## 4.2 – PROJETOS

---

DIA 04/05/11 - QUARTA-FEIRA - 9ª REUNIÃO

---

PL Nº 7.437/10 - do Executivo – que “Cria o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas, altera a estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado PAULO FOLETTO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PDC Nº 27/11 - da CREDN – que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia, assinado em Berna, em 29 de setembro de 2009.

RELATOR: Deputado PASTOR EURICO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PL Nº 446/11 - do Sr. Pauderney Avelino – que “Altera a alínea "c" e inclui a alínea "d" no art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich "menos quatro horas" para o fuso horário Greenwich "menos cinco horas".

RELATOR: Deputado RODRIGO MAIA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 24/05/11 - QUARTA-FEIRA - 14ª REUNIÃO

---

PL Nº 595-D/03 - do Senado Federal – que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República”.

RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA.

PARECER: pela aprovação do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 595/03.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 01/06/11 - QUARTA-FEIRA - 17ª REUNIÃO

---

PL Nº 1.556/07 - do Sr. Beto Mansur – que “Dispõe sobre a criação do sistema de emergência na telefonia fixa e móvel”.

RELATOR: Deputado JOSE ROCHA.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PDC Nº 2.865/10 - da CREDN – que “Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação, celebrado em Atenas, em 3 de abril de 2009, nos termos do projeto de decreto legislativo que apresentamos a seguir”.

RELATOR: Deputado MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 08/06/11 - QUARTA-FEIRA - 19ª REUNIÃO

---

PL Nº 1.751/07 - da CLP – que “Regula a utilização da Internet como veículo de publicação oficial”.

RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 03/08/11 - QUARTA-FEIRA - 26ª REUNIÃO

---

PL Nº 6.490/09 - do Sr. Fábio Faria – que “Institui o Projeto Computador Portátil para Alunos de Ensino Superior, Mestrado e Doutorado, no âmbito do Programa de Inclusão Digital e dá outras providências”. (apensado: PL 6.836/10)

RELATOR: Deputado PASTOR EURICO.

PARECER: pela rejeição deste, e do PL 6.836/10, apensado.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PDC Nº 51/11 - da CREDN – que “Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação em Ciência e Tecnologia Espacial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, assinado em Caracas, em 27 de junho de 2008”.

RELATOR: Deputado HUGO MOTTA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 10/08/11 - QUARTA-FEIRA - 28ª REUNIÃO

---

PL Nº 4.368/08 – da Sra. Elcione Barbalho – que “Veda a cobrança na conta telefônica, em acréscimo ao valor da tarifa definida pela Agência Nacional de Telecomunicações, de tributos devidos pela concessionária de telefonia”. (Apensado: PL 4.481/08)

RELATOR: Deputado ZEQUINHA MARINHO.

PARECER: pela aprovação deste e pela rejeição do PL 4.481/08, apensado.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PL Nº 175/2011 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “Determina a adoção de número único para emergências e segurança pública”.

RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO, CONTRA O VOTO DO DEPUTADO SANDRO ALEX.

---

DIA 14/09/11 - QUARTA-FEIRA - 32ª REUNIÃO

---

PL Nº 91/07 – do Sr. Neilton Mulim – que “Altera os arts. 79, 109 e 163 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que “dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações”, e dá outras providências”. (Apensados: PLs nºs 428/07, 515/07, 585/07, 1.902/07 e 1.907/07).

RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.

PARECER: pela rejeição deste, do PL 428/07, do PL 515/07, do PL 585/07, do PL 1.902/07 e do PL 1.907/07, apensados.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

PL Nº 1.637/07 - do Sr. Carlos Bezerra – que “Dispõe sobre oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas, cujo objeto seja a divulgação e a promoção de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional”. (Apensado: PL nº 3.793/08, PL 4.462/08, 7.174/10, 7.644/10, 7.648/10, 7.667/10 e 7.304/10).

RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL.

PARECER: pela rejeição deste, do PL 3.793/08, do PL 4.462/08, do PL 7.304/10, do PL 7.644/10, do PL 7.667/10, do PL 7.174/10 e do PL 7.648/10, apensados.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PL Nº 1.757/07 - do Sr. Edigar Mão Branca – que “Obriga as rádios e televisões comerciais a informar aos ouvintes ou telespectadores dados sobre a autoria e interpretação das obras musicais executadas em sua programação”. (Apensado: PL 3.841/08 e PL 4.339/08).

RELATOR: Deputado ROMERO RODRIGUES.

PARECER: pela rejeição deste, do PL 3.841/08 e do PL 4.339/08, apensados.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PL Nº 7.880/10 - do Sr. Mendonça Prado – que “Dispõe sobre a prestação de serviço telefônico de informações - "telelista"”.

RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PL Nº 1.206/11 - do Sr. Givaldo Carimbão – que “Modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, autorizando a reprodução de discursos pronunciados em sessões legislativas e tribunais, nos meios de comunicação social”.

RELATOR: Deputado RENZO BRAZ.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PL Nº 1.669/11 - do Senado Federal – que “Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer os fusos horários do Estado do Acre, do Estado do Pará e do Estado do Amazonas”.

RELATORA: Deputada ANTONIA LUCIA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 21/09/11 - QUARTA-FEIRA - 34ª REUNIÃO

---

PL Nº 6.809/10 – do Sr. Ratinho Junior – que “Altera o § 2º do art. 213 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações”.

RELATOR: Deputado RUY CARNEIRO.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 28/09/11 - QUARTA-FEIRA - 36ª REUNIÃO

---

PL Nº 2.231/99 - do Sr. José Carlos Elias - que " Obriga os responsáveis por "sites" provedores de informações na Internet a fornecer classificação indicativa do conteúdo veiculado". (Apensados: PLs nºs 4.426/01, 1.264/03, 2.842/03 e 7.439/00)

RELATOR: Deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela rejeição deste, do PL 4.426/01, do PL 2.842/03, do PL 1.264/03 e do PL 7.439/10, apensados.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 30/11/11 - QUARTA-FEIRA - 48ª REUNIÃO

---

PL Nº 514/11 - do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “Estende os incentivos estabelecidos pela Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a jogos eletrônicos de uso domiciliar”. (Apensados: PLs nºs 899/11 e 943/11).

RELATOR: Deputado HUGO MOTTA.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 899/11 e do PL 943/11, apensados, com substitutivo.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 07/12/11 - QUARTA-FEIRA - 50ª REUNIÃO

---

PL Nº 1.840/11 - da Sra. Erika Kokay – que “Proíbe a utilização de mensagens subliminares na propaganda veiculada nas emissoras de radiodifusão”.

RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA.

PARECER: pela aprovação deste e pela aprovação parcial da Emenda nº 1/11 da CCTCI, com substitutivo.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

PL Nº 2.289/11 - do Sr. Carlos Bezerra – que “Limita a dois anos o prazo de análise das demonstrações de cumprimento de contrapartidas relativas aos benefícios aplicáveis ao setor de informática, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

DIA 14/12/11 - QUARTA-FEIRA - 53ª REUNIÃO

---

PL Nº 7.351/10 - do Sr. Roberto Britto – que “Institui o Índice Brasileiro de Inclusão Digital”.

RELATOR: Deputado FRANCISCO FLORIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

---

### 4.3 – RELATÓRIOS

---

DIA 14/12/11 - QUARTA-FEIRA - 53ª REUNIÃO

---

RELATÓRIO Nº 1/11 - do Sr. Newton Lima - "Relatório Preliminar da Subcomissão Especial destinada a acompanhar as ações do Programa Nacional de Banda Larga".

APROVADO, incluindo-se, no item 4.1 – Voto do Relator, alínea (“h”) com a seguinte redação: “acompanhamento dos trabalhos da comissão especial sobre o marco civil da internet no Brasil”.

---

#### 4.4 – REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 1/11 - do Sr. Silas Câmara - que "Solicita a realização de audiência pública tendo como convidado o senhor Ministro de Estado das Comunicações, Dr. Paulo Bernardo Silva".

APROVADO em 16/03/11.

Evento realizado em 06/04/11.

REQUERIMENTO Nº 2/11 - do Sr. Silas Câmara - que "Solicita a realização de audiência pública tendo como convidados o senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Dr. Aluizio Mercadante Oliva".

APROVADO em 16/03/11.

Evento realizado em 27/04/11.

REQUERIMENTO Nº 3/11 - do Sr. Silas Câmara - que "Solicita a realização de audiência pública tendo como convidados os senhores Gilberto Câmara, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Antônio Divino Moura, Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, para prestarem informações a respeito dos acontecimentos naturais que ocorreram recentemente em alguns Estados do Brasil".

APROVADO em 16/03/11, estendendo-se o convite a Carlos Afonso Nobre, secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Evento realizado em 12/04/11.

REQUERIMENTO Nº 4/11 - dos Srs. Sibá Machado e Newton Lima - que "Requer a aprovação de convite ao Ministro da Ciência e Tecnologia, Senhor Aloizio Mercadante para prestar audiência [pública] com o objetivo de debater os projetos do Governo da Presidenta Dilma Rousseff afetos a esta Comissão de Ciência e Tecnologia".

APROVADO em 16/03/11.

Evento realizado em 27/04/11.

REQUERIMENTO Nº 5/11 - do Sr. Antonio Imbassahy - que "Solicita seja convocado o Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União - CGU para prestar esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades em licitações em contrato da EBC - Empresa Brasil e Comunicação com a empresa Tecnet, e as auditorias realizadas pela CGU".

APROVADO, com a transformação da 'convocação' em 'convite' e a extensão deste ao ministro Ubiratan Aguiar, do Tribunal de Contas da União - TCU, e a Tereza Cruvinel, diretora-presidente da Empresa Brasil de Comunicação - EBC (16.03.11), e com a conversão da audiência em evento conjunto com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (06.04.11).

Evento realizado em 13/04/11.

REQUERIMENTO Nº 7/11 - do Sr. Bruno Araújo - que "Requer a realização de audiência pública para avaliar a necessidade de organizar a sociedade brasileira com vista ao enfrentamento de catástrofes naturais".

APROVADO em 23/03/11.

Evento realizado em 12/04/11.

REQUERIMENTO Nº 8/11 - do Sr. Silas Câmara - que "Solicita a realização de audiência pública tendo como convidados a senhora Ministra da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Dra. Helena Chagas, e o senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, o Dr. Benjamin Zymler, para prestarem informações acerca da aplicação dos recursos destinados a publicidade do Governo Federal, Governos Estaduais e Prefeituras Municipais".

APROVADO em 13/04/11.

Evento realizado em 08/11/11.

REQUERIMENTO Nº 9/11 - do Sr. Newton Lima - que "Requer a criação de Subcomissão Especial destinada a acompanhar as ações do Plano Nacional de Banda Larga - PNBL". O Deputado Bruno Araújo subscreveu o requerimento.

APROVADO em 13/04/11.

REQUERIMENTO Nº 10/11 - do Sr. Newton Lima - que "Requer a convocação de audiência pública para conhecimento da situação de segurança dos reatores nucleares brasileiros em funcionamento, bem como daqueles a serem instalados".

APROVADO em 13/04/11, com a extensão do convite a Luiz Pinguelli Rosa, diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), a Mauricio Tiomno Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e a Miguel Colasuonno, presidente da Eletronuclear.

REQUERIMENTO Nº 11/11 - do Sr. Takayama - que "Requer seja convidado [audiência pública] o Sr. José Augusto Perrotta, Diretor de Projetos do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN, para dar esclarecimento sobre a contaminação proveniente do vazamento de gases radioativos".

APROVADO em 13/04/11.

Evento realizado em 08/06/11.

REQUERIMENTO Nº 12/11 - do Sr. Takayama - que "Requer seja convidado [audiência pública] o Sr. José Augusto Perrotta do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN, para dar explicações sobre os gases radioativos (Urânio e Plutônio) que foram liberados na explosão dos reatores nucleares no Japão".

APROVADO em 13/04/11.

Evento realizado em 08/06/11.

REQUERIMENTO Nº 16/11 - do Sr. Bruno Araújo - que "Requer a realização de audiência pública para examinar a evolução dos serviços de banda larga prestados no País".

APROVADO em 13/04/11.

Evento realizado em 10/05/11.

REQUERIMENTO Nº 17/11 - do Sr. Edson Silva - que "Requer a realização de audiência pública para debater a questão das inúmeras reclamações apresentadas pelos usuários dos serviços de telefonia fixa e móvel". O Deputado Silas Câmara subscreveu o requerimento.

APROVADO em 04/05/11.

REQUERIMENTO Nº 18/11 - do Sr. Stefano Aguiar - que "Requer seja convidado o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, o Presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional de Defesa Vegetal - ANDEF, o Professor e Pesquisador da Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT, o Pesquisador do Departamento de Ciências de Alimentos da Unicamp e o Diretor-Presidente da Monsanto do Brasil para, em audiência pública conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, tratar de assunto referente à constatação, em pesquisa desenvolvida pela Universidade Federal de Mato Grosso, da presença de resíduos de agrotóxicos em leite materno".

APROVADO em 13/04/11, com a extensão do convite às empresas BASF, Bayer Cropscience e Syngenta.

REQUERIMENTO Nº 19/11 - do Sr. Domingos Neto - que "Requer a realização de audiência pública para debater o Programa Nacional de Banda Larga, com a presença do Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações".

APROVADO em 13/04/11.

Evento realizado em 10/05/11.

REQUERIMENTO Nº 20/11 - do Sr. Silas Câmara - que "Solicita a realização de audiência pública tendo como convidados os senhores Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União - TCU, Antônio Carlos Valente, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal - SINDITELEBRASIL, para prestarem informações a respeito dos contratos de privatização das telecomunicações Brasileiras".

APROVADO em 13/04/11.

Evento realizado em 31/05/11.

REQUERIMENTO Nº 21/11 - do Sr. Emiliano José - que "Propõe a realização de audiência pública sobre o PL nº 5921/2001".

APROVADO em 04/05/11, convertendo-se o evento em seminário.

Evento realizado em 17/05/11.

REQUERIMENTO Nº 22/11 - do Sr. Sandro Alex - que "Requer a aprovação de realização de audiência pública para debater sobre Cibercrimes - Crimes na Internet e seus desdobramentos na sociedade brasileira".

APROVADO em 04/05/11, estendendo-se o convite ao Senador Magno Malta; ao diretor-presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Marcos Vinícius Ferreira Mazoni; e a representantes da Polícia Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal.

Evento realizado em 13/07/11.

REQUERIMENTO Nº 23/11 - do Sr. Sandro Alex - que "Requer a constituição de Subcomissão Especial de Rádio Digital".  
APROVADO em 04/05/11.

REQUERIMENTO Nº 24/11 - do Sr. Ribamar Alves - que "Solicita a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor para discutir a questão dos direitos de transmissão dos jogos dos campeonatos de futebol pelas televisões brasileiras, com a participação de representantes da Rede Globo, Rede TV, Record, Band e do Clube dos Treze".  
APROVADO em 04/05/11, estendendo-se o convite a representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

REQUERIMENTO Nº 25/11 - do Sr. Carlinhos Almeida - que "Requer realização de audiência pública para debater o Programa Espacial Brasileiro".  
APROVADO em 04/05/11, com a extensão do convite ao ex-ministro da Ciência e Tecnologia Roberto Amaral e a alteração do nome do representante do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA).  
Evento realizado em 14/06/11.

REQUERIMENTO Nº 26/11 - dos Srs. Sandro Alex e Bruno Araújo - que "Requerem sejam convidados [audiência pública] o Presidente do INMETRO, Sr. João Alziro Herz da Jornada e o Diretor de Inovação Tecnológica do INMETRO, Sr. Antonio Cesar Olinto de Oliveira para prestar esclarecimentos junto a esta Comissão, acerca da viabilidade do novo padrão de tomadas elétricas brasileiras".  
APROVADO em 11/05/11, estendendo-se o convite ao professor Mauro Moura, do Departamento de Engenharia da UnB.  
Evento realizado em 07/06/11.

REQUERIMENTO Nº 27/11 - da Sra. Luciana Santos - que "Requer a constituição de Subcomissão Especial para possibilitar a análise de formas de financiamento de mídia alternativa".  
APROVADO em 1º/06/11.

REQUERIMENTO Nº 28/11 - do Sr. Ariosto Holanda - que "Requer a realização de um seminário em conjunto com o Conselho de Altos Estudos, com a Comissão Especial do PNE e com o Ministério da Ciência e Tecnologia com o objetivo de definir diretrizes, metas e estratégias para a extensão tecnológica no país".  
APROVADO em 11/05/11, com a substituição do presidente da Andifes pelo presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex).  
Evento realizado em 16/08/11.

REQUERIMENTO Nº 29/11 - do Sr. Bruno Araújo - que "Requer a realização do seminário 'O Papel do Congresso Nacional na Inovação Tecnológica'".  
APROVADO em 11/05/11.  
Evento realizado em 30 e 31/08/11.

REQUERIMENTO Nº 30/11 - do Sr. Salvador Zimbaldi - que "Requer a realização de audiência pública para debater as práticas, preços e condições na venda de Software para Administração Pública".  
APROVADO em 11/05/11, estendendo-se o convite à empresa Microsoft.

REQUERIMENTO Nº 31/11 - dos Srs. Sibá Machado e Silas Câmara - que "Requer a aprovação de convite ao Sr. Fernando Haddad, ministro da Educação, para prestar esclarecimentos [audiência pública] sobre a política do governo federal para a formação de novos mestres e doutores; e em relação à iniciação científica nos ensinos fundamental e médio, apontando as maiores deficiências e as medidas que estão sendo adotadas".  
APROVADO em 11/05/11.

REQUERIMENTO Nº 32/11 - dos Srs. Sibá Machado e Silas Câmara - que "Requer a aprovação de convite ao Presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Benjamin Zymler, para prestar esclarecimentos [audiência pública] em relação aos obstáculos criados pela Lei 8.666/93 para gastos públicos na área de pesquisa".  
APROVADO em 11/05/11, estendendo-se o convite a representante da Receita Federal do Brasil (RFB).

REQUERIMENTO Nº 33/11 - da Sra. Luiza Erundina - que "Requer a realização de audiência pública para debater a prática de subconcessão, arrendamento ou alienação a terceiros promovida por concessionários de serviços públicos de radiodifusão sonora e de sons e imagens sem a autorização competente".  
APROVADO em 25/05/11.  
Evento realizado em 15/12/11.

REQUERIMENTO Nº 34/11 - do Sr. Hugo Motta - que "Requer sejam solicitadas informações ao Ministério das Comunicações referentes ao inventário de bens reversíveis a União decorrente dos contratos de concessão firmados com as prestadoras de telefonia fixa".

APROVADO em 25/05/11.

REQUERIMENTO Nº 35/11 - do Sr. Marcelo Aguiar e outros - que "Requer que sejam convidados o Sr. Roberto Correa de Mello, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Música e Arte (Abramus), e a Sra. Glória Braga, Superintendente do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), para prestar esclarecimentos [audiência pública] sobre as recentes denúncias contra o sistema de arrecadação e distribuição de direitos autorais".

APROVADO em 11/05/11, estendendo-se o convite ao Ministério da Cultura.

Evento realizado em 18 e 24/05/11.

REQUERIMENTO Nº 36/11 - do Sr. Walter Ithoshi - que "Solicita a realização de audiência pública a ser ouvido o Sr. Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações sobre a transferência de competência do Ministério para a Anatel da fiscalização dos serviços de radiodifusão". O Deputado José Rocha subscreveu o requerimento.

APROVADO em 25/05/11.

Evento realizado em 09/08/11.

REQUERIMENTO Nº 38/11 - do Sr. Antonio Imbassahy - que "Requer seja convocado o Ministro Chefe da Casa Civil, Senhor Antonio Palocci, para comparecer a esta Comissão e prestar esclarecimentos sobre contratos de consultoria realizados entre a empresa Projeto Consultoria, Planejamento e Eventos Ltda. e as empresas LG, Samsung, Claro-Embratel, TIM, Oi, no período de 2006 a 2011".

REJEITADO em 1º/06/11.

REQUERIMENTO Nº 39/11 - do Sr. Silas Câmara - que "Solicita informações ao Ministério das Comunicações, por meio da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, acerca dos contratos de privatização dos serviços de telecomunicações assinados em 1998".

APROVADO em 08/06/11.

REQUERIMENTO Nº 40/11 - do Sr. Domingos Neto - que "Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor, para debater sobre as inúmeras reclamações dos consumidores sobre o serviço das operadoras de telefonia móvel, problema ocasionado pelo número reduzido de antenas no Brasil".

APROVADO em 1º/06/11.

REQUERIMENTO Nº 41/11 - do Sr. Rodrigo Maia - que "Solicita realização de audiência pública conjunta com as Comissões de Seguridade Social e Família e de Defesa do Consumidor para discutir as implicações do uso do telefone celular na saúde de seus usuários".

APROVADO em 1º/06/11, retificando-se o texto para "convite".

Evento realizado em 18/10/11.

REQUERIMENTO Nº 42/11 - do Sr. José Rocha - que "Requer sejam convidados os Senhores: Roberto Franco - Fórum de TV Digital; Lílíana Nakonechnij - SET; Paulo Ricardo Beduíno - Abert; Frederico Schmidt - TV Câmara -; Virginia Galvez - Virginia Galvez - TV Senado; Pedro Del Picchia - TV Justiça; Tereza Cruvinel - EBC; Jarbas Valente - Anatel; Genildo Lins de Albuquerque Neto - Minicom; e, André Barbosa - Casa Civil para, em audiência pública discutir a ocupação de espectro radioelétrico na faixa de 700 MHz (canais 52 a 69 em UHF), atualmente destinada à radiodifusão".

APROVADO em 08/06/11, estendendo-se o convite a João Brant, do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervezes).

Evento realizado em 25/10/11.

REQUERIMENTO Nº 43/11 - do Sr. Carlinhos Almeida - que "Requer realização de audiência pública para debater a concessão de canais de rádio e TV legislativas".

APROVADO em 08/06/11.

REQUERIMENTO Nº 44/11 - do Sr. Sandro Alex - que "Requer a convocação do Presidente do Facebook e do Orkut no Brasil, para esclarecer sobre as regras de controle de circulação de informações das comunidades virtuais brasileiras".

APROVADO em 08/06/11, com a retificação do texto para "convite" e a extensão deste a Sérgio Amadeu, da Universidade Federal do ABC, e a Marília Maciel, do Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas.

REQUERIMENTO Nº 45/11 - do Sr. Antonio Imbassahy - que "Solicita a realização de audiência pública para esclarecimentos sobre denúncias de superfaturamento em licitação da Telebrás para o Programa Nacional de Banda Larga".

APROVADO em 29/06/11.

Evento realizado em 20/09/11.

REQUERIMENTO Nº 48/11 - do Sr. Newton Lima - que "Solicita realização de audiência pública para debater o serviço público de telecomunicações em nosso país".

APROVADO em 29/06/11.

REQUERIMENTO Nº 50/11 - do Sr. José Rocha - que "Requer sejam convidados os Senhores abaixo descritos, para, em audiência pública já aprovada no Requerimento nº 42/2011, também participarem das discussões sobre a ocupação de espectro radioelétrico na faixa de 700 MHz (canais 52 a 69 em UHF), atualmente destinada à radiodifusão".

APROVADO em 29/06/11, com a inclusão de representante da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra) e extensão do debate à faixa de frequência de 400 MHz.

Evento realizado em 25/10/11.

REQUERIMENTO Nº 51/11 - do Sr. Antonio Imbassahy - que "Requer a convocação do Ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, para prestar esclarecimentos acerca das novas denúncias da sua participação na tentativa de compra de falso dossiê, em 2006, contendo documentos e informações para uso político, e sobre a origem dos quase R\$ 2 milhões destinados a tal transação".

REJEITADO em 29/06/11, contra o voto dos Deputados Antonio Imbassahy, Bruno Araújo, Sandro Alex, Eduardo Azeredo, Marcos Montes e Paulo Abi-Ackel.

REQUERIMENTO Nº 52/11 - do Sr. Antonio Imbassahy - que "Solicita seja convidado o senhor Aloizio Mercadante, Ministro da Ciência e Tecnologia (MCT), para prestar esclarecimentos [audiência pública] sobre a inoperância da Estatal "Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica – Ceitec".

APROVADO em 29/06/11, substituindo-se o nome do ministro pelo do presidente da instituição.

Evento realizado em 13/12/11.

REQUERIMENTO Nº 55/11 - do Sr. Sandro Alex - que "Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo à prorrogação da Consulta Pública nº 23, de 2011, da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)".

APROVADO em 29/06/11.

REQUERIMENTO Nº 56/11 - do Sr. Newton Lima - que "Solicita realização de audiência pública para ouvir o presidente da CNEN, Senhor Ângelo Fernando Padilha, sobre as perspectivas da política nuclear brasileira".

APROVADO em 06/07/11.

REQUERIMENTO Nº 57/11 - do Sr. Emiliano José - que "Requer a realização de audiência pública Conjunta com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para debater o PL 84/99 que tipifica condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico".

APROVADO em 29/06/11, com a exclusão da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Evento realizado em 13/07/11.

REQUERIMENTO Nº 58/11 - do Sr. Sandro Alex - que "Requer a realização de audiência pública para discutir os reflexos dos ataques de *hackers* em portais institucionais do governo brasileiro, para identificar o grau de vulnerabilidade das informações, conhecer o comprometimento desses ataques à segurança nacional, bem como buscar melhorias nas redes de informação governamentais".

APROVADO em 29/06/11, com a extensão do convite a representante do Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (CERT.br).

Evento realizado em 13/07/11.

REQUERIMENTO Nº 59/11 - do Sr. Izalci - que "Requer realização de audiência pública conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC, de Viação e Transportes - CVT de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI e de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP, com o Ministro Alfredo Nascimento, para prestar esclarecimento acerca dos supostos fatos apresentados pela Revista Veja, edição nº 2.224 - ano 44 - nº 27, de 6 de julho de 2011, páginas 64 a 70".

APROVADO em 06/07/11, estendendo-se o convite a Luiz Antonio Pagot (Dnit) e a Luiz Carlos Oliveira Machado (Valec).

REQUERIMENTO Nº 60/11 - do Sr. Ruy Carneiro - que "Requer informações ao Ministro das Comunicações quanto à expansão do número de rádios comunitárias nos municípios paraibanos".

APROVADO em 03/08/11.

REQUERIMENTO Nº 61/11 - do Sr. Ruy Carneiro - que "Requer informações ao Ministro das Comunicações sobre a inclusão de municípios paraibanos no Plano Nacional de Banda Larga (PNBL)".

APROVADO em 03/08/11.

REQUERIMENTO Nº 62/11 - do Sr. Ruy Carneiro - que "Requer informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre o impacto do contingenciamento orçamentário determinado pela Presidente Dilma nas atividades do Instituto Nacional do Semiárido - INSA, localizado em Campina Grande-PB".

APROVADO em 03/08/11.

REQUERIMENTO Nº 63/11 - do Sr. Ruy Carneiro - que "Requer informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia e à FINEP sobre o direcionamento de recursos públicos para o Programa PRIME em favor de empresas localizadas no Estado da Paraíba".

APROVADO em 03/08/11.

REQUERIMENTO Nº 64/11 - do Sr. Ruy Carneiro - que "Requer informações à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL sobre o número de cidades paraibanas efetivamente atendidas por telefonia móvel".

APROVADO em 03/08/11.

REQUERIMENTO Nº 65/11 - do Sr. Gilmar Machado - que "Solicita a retirada do Voto em Separado apresentado ao Projeto de Lei 175/2011".

DEFERIDO em 04/08/11.

REQUERIMENTO Nº 66/11 - do Sr. Manoel Salviano - que "Requer a realização de audiência pública para tratar da expansão da produção de princípios ativos farmacêuticos no Brasil e das pesquisas no setor, convidando, dentre outros participantes, o Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e o Exmo. Sr. Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde".

APROVADO em 03/08/11.

REQUERIMENTO Nº 67/11 - do Sr. Silas Câmara - que "Requer retirada de tramitação do requerimento nº 47, de 2011, apresentando na CCTCI".

DEFERIDO em 04/08/11.

REQUERIMENTO Nº 68/11 - do Sr. Hugo Motta - que "Requer a realização de audiência pública para debater a qualidade da telefonia móvel e o mau funcionamento que se observa no serviço". Os Deputados Bruno Araújo e Júlio Campos subscreveram o requerimento.

APROVADO em 03/08/11, com a extensão do convite ao SindiTeleBrasil (Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal).

Evento realizado em 17/08/11.

REQUERIMENTO Nº 69/11 - do Sr. Newton Lima - que "Requer a realização de seminário sobre Propriedade Intelectual, Inovação e Patentes". O Deputado José Rocha subscreveu o requerimento.

APROVADO em 03/08/11.

Evento realizado em 17/08/11.

REQUERIMENTO Nº 70/11 - do Sr. Antonio Imbassahy - que "Requer a retirada de tramitação o REQ nº 53/2011, de minha autoria".

DEFERIDO em 05/08/11.

REQUERIMENTO Nº 71/11 - do Sr. Sibá Machado - que "Requer a realização de audiência pública para debater a criação do Banco FINEP". O Deputado Carlinhos Almeida subscreveu o requerimento.

APROVADO em 10/08/11.

REQUERIMENTO Nº 72/11 - da Sra. Luiza Erundina e outros - (PL 84/1999) - que "Requer a realização de seminário para a discussão do Projeto de Lei nº 84, de 1999, que 'Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, suas penalidades e dá outras providências'".

APROVADO em 03/08/11.

Evento realizado em 24/08/11.

REQUERIMENTO Nº 73/11 - do Sr. Sandro Alex - que "Requer seja convidado [audiência pública] o Ministro das Comunicações, Sr. Paulo Bernardo, para prestar esclarecimentos a esta Subcomissão sobre a tramitação dos assuntos relativos a radiodifusão digital, junto ao referido Ministério".

APROVADO em 10/08/11.

Evento realizado em 23/08/11.

REQUERIMENTO Nº 74/11 - do Sr. Ratinho Junior - que "Requer informações à ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Helena Chagas sobre recursos aplicados em publicidade". O Deputado Silas Câmara subscreveu o requerimento.

APROVADO em 10/08/11, solicitando-se, ainda, a relação das personalidades públicas integrantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário que tenham, de alguma forma, participação no capital de emissoras de radiodifusão, o nome dessas empresas e quanto recebem de publicidade oficial.

REQUERIMENTO Nº 75/11 - do Sr. Paulo Foletto - que "Requer audiência pública sobre a recomendação do Ministério das Comunicações à Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, tendo como convidados o Sr. Maximiliano Martinhão, secretário de Telecomunicações e o Sr. Rodrigo Zerbone Loureiro, consultor jurídico do Ministério das Comunicações".

APROVADO em 10/08/11.

Evento realizado em 29/11/11.

REQUERIMENTO Nº 76/11 - do Sr. Miro Teixeira - que "Solicita parecer do Sr. Ministro do Trabalho e Emprego Carlos Lupi referente ao Projeto de Lei nº 5.239/2009 que altera o art. 605 da Consolidação das Leis do Trabalho".

APROVADO em 10/08/11.

REQUERIMENTO Nº 77/11 - do Sr. Paulo Foletto - que "Requer seja convidado o Senhor Eduardo Fumes Parajo, Presidente do Conselho Consultivo da ABRANET para participar de audiência pública constante do Requerimento nº 75/2011".

APROVADO em 14/09/11, estendendo-se o convite a Magdiel Santos, da Rede Global Info de Provedores da Internet.

Evento realizado em 29/11/11.

REQUERIMENTO Nº 78/11 - do Sr. Paulo Wagner - que "Requer informações ao Ministro das Comunicações quanto à expansão do número de rádios comunitárias nos municípios do Rio Grande do Norte".

APROVADO em 14/09/11.

REQUERIMENTO Nº 79/11 - do Sr. Paulo Wagner - que "Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações a respeito das outorgas em vigor para prestação dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens com fins exclusivamente educativos no Estado do Rio Grande do Norte, bem como dos planos do Ministério para a expansão desses serviços no Estado".

APROVADO em 14/09/11.

REQUERIMENTO Nº 80/11 - do Sr. Sandro Alex - que "Requer a retirada de tramitação do Requerimento n.º 49 de 2011".

DEFERIDO em 30/08/11.

REQUERIMENTO Nº 82/11 - da Sra. Luciana Santos - que "Requer a realização de audiência pública para debater a constituição da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e o Projeto Piloto de Aliança Estratégica Pública e Privada". Os Deputados Sibá Machado e Newton Lima subscreveram o requerimento.

APROVADO em 14/09/11.

Evento realizado em 27/09/11.

REQUERIMENTO Nº 83/11 - da Sra. Luciana Santos - que "Requer seja realizado seminário sobre Internet e Remuneração do Autor em parceria com a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura".

APROVADO em 14/09/11.

Evento realizado em 25/10/11.

REQUERIMENTO Nº 84/11 - do Sr. Antonio Imbassahy - (REQ 45/2011) - que "Requer seja convidado [audiência pública] o Senhor Guilherme Henrique de La Rocque Almeida, Secretário Geral de Controle Externo, do Tribunal de Contas da União para prestar esclarecimentos sobre denúncias de superfaturamento, no pregão eletrônico da Telebrás, para aquisição de equipamentos e sistemas de fibras ópticas de contratos do Plano Nacional de Banda Larga".

APROVADO em 14/09/11, com a extensão do convite a Lucas Furtado, procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), e a Caio Bonilha, atual presidente da Telebrás, e a exclusão do nome de Rogério Santana dos Santos, ex-presidente da empresa.

Evento realizado em 20/09/11.

REQUERIMENTO Nº 85/11 - do Sr. Sandro Alex - que "Solicita a retirada de tramitação do Requerimento nº 81, de 2011".

DEFERIDO em 21/09/11.

REQUERIMENTO Nº 86/11 - do Sr. Domingos Neto - que "Solicita que seja constituído Grupo de Trabalho destinado a discutir pesquisas sobre fibras atualmente aplicadas na indústria dos produtos de fibrocimento e respectivos resultados e apresentar propostas".

APROVADO em 28/09/11.

REQUERIMENTO Nº 87/11 - do Sr. Aureo - que "Requer a realização de audiência pública para discutir sobre a elaboração de estudo de impacto ambiental para o licenciamento de antenas estações rádio-base de celulares".

APROVADO em 28/09/11.

REQUERIMENTO Nº 88/11 - dos Srs. Bruno Araújo e Carlinhos Almeida - que "Requer a realização de audiência pública para debater a respeito da Consulta Pública nº 46 de 2011, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)".

APROVADO em 19/10/11, com a extensão do convite a Veridiana Alimonti, advogada do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), e a Flávia Lefèvre Guimarães, consultora da ProTeste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor).

REQUERIMENTO Nº 89/11 - do Sr. Sandro Alex - que "Solicita informações ao Sr. Ministro das Comunicações sobre os resultados dos testes realizados pela Anatel com o "WiMax", bem como a remessa, a esta Comissão, de cópia completa dos relatórios contendo os resultados dos testes realizados".

APROVADO em 05/10/11.

REQUERIMENTO Nº 90/11 - do Sr. Hugo Motta - que "Requer a criação de um Grupo de Trabalho, no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados pelas operadoras do serviço móvel pessoal". O Deputado Domingos Neto subscreveu o requerimento.

APROVADO em 19/10/11.

REQUERIMENTO Nº 91/11 - da Sra. Luciana Santos - (REQ 71/2011) - que "Requer a oitiva [audiência pública] da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - ANPROTEC e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC na Audiência Pública 'A nova política de fomento de Investimentos na área de inovação por meio da criação do Banco Finep'".

APROVADO em 19/10/11.

REQUERIMENTO Nº 92/11 - dos Srs. Newton Lima e Ruy Carneiro - que "Requer a realização de audiência pública para discutir o Plano Nacional de Banda Larga - PNBL".

APROVADO em 19/10/11, com as seguintes alterações: a) substituição do nome de Antonio Carlos Valente da Silva (Telebrasil) pelo de Eduardo Levy, diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil); b) inclusão dos nomes de Demi Getschko, conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), e de Fernando Carvalho, presidente da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (Etice).

Evento realizado em 6 e 07/12/11.

REQUERIMENTO Nº 93/11 - da Sra. Antônia Lúcia - que "Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo que a SECOM - Secretaria de Comunicação da Presidência da República a elaboração de campanha institucional de divulgação dos serviços prestados pelas Defensorias Públicas - Estaduais e da União". A Deputada Luciana Santos subscreveu o requerimento.

APROVADO em 19/10/11.

REQUERIMENTO Nº 94/11 - do Sr. Izalci - que "Requer a realização de audiência pública para discutir sobre os convênios firmados pelo Ministério de Ciência e Tecnologia com o Terceiro Setor".

APROVADO em 26/10/11.

REQUERIMENTO Nº 95/11 - dos Srs. Luiza Erundina e Emiliano José - que "Requer a realização de audiência pública para debater a Resolução nº. 02/2011 do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação, que determinou a suspensão de programas religiosos nos veículos públicos que a integram".

APROVADO em 09/11/11, com a substituição do nome de Tereza Cruvinel pelo de Nelson Breve, atual diretor-presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

REQUERIMENTO Nº 97/11 - da Sra. Luiza Erundina - que "Requer a retirada do requerimento nº 96/2011".

DEFERIDO em 26/10/11.

REQUERIMENTO Nº 98/11 - do Sr. Ariosto Holanda - (REQ 75/2011) - que "Requer a inclusão de convidado na audiência pública solicitada no requerimento nº 75/2011". O Deputado Paulo Foletto subscreveu o requerimento.

APROVADO em 09/11/11.

Evento realizado em 29/11/11.

REQUERIMENTO Nº 99/11 - da Sra. Luiza Erundina - (REQ 33/2011) - que "Requer a inclusão de convidados na audiência pública 'para debater a prática de subconcessão, arrendamento ou alienação a terceiros promovida por concessionários de serviços públicos de radiodifusão sonora e de sons e imagens sem a autorização competente', conforme Requerimento nº 33/2011".

APROVADO em 09/11/11.

Evento realizado em 15/12/11.

REQUERIMENTO Nº 100/11 - do Sr. Newton Lima - que "Solicita a realização de audiência pública para discutir a vinculação de recursos provenientes dos royalties do petróleo à área de Ciência, Tecnologia e Inovação".

APROVADO em 09/11/11.

REQUERIMENTO Nº 101/11 - da Sra. Luiza Erundina - (PL 360/2011) - que "Requer a realização de audiência pública para debater a proibição de exposição de conteúdos impróprios para crianças em bancas de jornal, vídeo-locadoras, cinemas e sítios de Internet".

APROVADO em 30/11/11.

REQUERIMENTO Nº 102/11 - do Sr. Bruno Araújo - que "Requer a realização de audiência pública para debater a adoção de medidas de incentivo à atração de investimentos e produção local de equipamentos de base tecnológica".

APROVADO em 14/12/11.

4.5 – EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS

A – EMENDAS À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

	CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS PLN 0002 / 2011 - LDO	Data: 08/06/2011 Hora: 18:26 Página: 1 de 22
	<b>ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI</b>	
<b>EMENTA</b>		
ANEXO IV - Despesas com as Ações Orçamentárias vinculadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos		
<b>MODALIDADE</b>	<b>TIPO DE EMENDA</b>	<b>REFERÊNCIA</b>
Comissão	Aditiva	Anexo IV - Inciso I Item 63
<b>TEXTO PROPOSTO</b>		
DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9º, §2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000:		
1. Despesas com as Ações Orçamentárias vinculadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos		
<b>JUSTIFICATIVA</b>		
<p>O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) tem como objetivo primordial dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término, o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos. A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.</p> <p>Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.</p> <p>Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).</p> <p>De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.</p>		
ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA		
<b>AUTOR DA EMENDA</b>		
5011 - Com. Ciencia,Tecn. Com. Informatica		



CONGRESSO NACIONAL  
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
 PLN 0002/2011 - LDO

Data: 08/06/2011  
 Hora: 18:26  
 Página: 2 de 22

**ESELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**

**EMENTA**

ANEXO IV - Despesas com as ações vinculadas aos Royalties da Marinha

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo IV - Inciso I Item 63

**TEXTO PROPOSTO**

DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9º, §2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000:

1.Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental

**JUSTIFICATIVA**

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei nº. 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1988 ("royalties do petróleo e gás natural"), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o "combustível do século XXI". Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais.

Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão das despesas programadas com os royalties do petróleo, na seção II, do anexo IV da PLDO 2011, contribua de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu reaparelhamento, como, por exemplo, a execução tempestiva do Programa de Desenvolvimento de Submarinos, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

**AUTOR DA EMENDA**

5011 - Com. Ciencia,Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL  
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
 PLN 0002/2011 - LDO

Data: 08/06/2011

Hora: 18:26

Página: 3 de 22

**ESELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**

EMENTA

ANEXO IV - Despesas relacionadas com a construção de Navios Patrulha Oceânicos

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo IV - Inciso I Item 63

TEXTO PROPOSTO

DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9º, §2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000:

I.Despesas relacionadas com a construção de Navios Patrulha Oceânicos

JUSTIFICATIVA

O aumento significativo das mais variadas e relevantes missões da Marinha do Brasil demandam maior aporte de Navios-Patrolha a serem empregados. Dentre estas missões destacam-se as operações de defesa de plataformas de exploração e exploração de petróleo no mar, que respondem por mais de 90% de nossa produção; patrulha naval nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), garantindo os interesses nacionais no mar; missões de fiscalização contra a pesca predatória e de outras relacionadas à prevenção da poluição hídrica nas AJB, em apoio aos órgãos governamentais; apoio às atividades de busca e salvamento da vida humana na área de responsabilidade do Brasil em função de compromissos internacionais; e transporte de pessoal e material a serem empregados em ações de Defesa Civil. Pela especificidade dessas atribuições, determina a Lei Complementar 97/99 que é da competência do Comandante da Marinha o trato desses assuntos, ficando designado como "Autoridade Marítima", para esse fim.

A não alocação de recursos para as referidas metas resultarão em postergação do prazo de construção dos Navios-Patrolha (NPA) de 500 toneladas, já em construção, gerando, por conseguinte, prejuízos na efetividade das atividades realizadas pela Marinha, no que concerne à coordenação de atividades que resultam em ampliação da vigilância/controla da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e da Plataforma Continental brasileira, fontes de incontáveis recursos naturais e que, em razão de sua amplitude, apresenta-se suscetível às denominadas "novas ameaças", os crimes transnacionais (contrabando, tráfico de drogas e de armas), o terrorismo, os crimes ambientais e a pesca irregular. Além disso, releva frisar que o não cumprimento das metas programadas também implicarão em prejuízos às atividades de patrulha naval e inspeção naval já que, devido a sua grande mobilidade, os Navios-Patrolha podem ser empregados nas ações de Salvaguarda de Vida Humana no Mar e até mesmo em reboque de outros navios, de tonalagem similar à sua, e em apoio à operações de mergulho.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA  
 5011 - Com. Ciencia,Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0002/2011 - LDO

Data: 08/06/2011  
Hora: 18:26  
Página: 4 de 22

**ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**

**EMENTA**

ANEXO IV - Despesas relacionadas com o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear, no âmbito do Programa Nuclear da Marinha

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo IV - Inciso I Item 63

**TEXTO PROPOSTO**

DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9º, §2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000:

I. Despesas relacionadas com o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear, no âmbito do Programa Nuclear da Marinha

**JUSTIFICATIVA**

O Programa Nuclear inclui o domínio de um vasto espectro tecnológico, com a participação de universidades, de institutos de pesquisa e da indústria nacional, que capacitará o país para projetar, construir e operar reatores de potência e de pesquisa, com suas múltiplas aplicações na geração de energia, na medicina, agricultura, engenharia e indústria. Iniciado ao final da década de 70, alcançou os seus primeiros resultados em 1982 quando foi construída a primeira ultracentrífuga em condições de promover a separação isotópica do urânio, ponto de partida para a construção das cascatas criadas pela MB e utilizadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para a produção do combustível das Usinas Angra I e II.

Na atualidade, o principal objetivo do Programa que, está sendo desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), é estabelecer, no país, competência técnica para projeto e construção de reatores do tipo "Pressurized Water Reactor" (PWR) e seu combustível. Dominada essa tecnologia, um dos vários empregos que ela proporcionará será a propulsão naval, particularmente a de submarinos.

Ressalta-se que o Programa Nuclear da Marinha (PNM) vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e de produção. As parcerias com esses Setores agregam ao Programa significativa capacidade de gerar efeitos de arrasto, tanto por meio do incentivo à ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca aos setores de C&T e de produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do Programa.

Vale citar que o Programa é considerado pela imprensa especializada e meios acadêmicos/científicos como um dos mais econômicos projetos nucleares já realizados no mundo. Cita-se, como exemplo, o Projeto Manhattan (norte-americano), cuja grande dificuldade foi dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio (já desenvolvida pelo PNM), e que consumiu, na primeira metade da década de 40, dois bilhões de dólares, valor hoje equivalente a cerca de vinte e cinco bilhões de dólares.

A tecnologia de enriquecimento de urânio é conhecida e aplicada, comercialmente, por apenas sete países, além do Brasil, a saber: EUA, França, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Holanda. Desses, os dois primeiros utilizam a difusão gasosa, que é considerada obsoleta, pois consome vinte e cinco vezes mais energia do que a tecnologia de ultracentrifugação, empregada pelo Brasil e demais países. A título de informação, é possível verificar no sítio da USEC (empresa norte-americana que enriquece urânio para utilização nos diversos reatores que lá existem) que a intenção daquela firma é realizar o enriquecimento por ultracentrifugação, a partir de 2012, substituindo as plantas de difusão existentes.

Cabe mencionar a diferença marcante entre a tecnologia de ultracentrifugação desenvolvida no Brasil e aquela utilizada pelos outros cinco países supracitados. O rotor da ultracentrífuga desenvolvida nesses países gira apoiado em um mancal mecânico, enquanto o rotor desenvolvido no Brasil gira levitando por efeito eletromagnético, o que reduz o atrito e, conseqüentemente, os desgastes e a manutenção. Não existem informações de que algum outro país tenha desenvolvido tecnologia semelhante a nossa.

Com o Programa, o Brasil passará a integrar o seleto grupo de países que detém a tecnologia do ciclo de combustível nuclear, desde a prospecção do minério de urânio até a produção dos elementos combustíveis para os reatores nucleares.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia,Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0002/2011 - LDO

Data: 08/06/2011  
Hora: 18:26  
Página: 5 de 22

### ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

Cumprе salientar que o Programa Nuclear não é unicamente da Marinha, mas sim do país, e o domínio dessa tecnologia, jamais repassada por aqueles que a detêm, nos permite possuir uma alternativa para a crise energética internacional que se anuncia. O propósito que sempre norteou o PNM foi o de dotar o Poder Naval brasileiro de um Submarino com propulsão nuclear. Em sua trajetória desde 1979, logrou avanços e conquistas extraordinárias para o país. Entretanto, ainda há uma longa singradura na direção dessa meta. Finalizando, ressalta-se que o PNM, caracterizado por uma série de subprodutos de aplicações na área civil, não pode ficar a mercê das variações atribuídas aos cenários econômicos, após anos de reconhecidos avanços. Espera-se que a inclusão dessas despesas na Seção II, do Anexo IV da PLDO 2012, não mais exponha o Programa ao risco de ser descontinuado pela escassez de recursos.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciência, Tecn. Com. Informática



CONGRESSO NACIONAL  
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
 PLN 0002/2011 - LDO

Data: 08/06/2011

Hora: 18:26

Página: 6 de 22

**ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**

EMENTA

ANEXO IV - Despesas relacionadas com o Programa de Recursos do Mar e com a Missão Antártica

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo IV - Inciso I Item 63

TEXTO PROPOSTO

DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9º, §2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000:

1.Despesas relacionadas com o Programa de Recursos do Mar e com a Missão Antártica

JUSTIFICATIVA

O PROANTAR

Os compromissos decorrentes do Tratado da Antártica, do qual o Brasil é signatário, e a necessidade de reconhecer a influência dos fenômenos antárticos sobre nossas áreas territoriais e marítimas levaram a Marinha a participar, juntamente com outros órgãos governamentais, universidades e instituições de pesquisa, executores da Política Nacional para Assuntos Antárticos e da pesquisa científica na Antártica, visando à obter informações úteis para outros ramos da atividade nacional, bem como garantir a presença brasileira nos fóruns de decisão sobre o Continente Antártico. A presença brasileira na Antártica é garantida pela permanência mínima de um Grupo Base na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) durante 365 dias no ano, sendo a logística para o seu pleno funcionamento provida pela Marinha do Brasil, com apoio eventual da Força Aérea Brasileira.

Recursos do Mar:

A dificuldade de se planejar a execução dos recursos que são alocados nesse programa, tendo em vista os contingenciamentos, impede a Marinha de participar ativamente em trabalhos de levantamento de dados e informações sobre os recursos do mar, juntamente, com outros órgãos governamentais, instituições de pesquisa e empresas nacionais, visando ampliar os conhecimentos sobre as potencialidades do nosso mar e buscar novas formas de exploração e exploração dos recursos marinhos, em benefício da sociedade brasileira. Os acordos internacionais relativos ao direito do mar, dos quais o Brasil é signatário, bem como as necessidades de levantar e explorar os recursos da plataforma continental e da Zona Econômica Exclusiva, com finalidades de defesa e comerciais, são fatores que demandam ações plurianuais e uma constância no fluxo de recursos permanente. Por isso seria imperioso a inclusão dessa ressalva na LDO.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia,Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL  
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
 PLN 0002/2011 - LDO

Data: 08/06/2011  
 Hora: 18:26  
 Página: 7 de 22

**ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**

EMENTA

ANEXO IV - Não contingenciamento dos recursos da Ciência e Tecnologia

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo IV - Inciso I Item 63

TEXTO PROPOSTO

DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9º, §2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000:

1. Despesas com as ações vinculadas à função Ciência e Tecnologia, excetuadas as subfunções Planejamento e Orçamento, Administração Geral, Normatização e Fiscalização, Comunicação Social, Defesa Civil e Atenção Básica, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia;
2. Despesas com as ações vinculadas às subfunções Desenvolvimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;
3. Despesas do programa Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro;
4. Alimentação do pessoal militar das Forças Armadas (art. 50, inciso IV, alínea "g", da Lei nº 6.880, de 1980).

JUSTIFICATIVA

A presente emenda que trata do não contingenciamento de despesas relacionadas na área temática da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, nos termos regimentais, tem por finalidade o restabelecimento da redação contida nas Leis de Diretrizes Orçamentárias anteriores, inclusive a vigente, que determina no Anexo IV, as ressalvas do § 2º, do Art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, as quais contemplam as ações vinculadas à função de Ciência e Tecnologia, bem como das Subfunções de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, no âmbito da EMBRAPA, das despesas de Programa de Segurança de Controle do Espaço Aéreo e da Alimentação do pessoal Militar das Forças Armadas. Vale esclarecer que o restabelecimento dessas respectivas ressalvas deverão ser mantidas, uma vez que foram conquistadas dessa Comissão por ocasião de inclusão de emendas de autoria dos membros desse órgão técnico.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL  
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
 PLN 0002/2011 - LDO

Data: 08/06/2011  
 Hora: 18:26  
 Página: 8 de 22

**ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**

EMENTA

Dá nova redação ao Art. 4º

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Modificativa	Corpo da lei - Artigo 4

TEXTO PROPOSTO

Art. 4º As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2012, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao PAC, aos investimentos e inversões financeiras decorrentes de Acordos de Cooperação Internacionais com transferência de tecnologia e à superação da extrema pobreza, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2012, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei não contempla anexo de metas e prioridades, apenas limitando-se a inserir no Art 4 que tais metas e prioridades correspondem às ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e à superação da extrema pobreza. Sugere-se a inclusão de despesas com investimentos e inversões financeiras decorrentes de Acordos de Cooperação Internacionais.

A proposta visa evidenciar os projetos decorrentes de Acordos de Cooperação Internacionais, tornando viável a alocação de recursos em patamares adequados para sua tempestiva execução.

Alerta-se que a alocação insuficiente de recursos, inexoravelmente, acarreta atrasos nos projetos e o descumprimento de acordos firmados com outros Países, trazendo prejuízos à imagem do Brasil. Isto, para a nossa atual posição de "global player", é inadmissível. Exemplo de projeto decorrente de Acordo de Cooperação Internacional é o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), cujo objetivo primordial é dotar o Brasil com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no País. Ao seu término, contaremos com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA  
 5011 - Com. Ciencia,Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0002 / 2011 - LDO

Data: 08/06/2011  
Hora: 18:26  
Página: 9 de 22

**ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**

**EMENTA**

Dá nova redação ao inciso V do art. 34

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Modificativa	Corpo da lei - Artigo 34 Inciso V

**TEXTO PROPOSTO**

V - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

**JUSTIFICATIVA**

A seguir são expostas as razões da proposta de alteração do texto do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012.

O primeiro ponto do projeto de LDO que merece destaque é a novidade legislativa advinda em 2011 no tocante à inclusão de mais uma exigência para que instituições privadas sem fins lucrativos recebam recursos federais, qual seja, a pendência de aprovação de no máximo duas prestações.

Considera-se que tal dispositivo estabelece um impedimento por fato alheio às ações da instituição privada, tendo em vista que, a competência para aprovação das prestações de contas é da CONCEDENTE e não da CONVENIENTE. Assim, lhe é imposta uma restrição ou penalidade em razão de inércia de outrem. Não há qualquer fato desabonador da conduta de quem está impedido de receber recursos.

Ademais, frise-se que tal impeditivo poderá acontecer mesmo se não houver mora de nenhuma das partes. Para tanto, basta que a mesma instituição privada sem fins lucrativos possua mais de dois convênios firmados em prazo inferior a 60 dias com quaisquer dos órgãos concedentes federais. Sendo assim, vislumbra-se que tal dispositivo legal afronta o direito da instituição privada, bem como também das instituições concedentes, tendo em vista que não poderão celebrar o convênio com a instituição muitas das vezes selecionada por edital público ou escolhida por sua capacidade comprovada em determinada área. Cita-se como exemplo da inadequação desta previsão legal dois casos:

1) SBPC e 2) FUSP.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência possui, somente na FINEP, 13 convênios pendentes de aprovação. Diante da previsão normativa que ora se questiona a referida instituição estará impossibilitada de receber recursos federais, comprometendo inclusive o financiamento de sua Reunião Anual que se encontra em sua 63ª edição.

O segundo exemplo é a FUSP, fundação privada que apoia a Universidade de São Paulo. A referida fundação possui, na data de hoje conforme consulta ao SIAPF, 90 convênios na situação a aprovar, não podendo mais receber transferência de recursos federais enquanto não regularizada tal situação, o que diante do elevado número de operações, não será em breve.

Diante dos argumentos trazidos entende-se que esta imposição é descabida devendo, portanto, ser excluída do texto legal retornando ao texto estabelecido na LDO de 2010 e anos anteriores, nos termos infra:

Art. 34. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 32, 34, 35 e 36 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei no 4.320, de 1964, a entidade privada sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3o do art. 12 da Lei no 9.532, de 1997, dependerá da justificação pelo órgão concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços já prestados diretamente pelo setor público e ainda de:

V - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

Ainda no que se refere ao projeto de LDO, nota-se uma imposição de que a contrapartida a ser ofertada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios seja obrigatoriamente de natureza financeira e em percentuais elevados em alguns casos.

Ressalte-se que novamente houve uma inovação legislativa em 2011, repetida no texto de 2012, haja vista que as leis orçamentárias de anos anteriores não traziam tal imposição, cabendo ao concedente definir se aceitaria contrapartida não-financeira desde que economicamente mensurável.

Quando trazemos tal análise à Área de C,T&I resta flagrante a desnecessidade e inadequação desta obrigatoriedade. As universidades e institutos de pesquisa estaduais, distritais ou municipais não possuem orçamento suficiente para arcar com um aporte

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia,Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0002/2011 - LDO

Data: 08/06/2011

Hora: 18:26

Página: 10 de 22

**ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**

financeiro de tal monta. Ademais, busca-se nesta área a capacitação, aprimoramento e melhoria da pesquisa nacional, contando inclusive com o papel fundamental e imprescindível das instituições estaduais, municipais e distritais. Sendo a participação das mesmas na forma não financeira através da disponibilização de seu pessoal, instalações e equipamentos. Apoio este plenamente mensurável. Frise-se que a FINEP lançou um edital direcionado a este tipo de instituição tendo recebido diversos questionamentos e reclamações sobre a inviabilidade de adoção deste dispositivo legal, entretanto, em havendo tal dispositivo na LDO nada mais resta a esta Financiadora do que aplicar a lei vigente, buscando, como fazemos neste momento, o seu aprimoramento.

Diante do exposto, propõe-se o texto abaixo:

Art. 36. A realização de transferências voluntárias, conforme definidas no caput do art. 25 da Lei Complementar no 101, de 2000, dependerá da comprovação, por parte do conveniente, de que existe previsão de contrapartida na lei orçamentária do Estado, Distrito Federal ou Município.

§ 1o A contrapartida será estabelecida em termos percentuais do valor previsto no instrumento de transferência voluntária, considerando-se a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada e seu Índice de Desenvolvimento Humano, tendo como limite mínimo e máximo:

I - no caso dos Municípios:

a) 2% (dois por cento) e 4% (quatro por cento) para Municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;

b) 4% (quatro por cento) e 8% (oito por cento) para Municípios acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO; e

c) 5% (cinco por cento) e 40% (quarenta por cento) para os demais;

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal:

a) 5% (cinco por cento) e 20% (vinte por cento) se localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da SUDENE, SUDAM e SUDECO; e

b) 5% (cinco por cento) e 40% (quarenta por cento) para os demais; e

III - no caso de consórcios públicos constituídos por Estados, Distrito Federal e Municípios, 2% (dois por cento) e 4% (quatro por cento).

O último ponto questionado no documento ora apresentado refere-se ao parágrafo 9º do artigo 34, in verbis:

§ 9o O órgão ou entidade federal que não utilize o SICONV para registro dos atos e procedimentos relativos às transferências de recursos de que trata o caput deste artigo somente poderá efetuar essas transferências caso disponha de sistema que permita disponibilizar na internet todos os atos praticados pelas instituições receptoras dos recursos no decorrer da execução da despesa, em especial a disponibilização de dados que identifiquem a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento decorrente do bem fornecido ou do serviço prestado, a cotação prévia de preços ou o procedimento licitatório realizado, quando for o caso.

Tal obrigatoriedade aos órgãos concedentes é demasiada. Apesar da FINEP ter investido nestes últimos anos pelo aprimoramento de seu sistema de informação e comunicação não só com seus clientes como também com toda a sociedade, não há como tecnicamente implementar um sistema de tamanha complexidade em um espaço de tempo tão curto.

Ademais, o site da FINEP já traz informações sobre os seus projetos apoiados, nos mesmos moldes disponíveis ao cidadão no SICONV, e o Projeto Portal do Cliente já estabelece padrões de comunicação e inclusão de informações pelos seus usuários em nível de excelência.

O Portal do Cliente é uma interface web alternativa a implementação do SICONV cujos objetivos primordiais são melhorar o relacionamento da FINEP com seus clientes externos e incrementar a eficácia interna nos processos referentes a acompanhamento técnico e financeiros de convênios. A etapa atual de desenvolvimento inclui os seguintes processos: Liberação de parcelas e devolução de saldo, prorrogação do instrumento contratual, remanejamento financeiro, prestação de contas parcial e final, acompanhamento

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciência, Tecn. Com. Informática



CONGRESSO NACIONAL  
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
 PLN 0002/2011 - LDO

Data: 08/06/2011  
 Hora: 18:26  
 Página: 11 de 22

**ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**

técnico parcial e final, alteração na equipe executora e tomada de contas especial. Solicitações adicionais - tais como a publicidade de processos licitatórios - podem ser agregadas no projeto ao longo de seu desenvolvimento, sendo necessário reunião dos demandantes com a equipe executora para desenho e mapeamento das regras de negócio e casos de uso.

Junte-se a isto o fato de que qualquer investimento na área de TI demanda altos gastos e procedimentos licitatórios complexos, use-se como exemplo, a licitação atual da FINEP para seus novos sistemas.

Percebe-se que qualquer imposição irrestrita de divulgação de dados e critérios de sistema sob parâmetros externos aos concedentes, sem que haja o estabelecimento de prazo razoável à sua implementação, poderá acarretar a paralisação de toda uma área de financiamento tendo em vista a impossibilidade de cumprimento da determinada obrigação. Isto posto, opina-se pela alteração do texto deste parágrafo no intuito de fornecer prazo para que a FINEP apresente um projeto de implementação das referidas ferramentas em um sistema próprio. Nos termos a seguir expostos:

§ 9o O órgão ou entidade federal que não utilize o SICONV para registro dos atos e procedimentos relativos às transferências de recursos de que trata o caput deste artigo deverá, até o final deste exercício, apresentar à Comissão Gestora do SICONV projeto de implementação de sistema que permita disponibilizar na internet todos os atos praticados pelas instituições receptoras dos recursos no decorrer da execução da despesa, em especial a disponibilização de dados que identifiquem a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento decorrente do bem fornecido ou do serviço prestado, a cotação prévia de preços ou o procedimento licitatório realizado, quando for o caso.

À guisa de conclusão, apresenta-se o quadro consolidado abaixo com a redação original do Projeto de LDO e a redação que se propõe.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia,Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0002/2011 - LDO

Data: 08/06/2011  
Hora: 18:26  
Página: 12 de 22

**ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**

EMENTA

Dá nova redação ao parágrafo 1º e a alínea

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Modificativa	Corpo da lei - Artigo 36 Parágrafo 1

TEXTO PROPOSTO

§ 1o A contrapartida será estabelecida em termos percentuais do valor previsto no instrumento de transferência voluntária, considerando-se a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada e seu Índice de Desenvolvimento Humano, tendo como limite mínimo e máximo:

I - ...:

c) 5% (cinco por cento) e 40% (quarenta por cento) para os demais;

II - ...

a) 5% (cinco por cento) e 20% (vinte por cento) se localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da SUDENE, SUDAM e SUDECO; e

b) 5% (cinco por cento) e 40% (quarenta por cento) para os demais; e

...

JUSTIFICATIVA

A seguir são expostas as razões da proposta de alteração do texto do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012.

O primeiro ponto do projeto de LDO que merece destaque é a novidade legislativa advinda em 2011 no tocante à inclusão de mais uma exigência para que instituições privadas sem fins lucrativos recebam recursos federais, qual seja, a pendência de aprovação de no máximo duas prestações.

Considera-se que tal dispositivo estabelece um impedimento por fato alheio às ações da instituição privada, tendo em vista que, a competência para aprovação das prestações de contas é da CONCEDENTE e não da CONVENIENTE. Assim, lhe é imposta uma restrição ou penalidade em razão de inércia de outrem. Não há qualquer fato desabonador da conduta de quem está impedido de receber recursos.

Ademais, frise-se que tal impeditivo poderá acontecer mesmo se não houver mora de nenhuma das partes. Para tanto, basta que a mesma instituição privada sem fins lucrativos possua mais de dois convênios firmados em prazo inferior a 60 dias com quaisquer dos órgãos concedentes federais. Sendo assim, vislumbra-se que tal dispositivo legal afronta o direito da instituição privada, bem como também das instituições concedentes, tendo em vista que não poderão celebrar o convênio com a instituição muitas das vezes selecionada por edital público ou escolhida por sua capacidade comprovada em determinada área. Cita-se como exemplo da inadequação desta previsão legal dois casos: 1) SBPC e 2) FUSP.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência possui, somente na FINEP, 13 convênios pendentes de aprovação. Diante da previsão normativa que ora se questiona a referida instituição estará impossibilitada de receber recursos federais, comprometendo inclusive o financiamento de sua Reunião Anual que se encontra em sua 63ª edição. O segundo exemplo é a FUSP, fundação privada que apoia a Universidade de São Paulo. A referida fundação possui, na data de hoje conforme consulta ao SIAFI, 90 convênios na situação a aprovar, não podendo mais receber transferência de recursos federais enquanto não regularizada tal situação, o que diante do elevado número de operações, não será em breve.

Diante dos argumentos trazidos entende-se que esta imposição é descabida devendo, portanto, ser excluída do texto legal retornando ao texto estabelecido na LDO de 2010 e anos anteriores, nos termos infra:

**Art. 34. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 32, 34, 35 e 36 desta Lei, a**

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA REFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



**ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**

transferência de recursos prevista na Lei no 4.320, de 1964, a entidade privada sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3o do art. 12 da Lei no 9.532, de 1997, dependerá da justificativa pelo órgão concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços já prestados diretamente pelo setor público e ainda de:

V - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

Ainda no que se refere ao projeto de LDO, nota-se uma imposição de que a contrapartida a ser ofertada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios seja obrigatoriamente de natureza financeira e em percentuais elevados em alguns casos.

Ressalte-se que novamente houve uma inovação legislativa em 2011, repetida no texto de 2012, haja vista que as leis orçamentárias de anos anteriores não traziam tal imposição, cabendo ao concedente definir se aceitaria contrapartida não-financeira desde que economicamente mensurável.

Quando trazemos tal análise à Área de C,T&I resta flagrante a desnecessidade e inadequação desta obrigatoriedade. As universidades e institutos de pesquisa estaduais, distritais ou municipais não possuem orçamento suficiente para arcar com um aporte financeiro de tal monta. Ademais, busca-se nesta área a capacitação, aprimoramento e melhoria da pesquisa nacional, contando inclusive com o papel fundamental e imprescindível das instituições estaduais, municipais e distritais. Sendo a participação das mesmas na forma não financeira através da disponibilização de seu pessoal, instalações e equipamentos. Apoio este plenamente mensurável.

Frise-se que a FINEP lançou um edital direcionado a este tipo de instituição tendo recebido diversos questionamentos e reclamações sobre a inviabilidade de adoção deste dispositivo legal, entretanto, em havendo tal dispositivo na LDO nada mais resta a esta Financiadora do que aplicar a lei vigente, buscando, como fazemos neste momento, o seu aprimoramento.

Diante do exposto, propõe-se o texto abaixo:

Art. 36. A realização de transferências voluntárias, conforme definidas no caput do art. 25 da Lei Complementar no 101, de 2000, dependerá da comprovação, por parte do conveniente, de que existe previsão de contrapartida na lei orçamentária do Estado, Distrito Federal ou Município.

§ 1o A contrapartida será estabelecida em termos percentuais do valor previsto no instrumento de transferência voluntária, considerando-se a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada e seu Índice de Desenvolvimento Humano, tendo como limite mínimo e máximo:

I - no caso dos Municípios:

a) 2% (dois por cento) e 4% (quatro por cento) para Municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;

b) 4% (quatro por cento) e 8% (oito por cento) para Municípios acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO; e

c) 5% (cinco por cento) e 40% (quarenta por cento) para os demais;

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal:

a) 5% (cinco por cento) e 20% (vinte por cento) se localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da SUDENE, SUDAM e SUDECO; e

b) 5% (cinco por cento) e 40% (quarenta por cento) para os demais; e

III - no caso de consórcios públicos constituídos por Estados, Distrito Federal e Municípios, 2% (dois por cento) e 4% (quatro por cento).

O último ponto questionado no documento ora apresentado refere-se ao parágrafo 9º do artigo 34, in verbis:

§ 9o O órgão ou entidade federal que não utilize o SICONV para registro dos atos e procedimentos relativos às transferências de recursos de que trata o caput deste artigo somente poderá efetuar essas transferências caso disponha de sistema que permita disponibilizar na internet todos os atos praticados pelas instituições receptoras dos recursos no decorrer da execução da despesa, em especial a disponibilização de dados que identifiquem a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento decorrente do bem

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciência,Tecn. Com. Informática



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0002/2011 - LDO

Data: 08/06/2011

Hora: 18:26

Página: 14 de 22

### ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

Fornecido ou do serviço prestado, a cotação prévia de preços ou o procedimento licitatório realizado, quando for o caso.

Tal obrigatoriedade aos órgãos concedentes é demasiada. Apesar da FINEP ter investido nestes últimos anos pelo aprimoramento de seu sistema de informação e comunicação não só com seus clientes como também com toda a sociedade, não há como tecnicamente implementar um sistema de tamanha complexidade em um espaço de tempo tão curto.

Ademais, o site da FINEP já traz informações sobre os seus projetos apoiados, nos mesmos moldes disponíveis ao cidadão no SICONV, e o Projeto Portal do Cliente já estabelece padrões de comunicação e inclusão de informações pelos seus usuários em nível de excelência.

O Portal do Cliente é uma interface web alternativa a implementação do SICONV cujos objetivos primordiais são melhorar o relacionamento da FINEP com seus clientes externos e incrementar a eficácia interna nos processos referentes a acompanhamento técnico e financeiros de convênios. A etapa atual de desenvolvimento inclui os seguintes processos: Liberação de parcelas e devolução de saldo, prorrogação do instrumento contratual, gerenciamento financeiro, prestação de contas parcial e final, acompanhamento técnico parcial e final, alteração na equipe executora e tomada de contas especial. Solicitações adicionais - tais como a publicidade de processos licitatórios - podem ser agregadas no projeto ao longo de seu desenvolvimento, sendo necessário reunião dos demandantes com a equipe executora para desenho e mapeamento das regras de negócio e casos de uso.

Junte-se a isto o fato de que qualquer investimento na área de TI demanda altos gastos e procedimentos licitatórios complexos, use-se como exemplo, a licitação atual da FINEP para seus novos sistemas.

Percebe-se que qualquer imposição irrestrita de divulgação de dados e critérios de sistema sob parâmetros externos aos concedentes, sem que haja o estabelecimento de prazo razoável à sua implementação, poderá acarretar a paralisação de toda uma área de financiamento tendo em vista a impossibilidade de cumprimento da determinada obrigação. Isto posto, opina-se pela alteração do texto deste parágrafo no intuito de fornecer prazo para que a FINEP apresente um projeto de implementação das referidas ferramentas em um sistema próprio. Nos termos a seguir expostos:

§ 9o O órgão ou entidade federal que não utilize o SICONV para registro dos atos e procedimentos relativos às transferências de recursos de que trata o caput deste artigo deverá, até o final deste exercício, apresentar à Comissão Gestora do SICONV projeto de implementação de sistema que permita disponibilizar na internet todos os atos praticados pelas instituições receptoras dos recursos no decorrer da execução da despesa, em especial a disponibilização de dados que identifiquem a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento decorrente do bem fornecido ou do serviço prestado, a cotação prévia de preços ou o procedimento licitatório realizado, quando for o caso.

A guisa de conclusão, apresenta-se o quadro consolidado abaixo com a redação original do Projeto de LDO e a redação que se propõe.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciência, Tecn. Com. Informática



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0002/2011 - LDO

Data: 08/06/2011  
Hora: 18:26  
Página: 15 de 22

**ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**

**EMENTA**

Dá nova redação ao parágrafo 9º do art. 34

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Modificativa	Corpo da lei - Artigo 34 Parágrafo 9

**TEXTO PROPOSTO**

§ 9º O órgão ou entidade federal que não utilize o SICONV para registro dos atos e procedimentos relativos às transferências de recursos de que trata o caput deste artigo deverá, até o final deste exercício, apresentar à Comissão Gestora do SICONV projeto de implementação de sistema que permita disponibilizar na internet todos os atos praticados pelas instituições receptoras dos recursos no decorrer da execução da despesa, em especial a disponibilização de dados que identifiquem a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento decorrente do bem fornecido ou do serviço prestado, a cotação prévia de preços ou o procedimento licitatório realizado, quando for o caso.

**JUSTIFICATIVA**

A seguir são expostas as razões da proposta de alteração do texto do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012.

O primeiro ponto do projeto de LDO que merece destaque é a novidade legislativa advinda em 2011 no tocante à inclusão de mais uma exigência para que instituições privadas sem fins lucrativos recebam recursos federais, qual seja, a pendência de aprovação de no máximo duas prestações.

Considera-se que tal dispositivo estabelece um impedimento por fato alheio às ações da instituição privada, tendo em vista que, a competência para aprovação das prestações de contas é da CONCEDENTE e não da CONVENIENTE. Assim, lhe é imposta uma restrição ou penalidade em razão de inércia de outrem. Não há qualquer fato desabonador da conduta de quem está impedido de receber recursos.

Ademais, frise-se que tal impeditivo poderá acontecer mesmo se não houver mora de nenhuma das partes. Para tanto, basta que a mesma instituição privada sem fins lucrativos possua mais de dois convênios firmados em prazo inferior a 60 dias com quaisquer dos órgãos concedentes federais. Sendo assim, vislumbra-se que tal dispositivo legal afronta o direito da instituição privada, bem como também das instituições concedentes, tendo em vista que não poderão celebrar o convênio com a instituição muitas das vezes selecionada por edital público ou escolhida por sua capacidade comprovada em determinada área. Cita-se como exemplo da inadequação desta previsão legal dois casos: 1) SBPC e 2) FUSP.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência possui, somente na FINEP, 13 convênios pendentes de aprovação. Diante da previsão normativa que ora se questiona a referida instituição estará impossibilitada de receber recursos federais, comprometendo inclusive o financiamento de sua Reunião Anual que se encontra em sua 63ª edição.

O segundo exemplo é a FUSP, fundação privada que apoia a Universidade de São Paulo. A referida fundação possui, na data de hoje conforme consulta ao SIAPI, 90 convênios na situação a aprovar, não podendo mais receber transferência de recursos federais enquanto não regularizada tal situação, o que diante do elevado número de operações, não será em breve.

Diante dos argumentos trazidos entende-se que esta imposição é descabida devendo, portanto, ser excluída do texto legal retornando ao texto estabelecido na LDO de 2010 e anos anteriores, nos termos infra:

Art. 34. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 32, 34, 35 e 36 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei no 4.320, de 1964, a entidade privada sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei no 9.532, de 1997, dependerá da justificativa pelo órgão concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços já prestados diretamente pelo setor público e ainda de:

V - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

Ainda no que se refere ao projeto de LDO, nota-se uma imposição de que a contrapartida a ser ofertada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios seja obrigatoriamente de natureza financeira e em percentuais elevados em alguns casos.

Ressalte-se que novamente houve uma inovação legislativa em 2011, repetida no texto de

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA
AUTOR DA EMENDA
5011 - Com. Ciencia,Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0002 / 2011 - LDO

Data: 08/06/2011

Hora: 18:26

Página: 16 de 22

**ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**

2012, haja vista que as leis orçamentárias de anos anteriores não traziam tal imposição, cabendo ao concedente definir se aceitaria contrapartida não-financeira desde que economicamente mensurável.

Quando trazemos tal análise à Área de C,T&I resta flagrante a desnecessidade e inadequação desta obrigatoriedade. As universidades e institutos de pesquisa estaduais, distritais ou municipais não possuem orçamento suficiente para arcar com um aporte financeiro de tal monta. Ademais, busca-se nesta área a capacitação, aprimoramento e melhoria da pesquisa nacional, contando inclusive com o papel fundamental e imprescindível das instituições estaduais, municipais e distritais. Sendo a participação das mesmas na forma não financeira através da disponibilização de seu pessoal, instalações e equipamentos. Apoio este plenamente mensurável.

Frise-se que a FINEP lançou um edital direcionado a este tipo de instituição tendo recebido diversos questionamentos e reclamações sobre a inviabilidade de adoção deste dispositivo legal, entretanto, em havendo tal dispositivo na LDO nada mais resta a esta Financiadora do que aplicar a lei vigente, buscando, como fazemos neste momento, o seu aprimoramento.

Diante do exposto, propõe-se o texto abaixo:

Art. 36. A realização de transferências voluntárias, conforme definidas no caput do art. 25 da Lei Complementar no 101, de 2000, dependerá da comprovação, por parte do conveniente, de que existe previsão de contrapartida na lei orçamentária do Estado, Distrito Federal ou Município.

§ 1º A contrapartida será estabelecida em termos percentuais do valor previsto no instrumento de transferência voluntária, considerando-se a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada e seu Índice de Desenvolvimento Humano, tendo como limite mínimo e máximo:

I - no caso dos Municípios:

a) 2% (dois por cento) e 4% (quatro por cento) para Municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;

b) 4% (quatro por cento) e 8% (oito por cento) para Municípios acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO; e

c) 5% (cinco por cento) e 40% (quarenta por cento) para os demais;

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal:

a) 5% (cinco por cento) e 20% (vinte por cento) se localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da SUDENE, SUDAM e SUDECO; e

b) 5% (cinco por cento) e 40% (quarenta por cento) para os demais; e

III - no caso de consórcios públicos constituídos por Estados, Distrito Federal e Municípios, 2% (dois por cento) e 4% (quatro por cento).

O último ponto questionado no documento ora apresentado refere-se ao parágrafo 9º do artigo 34, in verbis:

§ 9º O órgão ou entidade federal que não utilize o SICONV para registro dos atos e procedimentos relativos às transferências de recursos de que trata o caput deste artigo somente poderá efetuar essas transferências caso disponha de sistema que permita disponibilizar na internet todos os atos praticados pelas instituições receptoras dos recursos no decorrer da execução da despesa, em especial a disponibilização de dados que identifiquem a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento decorrente do bem fornecido ou do serviço prestado, a cotação prévia de preços ou o procedimento licitatório realizado, quando for o caso.

Tal obrigatoriedade aos órgãos concedentes é demasiada. Apesar da FINEP ter investido nestes últimos anos pelo aprimoramento de seu sistema de informação e comunicação não só com seus clientes como também com toda a sociedade, não há como tecnicamente implementar um sistema de tamanha complexidade em um espaço de tempo tão curto.

Ademais, o site da FINEP já traz informações sobre os seus projetos apoiados, nos mesmos moldes disponíveis ao cidadão no SICONV, e o Projeto Portal do Cliente já estabelece padrões de comunicação e inclusão de informações pelos seus usuários em nível de excelência.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia,Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL  
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
 PLN 0002/2011 - LDO

Data: 08/06/2011  
 Hora: 18:26  
 Página: 17 de 22

**ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**

O Portal do Cliente é uma interface web alternativa a implementação do SICONV cujos objetivos primordiais são melhorar o relacionamento da FINEP com seus clientes externos e incrementar a eficácia interna nos processos referentes a acompanhamento técnico e financeiros de convênios. A etapa atual de desenvolvimento inclui os seguintes processos: Liberação de parcelas e devolução de saldo, prorrogação do instrumento contratual, remanejamento financeiro, prestação de contas parcial e final, acompanhamento técnico parcial e final, alteração na equipe executora e tomada de contas especial. Solicitações adicionais - tais como a publicidade de processos licitatórios - podem ser agregadas no projeto ao longo de seu desenvolvimento, sendo necessário reunião dos demandantes com a equipe executora para desenho e mapeamento das regras de negócio e casos de uso.

Junte-se a isto o fato de que qualquer investimento na área de TI demanda altos gastos e procedimentos licitatórios complexos, use-se como exemplo, a licitação atual da FINEP para seus novos sistemas.

Percebe-se que qualquer imposição irrestrita de divulgação de dados e critérios de sistema sob parâmetros externos aos concedentes, sem que haja o estabelecimento de prazo razoável à sua implementação, poderá acarretar a paralisação de toda uma área de financiamento tendo em vista a impossibilidade de cumprimento da determinada obrigação. Isto posto, opina-se pela alteração do texto deste parágrafo no intuito de fornecer prazo para que a FINEP apresente um projeto de implementação das referidas ferramentas em um sistema próprio. Nos termos a seguir expostos:

§ 9o O órgão ou entidade federal que não utilize o SICONV para registro dos atos e procedimentos relativos às transferências de recursos de que trata o caput deste artigo deverá, até o final deste exercício, apresentar à Comissão Gestora do SICONV projeto de implementação de sistema que permita disponibilizar na internet todos os atos praticados pelas instituições receptoras dos recursos no decorrer da execução da despesa, em especial a disponibilização de dados que identifiquem a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento decorrente do bem fornecido ou do serviço prestado, a cotação prévia de preços ou o procedimento licitatório realizado, quando for o caso.

A guisa de conclusão, apresenta-se o quadro consolidado abaixo com a redação original do Projeto de LDO e a redação que se propõe.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia,Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL  
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
 PLN 0002/2011 - LDO

Data: 08/06/2011  
 Hora: 18:26  
 Página: 18 de 22

**ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**

EMENTA

Despesas que não serão objeto de limitação de empenho - EMBRAPA

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo IV - Inciso I Item 63

TEXTO PROPOSTO

DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000:

1. Despesas com as ações vinculadas às subfunções Desenvolvimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA.

JUSTIFICATIVA

As ações de pesquisa da EMBRAPA vinculadas às subfunções Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico nos últimos 5 anos vinham sendo ressalvadas da limitação de empenho na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Entretanto, no anexo IV do PLDO 2012 foi excluída a seção 2, que protegia uma série de ações consideradas relevantes e estavam ressalvadas do contingenciamento, de acordo com o disposto no parágrafo 2º, do artigo 9º da LRF, dentre elas estavam as ações relacionadas à Ciência e Tecnologia desenvolvidas pela EMBRAPA.

Com a alteração proposta para inclusão da seção 2 do anexo IV, do PLDO 2012, estarão asseguradas às condições indispensáveis a geração e transferência de tecnologias destinadas a promover o aumento da produção e produtividade agropecuária nos níveis exigidos pela sociedade, bem como fazer frente aos novos desafios de internacionalização da EMBRAPA.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL  
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
 PLN 0002/2011 - LDO

Data: 08/06/2011  
 Hora: 18:26  
 Página: 19 de 22

**ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**

**EMENTA**

Incluir o Inciso III, no Artigo 68, com a seguinte redação

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 68 Inciso II

**TEXTO PROPOSTO**

III- relativas a investimentos e inversões financeiras de projetos decorrentes de Acordos de Cooperação Internacionais com transferência de tecnologia.

**JUSTIFICATIVA**

As principais conseqüências decorrentes da não inclusão de despesas relativas a investimentos e inversões financeiras decorrentes de Acordos de Cooperação Internacional são: perda de credibilidade internacional, com prejuízos para as próximas negociações do Governo, possibilidade de litígio com o fornecedor e conseqüente solicitação de reequilíbrio financeiro do contrato, atualizações monetárias por atrasos nos pagamentos podendo tornar esses acordados antieconômicos.

Exemplificando essa questão, destaca-se o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), cujo objetivo primordial é dotar o Estado Brasileiro com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.

Cabe salientar que o impacto do seu contingenciamento, além das conseqüências citadas acima, também acarretará na desmobilização dos canteiros de obra, com imediata demissão de pessoal (atualmente 1500 empregos diretos em Itaguaí, previsão dez mil em três anos), prejuízos para a capacitação de mão de obra para a Indústria Naval, aumentando custos do projeto. Por fim cabe salientar o Acórdão 1039/2011 do TCU que traz várias orientações sobre os efeitos da dinâmica orçamentária e financeira sobre o PROSUB, que vai ao encontro às considerações sob comento.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL  
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
 PLN 0002/2011 - LDO

Data: 08/06/2011  
 Hora: 18:26  
 Página: 20 de 22

**ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**

EMENTA

Incluir o Inciso IV, no § 1º, do Artigo 67, com a seguinte redação

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 67 Parágrafo 1 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

IV- relativas a investimentos e inversões financeiras decorrentes de Acordos de Cooperação Internacionais com transferência de tecnologia.

JUSTIFICATIVA

As principais conseqüências decorrentes da não inclusão de despesas relativas a investimentos e inversões financeiras decorrentes de Acordos de Cooperação Internacional são: perda de credibilidade internacional, com prejuízos para as próximas negociações do Governo, possibilidade de litígio com o fornecedor e conseqüente solicitação de reequilíbrio financeiro do contrato, atualizações monetárias por atrasos nos pagamentos podendo tornar esses acordados antieconômicos.

Exemplificando essa questão, destaca-se o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), cujo objetivo primordial é dotar o Estado Brasileiro com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.

Cabe salientar que o impacto do seu contingenciamento, além das conseqüências citadas acima, também acarretará na desmobilização dos canteiros de obra, com imediata demissão de pessoal (atualmente 1500 empregos diretos em Itaguaí, previsão dez mil em três anos), prejuízos para a capacitação de mão de obra para a Indústria Naval, aumentando custos do projeto. Por fim cabe salientar o Acórdão 1039/2011 do TCU que traz várias orientações sobre os efeitos da dinâmica orçamentária e financeira sobre o PROSUB, que vai ao encontro às considerações sob comento.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL  
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
 PLN 0002/2011 - LDO

Data: 08/06/2011

Hora: 18:26

Página: 21 de 22

**ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**

**EMENTA**

Incluir o Inciso XIII no Artigo 65 com a seguinte redação

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 65 Inciso XII

**TEXTO PROPOSTO**

XIII-- investimentos e inversões financeiras decorrentes de Acordos de Cooperação Internacionais com transferência de tecnologia, excetuados aqueles destinados ao início de novos projetos.

**JUSTIFICATIVA**

O PLDO 2012, ao tratar da execução provisória do projeto de lei orçamentária, amplia as hipóteses de execução da despesa em relação ao que consta da LDO 2011. Caso a Lei Orçamentária para 2012 não seja sancionada até 31/12/2011, poderá ser executado o total das despesas obrigatórias, além de outras consideradas essenciais no projeto, tais como os investimentos e inversões financeiras no âmbito do PAC. Desconsiderar os projetos decorrentes de Acordos de Cooperação Internacionais comprovadamente adimplentes quanto aos seus cronogramas físicos e financeiros, ou considerá-los como despesas ordinárias de investimentos, e, portanto excluídos das metas constantes do Art 65, é inviabilizar a implantação desses Projetos. Devido à complexidade desses empreendimentos e à vinculação ao princípio da anualidade orçamentária, naturalmente há uma forte e natural carga de Restos a Pagar, que somados com a ausência de previsibilidade de recursos orçamentários no início do exercício subsequente, acentuam os atrasos relacionados ao cumprimento das metas estabelecidas. Um exemplo de projetos decorrentes de Acordos de Cooperação Internacionais é o Programa de Desenvolvimento de Submarinos, que possui alta vinculação entre as datas de pagamento e o acesso à expertise tecnológica, de conhecimento e de outros bens e serviços relacionados a esse vultoso empreendimento. Releva destacar que atrasos nos pagamentos acarretarão em penalidades com sério ônus político e fiscal para nosso País. O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) tem por objetivo primordial dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término, o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos. A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior. Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM). De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia,Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL  
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
 PLN 0002/2011 - LDO

Data: 08/06/2011  
 Hora: 18:26  
 Página: 22 de 22

**ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**

EMENTA

Inserir § 3º no Art. 13

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 13

TEXTO PROPOSTO

§ 3º No Projeto e na Lei Orçamentária de 2012, as receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, previstas no artigo 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, não poderão constituir a reserva de contingência a que se refere o caput deste artigo.

JUSTIFICATIVA

O orçamento do FNDCT é composto essencialmente pelos recursos vinculados dos fundos setoriais. Tais receitas constituem um mecanismo inovador de estímulo ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, visando garantir o desenvolvimento do sistema produtivo nacional, o bem estar da população e a autonomia tecnológica do País, conforme previsto nos artigos 218 e 219 da Constituição Federal.

As receitas vinculadas do FNDCT (fundos setoriais) são oriundas de contribuições incidentes sobre o resultado da exploração de recursos naturais pertencentes à União e de contribuições incidentes sobre setores econômicos específicos (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE). Assim, as receitas arrecadadas pelos fundos setoriais, que são provenientes do esforço fiscal do contribuinte, devem retornar integralmente aos setores que as originaram sob a forma de investimento em pesquisa científica e inovação, que estão voltadas ao desenvolvimento sócio-econômico do País.

Desde o exercício de 2003 o orçamento dos fundos setoriais tem sido contingenciado, com exceção do exercício de 2010. No exercício de 2011, a LOA contingenciou o montante de R\$ 610,5 milhões do orçamento do FNDCT.

Em contrapartida, as receitas vinculadas dos fundos setoriais são crescentes ao longo dos anos. No exercício de 2010, essas receitas somaram R\$ 2.789 milhões, representando um crescimento de R\$ 150 milhões em relação à receita de 2009 (R\$ 2.639 milhões). Apenas no período de janeiro a março de 2011, as receitas atingiram R\$ 826 milhões, indicando um crescimento de R\$ 154 milhões em relação ao mesmo período do ano passado (R\$ 672 milhões).

Os dados evidenciam um descompasso entre as receitas e o orçamento autorizado (descontada a reserva de contingência) dos fundos setoriais, ocasionando o crescimento de saldos financeiros no Tesouro Nacional, que estão sendo utilizados para finalidades distintas das que foram originalmente previstas, gerando, inclusive, contestação por parte do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 686/2005 - TCU - Plenário). Os saldos financeiros sofreram desvinculações da ordem de R\$ 6,5 bilhões entre 2001 e 2010, cujos recursos foram destinados à amortização da dívida pública federal e à cobertura de despesas primárias obrigatórias.

A Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) estabeleceu como meta a ampliação dos dispêndios totais em P,D&I para 1,80% do PIB em 2014. O cumprimento dessa política requer uma melhor adequação orçamentária para que os recursos captados dos fundos setoriais sejam integralmente aplicados no financiamento de políticas voltadas ao desenvolvimento tecnológico e a inovação no País.

Desta forma, sugerimos acrescentar o parágrafo 3º ao artigo 13 da LDO 2012, com vistas a garantir que os recursos totais do FNDCT, oriundos das receitas vinculadas diretamente arrecadadas e das receitas próprias, não sejam destinados para a reserva de contingência.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA
AUTOR DA EMENDA
5011 - Com. Ciencia,Tecn. Com. Informatica

B – EMENDAS À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

 <b>CONGRESSO NACIONAL</b> <b>COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO</b> <b>SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS</b> PLN 0028/2011 - LOA		Data: 23/11/2011 Hora: 14:41 Página: 1 de 5				
<b>ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA</b>						
<b>EMENTA</b> Apoio a projetos de tecnologia social e assistiva						
<b>MODALIDADE DA EMENDA</b> Comissão		<b>TIPO DE EMENDA</b> Aprop.- Acréscimo				
<b>LOCALIDADE BENEFICIADA</b> 9000000 - Nacional						
<b>COMPLEMENTO DA LOCALIDADE</b>						
<b>ESFERA ORÇAMENTÁRIA</b> Orçamento Fiscal		<b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA</b> M. da Ciência, Tec. e Inovação				
<b>FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO</b> 19.572.2021.8976.0001 Apoio a Projetos de Tecnologias Social e Assistiva Nacional						
<b>ESPECIFICAÇÃO DA META</b> Projeto apoiado(unidade)		<b>QUANTIDADE</b> 100				
<b>ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1.00)</b>						
<b>GND</b>	<b>MOD. APLICAÇÃO</b>	<b>RP</b>	<b>Valor Acrescido</b>			
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	50.000.000			
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	100.000.000			
<b>TOTAL .....</b>			<b>150.000.000</b>			
<b>CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS</b>						
<b>SEQUENCIAL</b>	<b>FONTE</b>	<b>GND</b>	<b>MOD. APLICAÇÃO</b>	<b>ID</b>	<b>RP</b>	<b>Valor Deduzido</b>
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	150.000.000
<b>TOTAL .....</b>						<b>150.000.000</b>
<b>JUSTIFICATIVA</b>						
Descrição: A Tecnologia Social pode ser orientada para a resolução de problemas na produção de bens e serviços que atendam a segmentos em situação de exclusão social. Esta iniciativa focará questões tecnológicas centrais para o desenvolvimento da agricultura familiar, dos povos e comunidades tradicionais, das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e para a promoção da Economia Solidária. Neste sentido, serão apoiados projetos com ênfase: no desenvolvimento de tecnologia social; na promoção de tecnologias sociais transversais e complementares a outras políticas públicas; na promoção de alternativas tecnológicas de acesso a água para famílias que vivem abaixo da linha da pobreza; no fortalecimento de núcleos universitários de pesquisa e extensão em tecnologia social; no incentivo a processos de pesquisa participativa e de formação de redes locais de experimentadores; no apoio a empreendimentos econômicos solidários que estejam relacionadas aos processos de inovação ou geração de novos conhecimentos; e no apoio à formação de técnicos, tecnólogos, graduandos, mestres e doutores em tecnologia social. Tecnologia Assistiva (TA) é um termo que vem sendo empregado para designar qualquer produto utilizado por pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas, com a função de incrementar sua autonomia e sua qualidade de vida. De acordo com o IBGE, 14,5% da população brasileira (24,5 milhões de pessoas) tem algum tipo de incapacidade ou deficiência. Deste grupo, 48% apresentam deficiência visual, 27% deficiência física e/ou motora, 17% deficiência auditiva e 8% deficiência mental permanente. A população de idosos representa 8,6% da população (15 milhões de pessoas) com 60 anos ou mais, sendo que nos próximos 20 anos a população idosa tende a dobrar. Diante desses números, é possível constatar a importância do tema Tecnologia Assistiva para o cotidiano de um expressivo contingente da população brasileira. A necessidade de apoio a esse setor no Brasil está intimamente ligada à lacuna de conhecimento verificada anualmente no lado da oferta de produtos e serviços voltados para as pessoas com deficiência. Neste sentido, o Ministério da Ciência e Tecnologia deve primar pela articulação de um ambiente institucional capaz de promover a aproximação entre a comunidade científica das áreas de neurociências, computação, automação, robótica e desenho industrial, dentre outras, as indústrias que se ocupam com a fabricação de equipamentos e dispositivos voltados para a acessibilidade e as entidades e organizações que representam e amam com, e para, as Pessoas com Deficiência. Finalidade: Apoiar e promover o desenvolvimento e a apropriação de tecnologias com fins de fomentar a inclusão social, a autonomia, a independência, e a qualidade de vida.						
ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA						
<b>AUTOR DA EMENDA</b> 5011 - Com. Ciência, Tecn. Com. Informática						



CONGRESSO NACIONAL  
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
 PLN 0028/2011 - LOA

Data: 23/11/2011  
 Hora: 14:41  
 Página: 2 de 5

**ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA**

**EMENTA**

Centros Vocacionais Tecnológicos - CVT

MODALIDADE DA EMENDA: Comissão TIPO DE EMENDA: Aprop. - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA: 9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: Orçamento Fiscal UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: M. da Ciência, Tec. e Inovação

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO:  
 19.573.2021.8960.0001  
 Apoio à Implantação e à Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos  
 Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META: Projeto apoiado(unidade) QUANTIDADE: 150

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)			
GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	50.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	150.000.000
TOTAL .....			200.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS						
SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	200.000.000
TOTAL .....						200.000.000

**JUSTIFICATIVA**

Descrição: Implantação, expansão e consolidação das instalações de Centros Vocacionais Tecnológicos, dotando-as de laboratórios de física, química, biologia, além de ambientes específicos voltados para a capacitação profissional; eventualmente, apoio financeiro complementar para execução de obras civis.  
 Finalidade: Implantar, expandir e consolidar os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), com vistas ao fortalecimento da rede nacional de difusão e popularização do conhecimento científico e tecnológico através da ampliação da oferta de pontos de acesso e difusão do conhecimento científico e tecnológico e suas aplicações no cotidiano das pessoas; apoiar os sistemas locais e regionais de ciência, tecnologia e inovação por meio da integração das capacidades dos atores locais, dentro de suas vocações regionais, visando à promoção de desenvolvimento econômico e social sustentável; contribuir para a melhoria da educação científica; proporcionar cursos de formação técnica e/ou profissional, presencial ou à distância na área científico-tecnológica.

ESTE RELATORIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia,Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL  
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
 PLN 0028 / 2011 - LOA

Data: 23/11/2011

Hora: 14:41

Página: 3 de 5

**ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA**

**EMENTA**

Complexo Espacial de Alcântara - Implantação

MODALIDADE DA EMENDA: Comissão  
 TIPO DE EMENDA: Aprop. - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA: 0100204 - Alcântara

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE:

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: Orçamento Fiscal  
 UNIDADE ORÇAMENTARIA PRETENDIDA: AEB

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO:  
 19.572.2056.7F40.0101  
 Implantação do Complexo Espacial de Alcântara - CEA  
 No Município de Alcântara - MA

ESPECIFICAÇÃO DA META: Infraestrutura implantada(% de execução física) QUANTIDADE: 20

**ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)**

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	99 Aplic. Diretas	2	165.000.000
TOTAL .....			165.000.000

**CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS**

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingencia	89 A Definir	0	2	165.000.000
TOTAL .....						165.000.000

**JUSTIFICATIVA**

Descrição: Construção das obras complementares da infraestrutura geral do CLA para apoio aos lançamentos previstos no PNAE, bem como aos sítios de lançamentos comerciais. A ação visa atender também medidas sociais e ambientais compensatorias, estabelecidas pelos órgãos de licenciamento ambiental.  
 Finalidade: Implantar um Complexo Espacial, com uma concepção civil, que possa explorar os serviços de lançamento em bases comerciais e possibilite uma convivência integrada das atividades do Complexo com as das comunidades locais, evitando-se a necessidade de deslocamentos de novos contingentes de famílias residentes na região.  
 Esta Comissão está atenta aos desenvolvimentos do Programa Aeroespacial Brasileiro, sendo que a existência de tratado internacional entre Brasil e Ucrânia para desenvolvimento de tecnologia de lançamento demanda o desenvolvimento da base de lançamento de Alcântara, o que requer reforço em dotações previstas para o exercício financeiro de 2012.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

**AUTOR DA EMENDA**

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0028/2011 - LOA

Data: 23/11/2011  
Hora: 14:41  
Página: 4 de 5

**ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA**

**EMENTA**

Fomento às incubadoras de empresas e parques tecnológicos

MODALIDADE DA EMENDA: Comissão TIPO DE EMENDA: Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA: 000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: Orçamento Fiscal UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: M. da Ciência, Tec. e Inovação

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO: 19.572.2021.8470.0001  
Fomento às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos  
Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META: Projeto apoiado(unidade) QUANTIDADE: 100

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)				Valor Acrescido
GND	MOD. APLICAÇÃO	RP		
3	90	2	50.000.000	50.000.000
4	90	2	100.000.000	100.000.000
TOTAL			150.000.000	150.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS					Valor Deduzido
SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID RP	
020000	100	9	99	0 2	150.000.000
TOTAL					150.000.000

**JUSTIFICATIVA**

Descrição: Esta ação contempla projetos que apoiem a implantação, operação, gestão e melhoria da infraestrutura de incubadoras de empresas e parques tecnológicos para atuarem como instrumento de apoio para ao surgimento e fortalecimento de empresas inovadoras. Estas empresas devem ser caracterizadas pela inovação tecnológica de seus produtos, processos e serviços. Serão contemplados também projetos de melhoria de gestão de incubadoras e parques tecnológicos ou dirigidos às empresas inovadoras incubadas ou situadas nos parques ou em arranjos produtivos locais. Estes projetos abrangem: (i) realização de eventos diversos para a divulgação e disseminação das atividades desenvolvidas pelas incubadoras e parques tecnológicos; (ii) incentivo ao empreendedorismo e inovação tecnológica nas empresas; (iii) seminários técnicos para apresentação de trabalhos, pesquisas e resultados destas organizações; (iv) participação em feiras e exposições para a apresentação de produtos e serviços que contemplem inovações; (v) fortalecimento da atuação de parques e incubadoras em redes para a disseminação das facilidades, boas práticas e experiência de gestão e informações sobre a infraestrutura disponível nas incubadoras e parques para as empresas inovadoras; (vi) realização de estudos de Viabilidade Técnica e Econômica - EVTE e Plano de Negócios para parques e incubadoras; (vii) realização de estudos e pesquisas de impactos, tecnológicos, sócio-econômicos, levantamento e atualização de indicadores dos parques, incubadoras e das empresas a eles associados; (viii) estudos e pesquisas para identificação de oportunidades de desenvolvimento tecnológico em apoio às cadeias produtivas e desenvolvimento regional; (ix) auxílio a estudantes e bolsistas; (x) realização de cursos de capacitação para empreendedores e gestores de incubadoras, parques tecnológicos; (xi) elaboração e reprodução de material institucional de divulgação (impresso e mídia); (xii) reforma ou adaptação de imóveis existentes; (xiii) aquisição de equipamentos e material permanente para a infraestrutura predial e laboratorial existentes.  
Finalidade: Fortalecer e consolidar projetos de implantação, operação e melhoria da infraestrutura de parques e incubadoras de empresas de bases tecnológica, com vistas a oferecer ambiente adequado para o nascimento e fortalecimento de empresas inovadoras cujos produtos, processos e serviços sejam fundamentados em tecnologias advindas de pesquisas e desenvolvimento.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

**AUTOR DA EMENDA**

5011 - Com. Ciência, Tecn. Com. Informática



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0028 / 2011 - LOA

Data: 23/11/2011  
Hora: 14:41  
Página: 5 de 5

**ESPELHO DE EMENDA DE REMANEJAMENTO DE DESPESA**

**EMENTA**

Implantação da Cidade das Águas da UNESCO

MODALIDADE DA EMENDA: Comissão      TIPO DE EMENDA: Rem. - Inclusão

AREA DE GOVERNO: Ciência, Tecnologia e Inovação

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO: 890 Atípica / Outras      TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA: 800 Atípico (Não Previsto no Sistema)

LOCALIDADE BENEFICIADA: 9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE:

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: Orçamento Fiscal      UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: M. da Ciência, Tec. e Inovação

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO: 19.571.2018.8978

Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade

Implantação da Cidade das Águas da UNESCO - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META: Projeto apoiado(unidade)      QUANTIDADE

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	75.000.000
TOTAL .....			75.000.000

**CANCELAMENTOS COMPENSATORIOS**

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
001456	100	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	2	3.000.000
001468	100	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	2	4.000.000
001480	100	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	2	10.000.000
001501	100	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	2	2.000.000
001502	100	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	2	3.000.000
001556	100	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	2	3.000.000
001570	100	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	2	4.000.000
001572	100	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	2	20.000.000
001591	100	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	2	19.000.000
001620	100	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	2	7.000.000
TOTAL .....						75.000.000

TIPO DA SUBVENÇÃO: Público

**JUSTIFICATIVA**

Durante os últimos anos, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados patrocinou emendas na área de "biodiversidade" que permitiram a implantação do UNESCO-HIDROEX EXCELENÇA EM ÁGUAS, um Centro de Categoria II da Unesco, desenvolvido e implementado numa grande parceria entre o Governo Federal e o Governo do Estado de Minas Gerais. Localizado no município de Frutal-MG, às margens do Rio Grande, o UNESCO-HIDROEX está cancelado para atender toda América Latina e a CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

O êxito dessa iniciativa fez com que o Governo Federal, através do Ministério da Educação, e o Governo do Estado de Minas Gerais firmassem um acordo perante as Nações Unidas para implantar, juntamente com o HIDROEX, um Condomínio Temático de Instituições de Ensino Superior e P&D em torno do tema da gestão de recursos hídricos. Esse Condomínio ficou batizado como "CIDADE DAS ÁGUAS DA UNESCO". Já aderiram ao Condomínio sete Universidades Federais (UFMG, Lavras, Viçosa, Ouro Preto, Itajubá, Uberlândia e UFTM, de Uberaba), duas Universidades Estaduais (UEMG e UNIMONTES), a PUC-MINAS, a ANA - Agência Nacional de Águas e a EMBRAPA.

O UNESCO-HIDROEX integra, também, a Rede de 23 Centros de Educação para as águas que a UNESCO está implantando em todo mundo. Juntos, serão responsáveis por um grande projeto mundial de recuperação e preservação dos recursos hídricos em todos Continentes.

Depois de ter incluído esse item entre as prioridades para Emendas ao PPA, a CCTCI apresenta essa emenda para alocar recursos que permitam a consolidação do projeto da CIDADE DAS ÁGUAS.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

**AUTOR DA EMENDA**

5011 - Com. Ciência, Tecn. Com. Informática

C – EMENDAS AO PLANO PLURIANUAL (PPA)

	CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS PLN-0029/2011-Plano Plurianual	Data: 10/11/2011 Hora: 12:57 Página: 1 de 1										
	<b>ESPELHO DE EMENDA DE INICIATIVA</b>											
	<b>EMENTA</b> Implantação da Cidade das Águas da Unesco											
<b>PROGRAMA</b> 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão												
<b>OBJETIVO</b> 0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.												
<b>INICIATIVA</b> NOVA - Implantação da Cidade das Águas da UNESCO												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>CUSTO TOTAL PROPOSTO</th> <th>DATA INÍCIO PROPOSTA</th> <th>DATA TÉRMINO PROPOSTA</th> <th>VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO</th> <th>VALOR CUSTO DEMAIS ANOS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>250.000.000</td> <td>01/01/2012</td> <td>31/12/2015</td> <td>100.000.000</td> <td>150.000.000</td> </tr> </tbody> </table>	CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS	250.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	150.000.000		
CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS								
250.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	150.000.000								
<b>JUSTIFICATIVA</b> Durante os últimos anos, a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática vem patrocinando emendas na área de biodiversidade que permitiram ao Brasil implementar e colocar em funcionamento o Instituto UNESCO - HIDROEX, Excelência e Águas, que funciona em Minas Gerais e atua no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. O êxito dessa iniciativa fez o Governo Federal - através do Ministério da Educação - e o Governo de Minas Gerais firmarem um acordo perante as Nações Unidas para implantar um Condomínio Temático das Águas chamado "CIDADE DAS ÁGUAS" que reunirá, em ação conjunta, sete universidades federais, duas estaduais, a FUC-Minas, a Agência Nacional de Águas-ANA e a Embrapa, além de uma Rede Internacional de 23 Centros de "Educação para as Águas" espalhados em todo o mundo. A proposta dessa emenda é amparar essa iniciativa, oferecendo os recursos para sua viabilização.												
Este relatório é apenas para conferência na fase de elaboração e não tem valor como comprovante de entrega												
AUTOR DA EMENDA 5011-Com. Ciencia,Tecn. Com. Informatica												



CONGRESSO NACIONAL  
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
 PLN-0029/2011-Plano Plurianual

Data: 09/11/2011  
 Hora: 16:47  
 Página: 1 de 4

**ESPELHO DE EMENDA DE OBJETIVO**

**EMENTA**

Altera meta de objetivo para inclusão digital

**PROGRAMA**

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

**OBJETIVO**

0752 - Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos

**ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO**

24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

**Meta**

Descrição do PL	Descrição Proposta	
40% das populações das classes D e E fazendo uso da internet (acesso em banda larga e discado)	50% das populações da classe D	
<b>Regionalização</b>	<b>Total Proposto</b>	<b>Unidade Proposta</b>
Região Centro-Oeste		null
Região Nordeste		null
Região Norte		null
Região Sudeste		null
Região Sul		null

Descrição do PL	Descrição Proposta	
70% da população fazendo uso da internet banda larga e discado (seja em casa, no trabalho, em telecentros etc), levando em consideração desigualdades regionais e socioeconômicas	75% da população fazendo uso da internet banda larga e discado	
<b>Regionalização</b>	<b>Total Proposto</b>	<b>Unidade Proposta</b>
Região Centro-Oeste		null
Região Nordeste		null
Região Norte		null
Região Sudeste		null
Região Sul		null

Descrição do PL	Descrição Proposta	
70% das populações da classe C fazendo uso da internet (acesso em banda Larga e discado)	75% das populações da classe C fazendo uso da internet	
<b>Regionalização</b>	<b>Total Proposto</b>	<b>Unidade Proposta</b>
Região Centro-Oeste		null
Região Nordeste		null
Região Norte		null
Região Sudeste		null
Região Sul		null

**JUSTIFICATIVA**

Acréscimo de meta em vista de quantitativo subdimensionado constante do projeto de lei.

Este relatório é apenas para conferência na fase de elaboração e não tem valor como comprovante de entrega

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia,Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL  
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
 PLN-0029/2011-Plano Plurianual

Data: 09/11/2011  
 Hora: 16:47  
 Página: 2 de 4

**ESPELHO DE EMENDA DE OBJETIVO**

**EMENTA**

Altera meta de objetivo para inclusão produtiva e o desenvolvimento social

**PROGRAMA**

2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

**OBJETIVO**

0500 - Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social

**ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO**

24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Meta	
Descrição do PL	Descrição Proposta
Apoiar 120 projetos de tecnologia social, tecnologia assistiva e extensão tecnológica	Apoiar 150 projetos de tecnologia social, assistiva e extensão tecnológica
Descrição do PL	Descrição Proposta
Apoiar 20 projetos de pesquisa e desenvolvimento em arranjos produtivos locais e micro e pequenos empreendimentos no período 2012-2015	Apoiar 50 projetos de pesquisa e desenvolvimento
Descrição do PL	Descrição Proposta
Apoiar a modernização ou implantação de 100 Centros Vocacionais Tecnológicos no período 2012-2015	Apoiar a modernização ou implantação de 150 Centros Vocacionais Tecnológicos

**JUSTIFICATIVA**

Acréscimo de meta em vista de quantitativos subdimensionados constantes do projeto de lei.

Este relatório é apenas para conferência na fase de elaboração e não tem valor como comprovante de entrega

**AUTOR DA EMENDA**

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica

	CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS PLN-0029/2011-Plano Plurianual	Data: 09/11/2011 Hora: 16:47 Página: 3 de 4
	<b>ESPELHO DE EMENDA DE OBJETIVO</b>	
	<b>EMENTA</b>	
Altera meta de objetivo para popularizar ciência e tecnologia		
<b>PROGRAMA</b>		
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação		
<b>OBJETIVO</b>		
0499 - promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação		
<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO</b>		
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
<b>Meta</b>		
Descrição do PL		Descrição Proposta
Ampliar para 240 o número de espaços científico-culturais dos estados brasileiros		Ampliar para 300 espaços científico-culturais
Descrição do PL		Descrição Proposta
Atingir 1000 municípios com atividades em eventos de divulgação científica no ano		Atingir 1500 municípios
Descrição do PL		Descrição Proposta
Aumentar a participação do público elegível na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) para 90%		Aumentar a participação para 95%
<b>JUSTIFICATIVA</b>		
Acréscimo de meta em vista de quantitativos subdimensionados constantes do projeto de lei.		
Este relatório é apenas para conferência na fase de elaboração e não tem valor como comprovante de entrega		
AUTOR DA EMENDA		
5011 - Com. Ciencia,Tecn. Com. Informatica		



CONGRESSO NACIONAL  
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
 PLN-0029/2011-Plano Plurianual

Data: 09/11/2011  
 Hora: 16:47  
 Página: 4 de 4

**ESPELHO DE EMENDA DE OBJETIVO**

**EMENTA**

Alterar meta de objetivo para capacitação de engenheiros

**PROGRAMA**

2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

**OBJETIVO**

0498 - promover a formação e capacitação de recursos humanos nas Engenharias e demais áreas tecnológicas,

**ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO**

24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Meta	
Descrição do PL	Descrição Proposta
Alcançar o número de 13.400 bolsas de iniciação tecnológica concedidas pelo CNPq para as Engenharias	Alcançar o número de 16.000 bolsas
Descrição do PL	Descrição Proposta
Alcançar o número anual de 400 empresas apoiadas pelo programa RRAE	Alvançar o número anual de 500 empresas apoiadas
Descrição do PL	Descrição Proposta
Ampliar a participação das Engenharias no total de bolsas concedidas pelo CNPq, de 19% para 25%	Ampliar a participação de 19% para 30%

**JUSTIFICATIVA**

Acréscimo de meta em vista de quantitativos subdimensionados constantes do projeto de lei.

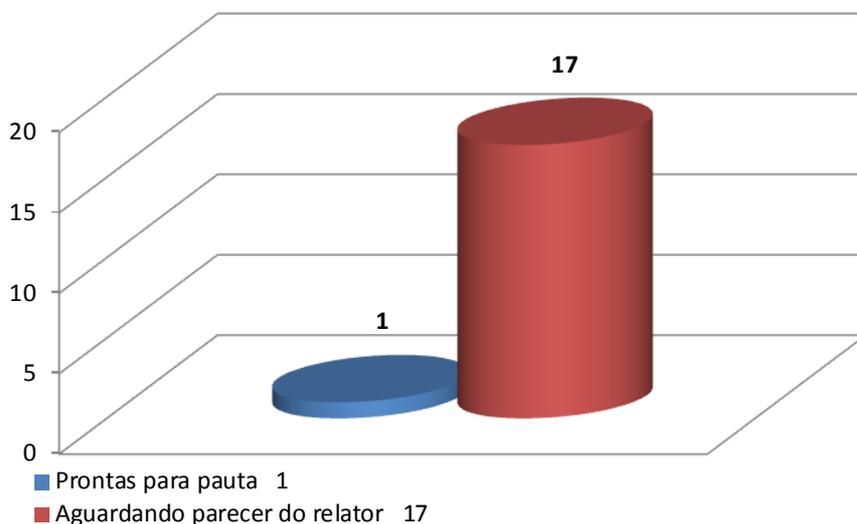
Este relatório é apenas para conferência na fase de elaboração e não tem valor como comprovante de entrega

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia,Tecn. Com. Informatica

## 5 – PROPOSIÇÕES NÃO APRECIADAS

### 5.1 – TVRs



#### A – PRONTAS PARA PAUTA

TVR Nº 2.695/11 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 2 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Bahia Nordeste de Paulo Afonso Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Paulo Afonso, Estado da Bahia".

RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.

PARECER: pela aprovação.

#### B – AGUARDANDO PARECER DO RELATOR

TVR Nº 925/06 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2560, de 22 de novembro de 2002, que renova a permissão outorgada à Radiodifusão Mogiana Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado EMILIANO JOSÉ.

TVR Nº 1.595/09 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 17 de julho de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 20 subsequente, que renova a autorização da AGECOM - Agência Goiana de Comunicação LTDA para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, no município de Goiânia, Estado de Goiás".

RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.

TVR Nº 1.665/09 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.016, de 23 de dezembro de 2008, que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Machado, Estado de Minas Gerais".

RELATORA: Deputada LUCIANA SANTOS.

TVR Nº 1.744/09 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 389, de 18 de junho de 2009, que outorga permissão à Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda - SIR para explorar, pelo prazo de dez

anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São José da Bela Vista, Estado de São Paulo.”

RELATOR: Deputado MARCOS MONTES.

TVR Nº 2.548/10 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 993, de 23 de dezembro de 2008, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Iguapé, SP”.

RELATOR: Deputado. DR. ADILSONSOARES.

TVR Nº 2.592/10 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria n.º 94, de 11 de março de 2010, que outorga permissão à Empresa de Comunicações Jatobá Ltda.; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Perolândia, GO”.

RELATORA: Deputada LUCIANA SANTOS.

TVR Nº 2.601/11 - do Poder Executivo - que “Submete a à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 4 de setembro de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 do mesmo mês e ano, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Tramandaí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Tramandaí, Estado do Rio Grande do Sul”.

RELATOR: Deputado AUREO.

TVR Nº 2.620/11 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Vitória de Batalha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Batalha, Estado do Piauí”.

RELATOR: Deputado JÚLIO CAMPOS.

TVR Nº 2.777/11 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 410, de 4 de maio de 2010, que outorga permissão à Gtoll Telecomunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média no município de Clevelândia, Estado do Paraná”.

RELATORA: Deputada LUCIANA SANTOS.

TVR Nº 2.779/11 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 419, de 7 de maio de 2010, que outorga permissão à CMM Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Fazenda Nova, Estado de Goiás”.

RELATOR: Deputado HERMES PARCIANELLO.

TVR Nº 2.855/11 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 412, de 5 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Maracajú - ASCOMA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Maracajú, Estado do Mato Grosso do Sul”.

RELATOR: Deputado DR. ADILSON SOARES.

TVR Nº 2.893/11 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 351, de 15 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Princesa Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná”.

RELATOR: Deputado BETO FARO.

TVR Nº 2.942/11 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 535, de 16 de junho de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Rádio Cidade Araçatuba Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Araçatuba, Estado de São Paulo”.

RELATORA: Deputada LUCIANA SANTOS.

TVR Nº 2.947/11 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 638, de 6 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Sociedade Rádio Carijós Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Conselheiro Lafaiette, Estado de Minas Gerais”.

RELATOR: Deputado HERMES PARCIANELLO.

TVR Nº 2.949/11 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Jaguariaíva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Jaguariaíva, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA.

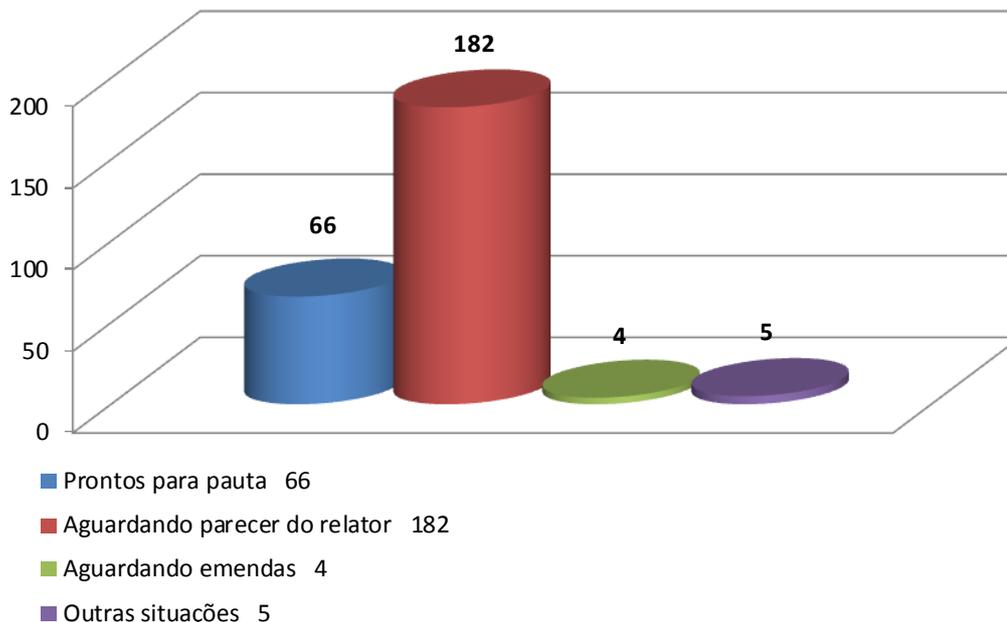
TVR Nº 2.950/11 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Anchieta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Itanhaém, Estado de São Paulo".

RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA.

TVR Nº 2.952/11 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 9 de agosto de 2010, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Difusora de Três Lagoas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul".

RELATOR: Deputado TAKAYAMA.

**5.2 – PROJETOS<sup>3</sup>**



**A – PRONTOS PARA PAUTA**

PL Nº 84-E/99 - do Sr. Luiz Piauhyllino - que "Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, suas penalidades e dá outras providências".

RELATOR: Deputado EDUARDO AZEREDO.

PARECER: pela aprovação do substitutivo do Senado Federal, da seguinte forma: pela aprovação dos artigos 3º, 4º, 8º, 11, 14, 15, 19 e 23 do Substitutivo do Senado; pela aprovação da ementa do substitutivo, exceto as expressões "de rede de computadores, ou" e "dispositivos de comunicação ou"; pela aprovação do art. 1º, exceto as expressões "de rede de computadores, ou" e "dispositivos de comunicação ou"; pela aprovação do art. 2º, exceto as expressões "rede de computadores, dispositivo de comunicação ou" referentes ao art. 285-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e das expressões "rede de computadores, dispositivo de comunicação ou" referentes ao art. 285-B do Decreto-Lei supracitado; pela aprovação do art. 5º, exceto as expressões "dispositivo de comunicação, rede de computadores, ou" no caput do art. 163-A do Decreto-Lei supra e das expressões "de dispositivo de comunicação, de rede de computadores, ou" no § 1º do mesmo dispositivo; pela aprovação do art. 6º, exceto as expressões "a rede de computadores, dispositivo de comunicação ou", do inciso VII do art. 171, § 2º do Decreto-Lei supra; pela aprovação do art. 7º, exceto as expressões "dispositivo de comunicação, rede de computadores ou" do art. 265 e as expressões "de dispositivo de comunicação, de rede de computadores" do art. 266, ambos referentes ao Decreto-Lei supra; pela aprovação do art. 9º, restabelecendo em aditamento o parágrafo único do art. 298 do Decreto-Lei supra, conforme art. 7º do Projeto de Lei nº 84, de 1999; pela aprovação do art. 10, exceto as expressões "a rede de computadores, dispositivo de comunicação ou" do art. 251, inciso VI do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969; pela aprovação do art. 12, exceto as expressões "dispositivo de comunicação, rede de computadores, ou" no caput do art. 262-A e das expressões "de dispositivo de comunicação, de rede de

<sup>3</sup> Incluídos os projetos apensados.

computadores, ou" do §1º do mesmo dispositivo do Decreto-Lei supra; pela aprovação do art. 13, exceto as expressões "rede de computadores, dispositivo de comunicação ou" do art. 339-A e das expressões "a rede de computadores, dispositivo de comunicação ou" do art. 339-B do Decreto-Lei supra; pela aprovação do art. 16, exceto incisos I e III e ainda, a expressão "uma rede de computadores" e a expressão "ou dispositivo de comunicação" do inciso VI; pela aprovação do art. 17, exceto as expressões "o dispositivo de comunicação, a rede de computadores"; pela aprovação do art. 18, exceto as expressões "rede de computadores, dispositivo de comunicação ou"; pela aprovação do art. 21, exceto as expressões "rede de computadores, dispositivo de comunicação ou"; pela aprovação do art. 22, exceto o inciso III e os §§ 2º e 3º, que são pela rejeição; pela rejeição do art. 20 do substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 84, de 1999.

PL Nº 757/03 - do Sr. José Carlos Martinez - que "Proíbe as prestadoras dos serviços móvel celular e móvel pessoal de utilizarem o serviço de mensagem para a veiculação de propaganda comercial". (Apensados: PLs nºs 2.387/03, 2.404/03, 3.095/08, 3.996/08, 4.414/08, 4.517/08, 4.954/09, 4.996/09, 866/07, 2.766/03, 3.159/08 e 6.593/06).

RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 2.387/03, do PL 2.766/03, do PL 6.593/06, do PL 3.159/08, do PL 2.404/03, do PL 866/07, do PL 3.095/08, do PL 3.996/08, do PL 4.414/08, do PL 4.517/08, do PL 4.954/09 e do PL 4.996/09, apensados, na forma do substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, com subemenda.

PL Nº 960/03 - do Sr. Rogério Teófilo - que "Revoga o parágrafo único do art. 13 do Decreto - Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967". (Apensado: PL nº 991/03).

RELATOR: Deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 991/03, apensado, das emendas nºs 1/11 e 2/11 apresentadas ao substitutivo, com substitutivo.

PL Nº 691/07 - do Senado Fedead - que "Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar a aplicação de recursos em educação e em ciência e tecnologia".

RELATOR: Deputado RATINHO JUNIOR.

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo.

PL Nº 2.522/07 - do Senado Federal - que "Acrescenta inciso ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir atendimento presencial aos usuários de serviços de telecomunicações". (Apensados: PLs nºs 4.195/04, 1.086/07, 1.094/07, 1.798/07, 1.840/07, 2.228/07, 2.394/07, 3.087/08, 3.663/08, 4.199/04, 4.824/05, 501/07, 5.525/05, 5.595/05, 5.616/05, 5.648/05, 5.696/05, 5.745/09, 5.881/05, 599/07, 6.156/09, 7.956/10, 5.538/09, 5.881/09, 1.256/11, 1.509/11, 681/11, 705/11, 1.098/11, 847/11, 1.891/11, 2.589/11 e 2.584/11).

RELATOR: Deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 5.538/09, do PL 4.199/04, do PL 4.824/05, do PL 5.525/05, do PL 5.595/05, do PL 5.616/05, do PL 5.648/05, do PL 5.696/05, do PL 5.881/05, do PL 501/07, do PL 599/07, do PL 1.086/07, do PL 1.094/07, do PL 1.798/07, do PL 1.840/07, do PL 2.228/07, do PL 2.394/07, do PL 3.087/08, do PL 3.663/08, do PL 5.745/09, do PL 6.156/09, do PL 7.956/10, do PL 847/11, do PL 1.891/11, do PL 2.589/11, do PL 2.854/11, do PL 681/11, do PL 705/11, do PL 4.195/04, do PL 5.881/09, do PL 1.256/11, do PL 1.509/11 e do PL 1.098/11, apensados, com substitutivo.

PL Nº 5.657/09 - do Senado Federal - que "Altera o art. 19 do Regulamento a que se refere o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão de Leiloeiro ao território da República, para incluir como competência dos leiloeiros a venda em hasta pública ou público pregão por meio da rede mundial de computadores".

RELATOR: Deputado RATINHO JUNIOR.

PARECER: pela aprovação.

PL Nº 6.361/09 - do Senado Federal - que "Altera o art. 4º da Lei nº 4.898, de 9 e dezembro e 1965, que regula o direito e Representação e o processo e Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade, para incluir as alíneas "j", "k", "l" e "m". (Apensados: PLs nºs 2.856/97, 3.067/97, 3.349/97, 3.577/97, 40/99 e 1.072/99).

RELATOR: Deputado SILAS CAMARA.

PARECER: pela aprovação do PL 2.856/97, do PL 3.067/97, do PL 3.349/97, do PL 3.577/97, do PL 40/99 e do PL 1.072/99, apensados, com Substitutivo e pela rejeição do PL 6.361/09.

PL Nº 7.354/10 - do Sr. Julio Delgado - que "Dispõe sobre a compensação a clientes da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no caso de atraso ou extravio de objeto postal".

RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO.

PARECER: pela aprovação.

PL Nº 401/11 - da Sra. Nilda Gondim - que "Acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "Dispõe sobre a proteção ao consumidor e dá outras providências".

RELATORA: Deputada LUCIANA SANTOS.

PARECER: pela aprovação, com emenda.

PL Nº 533/11 - da Sra. Lauriete - que "Acrescenta os arts. 265-A, 265-B e 265-C ao Estatuto da Criança e do Adolescente". (Apensado: PL nº 1.760/11).

RELATOR: Deputado PASTOR EURICO.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

PL Nº 768/11 - do Sr. Lincoln Portela - que "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção aos direitos do consumidor e dá outras providências, para facilitar a localização de anunciante de bens e serviços".

RELATOR: Deputado SANDES JUNIOR.

PARECER: pela aprovação, com emenda.

PL Nº 870/11 - do Sr. Giovanni Cherini - que "Dispõe acerca da veiculação de informes oficiais de alerta à população sobre riscos causados por fenômenos meteorológicos". (Apensado: PL nº 1.229/11).

RELATOR: Deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela rejeição deste, e pela aprovação do PL 1.229/11, apensado.

PL Nº 2.190/11 - do Sr. Miriquinho Batista - que "Dispõe sobre a padronização dos sítios oficiais da Administração Pública Direta e Indireta na rede mundial de computadores".

RELATOR: Deputado RENZO BRAZ.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

PL Nº 2.495/11 - do Sr. Pastor Marco Feliciano - que "Altera a redação da alínea "e" do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para proibir a diminuição da potência do sistema irradiante de emissoras de radiodifusão sonora durante a transmissão do programa oficial dos Poderes da República (A Voz do Brasil)".

RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.

PARECER: pela aprovação.

## **B – AGUARDANDO PARECER DO RELATOR**

PL Nº 2.701/97 - do Sr. Fernando Ferro - que "Dispõe sobre o Serviço de Televisão Comunitária". (Apensado: PL nº 3.459/04).

RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA.

PL Nº 1.402/99 - Dr. Evilásio - que "Modifica a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, estabelecendo restrições à propaganda de medicamentos e terapias". (Apensados: PLs nºs 1.739/99, 2.322/00, 2.117/99, 2.191/99, 2.880/00, 3.513/00, 3.752/00, 4.572/01, 5.211/05, 5.532/01, 7.571/06, 3.511/08, 5.729/09, 5.924/09, 6.724/10 e 404/11).

RELATOR: Deputado JOSIAS GOMES.

PL Nº 3.197/00 - do Sr. João Paulo - que "Dispõe sobre a cobrança de preço público nos casos que menciona". (Apensados: PLs nºs 5.646/05, 7.548/06, 4.700/09 e 4.699/09).

RELATOR: Deputado BRUNO ARAÚJO.

PL Nº 3.894/00 - do Sr. Pompeo de Mattos - que "Disciplina a publicidade e propaganda dos Poderes Executivos, Legislativos e Judiciário, e entidades da administração indireta". (Apensados: PLs nºs 4.327/01, 1.330/03, 6.106/05, 7.206/06, 7.587/06, 5.155/09, 665/07, 4.772/09, 7.365/10, 1.742/11 e 2.426/11).

RELATOR: Deputado CARLINHOS ALMEIDA.

PL Nº 5.269/01 - do Senado Federal - que "Dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças, por meio dos canais de radiodifusão de sons e imagens (televisão), e estabelece sanções pelo seu descumprimento".

(Apensados: PLs nºs 1.568/99, 4.566/04, 4.846/05, 2.415/96, 3.930/04, 3.573/00, 3.013/04, 4.324/04, 7.249/02, 2.029/99, 4.337/04, 963/07, 11/03, 2.134/96, 2.400/03, 6.532/06, 2.507/00, 2.112/03, 6.276/02, 911/07, 4.360/98, 3.046/97, 3.408/04, 3.422/97, 593/03,

919/03, 3.726/04, 1.622/03, 6.333/02, 2.125/03, 5.577/09, 6.968/10, 7.249/10, 7.876/10, 7.463/10, 6.333/02, 384/11, 1.591/11, 6.532/06 e 2.743/11).

RELATORA: Deputada ANTONIA LUCIA.

PL Nº 5.344/01 - do Sr. Cabo Júlio - que "Modifica a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "Dispõe sobre a proteção do consumidor, e dá outras providências", determinando o uso de letras de tamanho similar em todo o texto dos anúncios veiculados pela televisão". (Apensados: PLs nºs 3.932/04 e 4.088/04).

RELATOR: Deputado RATINHO JUNIOR.

PL Nº 5.921/01 - do Sr. Luiz Carlos Hauly - que "Acrescenta parágrafo ao art. 37, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências".

RELATOR: Deputado SALVADOR ZIMBALDI.

PL Nº 1.337/03 - do Sr. Wladimir Costa - que "Acrescenta Parágrafo único ao Art. 7º da Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, que "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista e dá outras providências", a fim de proibir a concessão de registro provisório".

RELATOR: Deputado BETO MANSUR.

PL Nº 1.821/03 - do Sr. Vicentinho - que "Dispõe sobre a veiculação obrigatória, nas emissoras de televisão, de desenhos animados produzidos nacionalmente e dá outras providências".

RELATOR: Deputado MIRO TEIXEIRA.

PL Nº 1.878/03 - do Sr. Edson Duarte - que "Autoriza as emissoras educativas estatais a transmitirem, sem custos, eventos esportivos de interesse nacional". (Apensado: PL nº 825/07).

RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO.

PL Nº 3.684/04 - do Sr. Carlos Eduardo Cadoca - que "Dispõe sobre medidas creditícias de incentivo às empresas de desenvolvimento de programas de computador livres". (Apensado: PL nº 2.469/07).

RELATOR: Deputado RATINHO JUNIOR.

PL Nº 4.026/04 - do Sr. Cláudio Magrão - que "Dispõe sobre os limites à concentração econômica nos meios de comunicação social, e dá outras providências". (Apensado: PL nº 6.667/09).

RELATOR: Deputado RUY CARNEIRO.

PL Nº 4.961/05 - do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame - que "Altera dispositivos da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996". (Apensado: PL nº 654/07).

RELATOR: Deputado NEWTON LIMA.

PL Nº 6.685/26 - do Senado Federal - que "Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que "Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para conceder preferência, no financiamento de equipamentos de telecomunicações, a produtos que utilizem *software* aberto".

RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA.

PL Nº 6.915/06 - do Sr. Eduardo Sciarra - que "Estabelece diretrizes para a introdução e operação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (televisão) com tecnologia digital e dá outras providências".

RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA.

PL Nº 377/07 - dos Srs. Sérgio Moraes e William Woo - que "Obriga a criação e manutenção de cadastro de usuários e o imediato bloqueio, pelos prestadores de serviços de telecomunicações, de aparelhos celulares, em caso de comunicação de roubo, furto ou extravio; proíbe a utilização de dispositivo que bloqueia o identificador de chamada, e dá outras providências". (Apensados: PLs nºs 2.973/08, 5.351/09, 5.518/09, 5.520/09, 5.886/09 e 2.135/11).

RELATOR: Deputado ROMERO RODRIGUES.

PL Nº 618/07 - do Sr. Lincoln Portela - que "Dispõe sobre prazo de validade do crédito do telefone celular habilitado no Plano de Serviço Pré-Pago". (Apensado: PL nº 1.325/07).

RELATOR: Deputado BRUNO ARAÚJO.

PL Nº 1.619/07 - do Sr. Geraldo Resende - que "Dispõe sobre a obrigação das prestadoras do Serviço Móvel Pessoal de enviar mensagem aos seus assinantes quando da realização de campanhas de vacinação".

RELATOR: Deputado RODRIGO DE CASTRO.

PL Nº 2.400/07 - do Sr. Moreira Mendes - que "Dispõe sobre o serviço de telefonia e dá outras providências".

RELATOR: Deputado RUY CARNEIRO.

PL Nº 2.722/07 - da CLP - que "Dispõe sobre a possibilidade de acúmulo das franquias de minutos mensais ofertados pelas operadoras de telefonia".

RELATOR: Deputado RODRIGO CASTRO.

PFC Nº 39/08 - da Sra. Luiza Erundina - que "Propõe que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, auditoria de natureza operacional sobre os procedimentos adotados pelo Poder Executivo para fiscalizar o atendimento pelas prestadoras dos limites de exposição humana à radiação eletromagnética".

RELATOR: Deputado RIBAMAR ALVES.

PL Nº 3.396/08 - do Sr. Eduardo Cunha - que "Dispõe sobre a comercialização de equipamentos de radiação".

RELATORA: Deputada LUCIANA SANTOS.

PL Nº 4.646/09 - do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame - que "Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de sistema eletrônico de reconhecimento de registros biométricos digitalizados para o pagamento de benefícios da seguridade social, em transações de financiamentos e empréstimos pessoais consignados e para a habilitação e utilização de aparelhos de telefonia celular pré-pagos".

RELATOR: Deputado ROMERO RODRIGUES.

PL Nº 5.059/09 - do Sr. Otavio Leite - que "Estabelece procedimento facilitador para a acessibilidade na comunicação telefônica, através de SMP - Serviço Móvel Pessoal, para pessoa com deficiência auditiva e da fala em cumprimento ao inciso XIV do art. 24 da Constituição Federal".

RELATOR: Deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PL Nº 5.239/09 - do Sr. Carlos Bezerra - que "Altera o art. 605 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para alterar o prazo para a publicação do edital de cobrança da contribuição sindical e incluir a Internet como veículo de publicação".

RELATOR: Deputado JULIO CAMPOS.

PL Nº 5.489/09 - do Sr. João Dado - que "Obriga as prestadoras que ofertarem plano pré-pago de serviço de comunicação móvel pessoal a concederem minutos adicionais de conversação ao usuário quando o saldo remanescente de créditos for de um minuto".

RELATOR: Deputado BRUNO ARAÚJO.

PL Nº 5.534/09 - do Sr. José Mentor - que "Veda a transmissão de lutas marciais pelas emissoras de televisão na forma que especifica e dá outras providências".

RELATOR: Deputado BRUNO ARAÚJO.

PL Nº 6.104/09 - da Sra. Manuela D'ávila - que "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962". (Apensado: PL nº 6.257/09).

RELATOR: Deputado MARCOS MONTES.

PL Nº 6.382/09 - do Senado Federal - que "Dispõe sobre a tarifa telefônica nas ligações interurbanas a provedores de Internet". (Apensados: PLs nºs 198/03, 211/03, 3.076/04 e 4.422/08).

RELATOR: Deputado RODRIGO DE CASTRO.

PL Nº 6.412/09 - do Sr. Paulo Pimenta - que "Determina a oferta de canais avulsos no serviço de televisão por assinatura".

RELATOR: Deputado ROMERO RODRIGUES.

PFC Nº 130/10 - do Sr. Eduardo Gomes - que "Propõe que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em concurso com o Tribunal de Contas da União, realize auditoria operacional sobre os procedimentos adotados pelo Poder Executivo para fiscalizar a participação estrangeira nas empresas jornalísticas".

RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL.

PL Nº 6.853/10 - do Sr. Wladimir Costa - que "Obriga que imagens utilizadas em peças publicitárias ou publicadas em veículos de comunicação, que tenham sido modificadas com o intuito de alterar características físicas de pessoas retratadas, tragam mensagem de alerta acerca da modificação". (Apensado: PL nº 704/11).

RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.

PL Nº 7.133/10 - do Sr. Edmilson Valentim - que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de adoção de carregadores de terminais de telefonia celular com interfaces e propriedades elétricas padronizadas". (Apensado: PL nº 7.262/10).

RELATOR: Deputado ROMERO RODRIGUES.

PL Nº 7.342/10 - do Senado Federal - que "Acrescenta § 5º ao art. 68 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para determinar ao Titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais a utilização da internet para a remessa, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do registro dos óbitos mensalmente ocorridos". (Apensado: PL nº 920/11).

RELATOR: Deputado MARCOS MONTES.

PL Nº 7.526/10 - do Sr. Rodrigo Rollemberg - que "Dispõe sobre os incentivos às indústrias espaciais, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Espacial (PADIE), altera a Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, e estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no setor espacial".

RELATOR: Deputado CARLINHOS ALMEIDA.

PL Nº 7.759/10 - do Senado Federal - Renato Casagrande (PSB-ES) - que "Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para disciplinar a arrecadação da contribuição devida ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust)".

RELATOR: Deputado RIBAMAR ALVES.

PL Nº 66/11 - do Sr. Otávio Leite - que "Determina que as empresas prestadoras de serviços de televisão por assinatura, ficam obrigadas a disponibilizar ao público grade de programação formatada numa específica sequência crescente de números identificadores de canais, e dá outras providências".

RELATOR: Deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PL Nº 104/11 - do Sr. Sandes Júnior - que "Obriga as pessoas jurídicas que comercializem produtos ou serviços pela Internet a informar seu número no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, e o endereço e o telefone de suas instalações físicas". (Apensado: PL nº 2.367/11).

RELATOR: Deputado RATINHO JUNIOR.

PL Nº 112/11 - do Sr. Sandes Júnior - que "Altera a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, tornando obrigatória a transmissão de sorteios e operações assemelhadas, ao momento em que se realizem, pela Internet". (Apensado: PL nº 2.173/11).

RELATOR: Deputado JULIO CAMPOS.

PL Nº 188/11 - do Sr. Weliton Prado - que "Dispõe sobre a adaptação de computadores em Lan Houses, Cyber Cafés, para utilização por pessoas portadoras de necessidades visuais e dá outras providências".

RELATOR: Deputado AUREO.

PL Nº 190/11 - do Sr. Weliton Prado - que "Obriga a prestadora do serviço de banda larga a justificar por escrito ao solicitante o motivo da impossibilidade de instalação do serviço no endereço solicitado".

RELATOR: Deputado AUREO.

PL Nº 275/11 - do Sr. Chico Lopes - que "Proíbe a cobrança de roaming nacional ou adicional de deslocamento, em localidades atendidas pelas mesmas redes das operadoras de telefonia móvel contratada". (Apensado: PL nº 967/11).

RELATOR: Deputado RODRIGO DE CASTRO.

PL Nº 360/11 - do Sr. José Airton - que "Dispõe sobre a proibição de exposição de conteúdos impróprios para crianças em bancas de jornais, videolocadoras, cinemas e sítios da Internet e dá outras providências".

RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA.

PDC Nº 406/11 - da Sra. Liliam Sá - que "Susta os efeitos da Resolução nº 2, de 2011, da Empresa Brasil de Comunicação, que 'Dispõe sobre os programas de cunho religioso nos veículos da EBC'".

RELATOR: Deputado PASTOR EURICO.

PL Nº 465/11 - do Sr. Roberto Britto - que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de cobertura do serviço móvel em chamadas roaming ao longo de estradas federais".

RELATOR: Deputado AUGUSTO COUTINHO.

PL Nº 490/11 - do Senado Federal - que "Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que 'Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências', para disciplinar a denominação das entidades autorizadas a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária". (Apensados: PLs nºs 4.186/98, 1.513/99, 1.550/03, 1.594/03, 1.665/03, 2.105/03, 2.189/03, 2.949/00, 4.156/01, 4.165/01, 4.225/98, 6.851/02, 5.669/01, 6.464/02, 7.046/06, 7.542/06, 2.480/07, 3.790/08, 4.799/09, 1.523/11, 1.944/11, 2.535/11 e 2.519/11).

RELATOR: Deputado RUY CARNEIRO.

PL Nº 738/11 - do Sr. Luiz Otávio - que "Acrescenta alínea ao inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que 'Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo', para incluir canal reservado ao Comando do Exército Brasileiro".

RELATOR: Deputado AROLDE DE OLIVEIRA.

PL Nº 834/11 - do Sr. Carlinhos Almeida - que "Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 6.538, de 22 de julho de 1978, com o objetivo de ampliar o direito de acesso domiciliar ao serviço postal e de telegrama".

RELATOR: Deputado PAULO WAGNER.

PL Nº 973/11 - do Sr. Romero Rodrigues - que "Dispõe sobre o acesso a telefonia fixa e móvel nas rodovias federais e dá outras providências". (Apensado: PL nº 2.037/11).

RELATOR: Deputado RUY CARNEIRO.

PL 1.247/11 - dos Srs. Silas Câmara e Marcelo Aguiar - que "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para permitir a expedição de autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação, pelo Congresso Nacional, do ato de outorga de serviço de radiodifusão".

RELATOR: Deputado AUREO.

PL Nº 1.269/11 - do Sr. Aureo - que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre a homologação junto à Anatel dos contratos firmados entre operadoras de telecomunicações e empresas terceirizadas".

RELATOR: Deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA.

PL Nº 1.397/11 - do Sr. Eleuses Paiva - que "Institui a Política Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Farmacêutico".

RELATOR: Deputado BRUNO ARAÚJO.

PL Nº 1.427/11 - do Sr. Antonio Roberto - que "Dispõe sobre o serviço de atendimento telefônico ao consumidor".

RELATOR: Deputado RODRIGO DE CASTRO.

PL Nº 1.592/11 - do Sr. Geraldo Resende - que "Proíbe o uso de robôs, *softwares* e programas de lances nos pregões eletrônicos".

RELATOR: Deputado DR. ADILSON SOARES.

PL 1.712/11 - do Sr. do João Dado - que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre a fiscalização remota das redes e serviços de telecomunicações de interesse coletivo".

RELATOR: Deputado RODRIGO DE CASTRO.

PL Nº 1.808/11 - do Sr. Dr. Jorge Silva - que "Altera a Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, que 'Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações', com o objetivo de instituir campanha em cartões telefônicos contra o consumo de crack e outras drogas".

RELATOR: Deputado AUREO.

PL Nº 1.893/11 - do Sr. Renzo Braz - que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras do serviço de telefonia móvel garantir a cobertura total em localidades com população maior que mil habitantes".

RELATOR: Deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PL Nº 2.115/11 - do Sr. André Dias - que "Estabelece a obrigatoriedade da adoção de legenda em filmes, programas de televisão, séries, telenovelas e peças teatrais cuja produção tenha sido financiada ou patrocinada com o uso de recursos públicos".

RELATOR: Deputado EDUARDO AZEREDO.

PL Nº 2.166/11 - do Sr. Aureo - que "Dispõe sobre a comercialização de programas de computador e jogos eletrônicos".

RELATOR: Deputado BETO MANSUR.

PL Nº 2.264/11 - da Sra. Luiza Erundina - que "Dispõe sobre a revogação dos §§ 1º, 5º, 7º, 8º e 9º art. 32, da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011".

RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA.

PL Nº 2.410/11 - do Sr. Taumaturgo Lima - que "Acrescenta artigo à Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que 'Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências'".

RELATOR: Deputado EMILIANO JOSÉ.

PL Nº 2.584/11 - do Sr. João Rodrigues - que "Dispõe sobre a dublagem de filmes estrangeiros exibidos por meio de emissoras de radiodifusão de sons e imagens (televisão) abertas, e por canais transmitidos por meio de televisão por assinatura cuja programação seja empacotada em território nacional". (Apensado: PL nº 2.630/11).

RELATOR: Deputado MANOEL JUNIOR.

#### **C – AGUARDANDO EMENDAS**

PL Nº 2.622/07 - do Sr. Vanderlei Macris - que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de os fabricantes de aparelhos de televisão alertarem o consumidor final sobre a compatibilidade do equipamento com o padrão de transmissão digital".

RELATOR: Deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PL Nº 5.867/09 - do Sr. Luiz Carlos Hauly - que "Regulamenta a participação de crianças e adolescentes nos meios de comunicação".

RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA.

PL Nº 702/11 - do Sr. Marcelo Matos - que "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, restringindo a veiculação de propaganda de produtos infantis".

RELATOR: Deputado MANOEL JÚNIOR.

PL Nº 835/11 - do Sr. Claudio Cajado - que "Dispõe sobre normas para o registro de domínios de internet nas categorias sob o .br".

RELATOR: Deputado AUGUSTO COUTINHO.

#### **D – OUTRAS SITUAÇÕES**

PL Nº 13/11 - do Sr. Weliton Prado - que "Dispõe os serviços de atendimento telefônico gratuito ao consumidor".

DEVOLVIDO À CCP (COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES) EM VIRTUDE DE RETIRADA DE TRAMITAÇÃO PELO AUTOR.

PL Nº 1.461/11 - da Sra. Bruna Furlan - que "Acrescenta o art. 129-A na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para dispor sobre o envio de mensagens de texto de utilidade pública pela prestadora de serviço de telecomunicações".

RELATOR: Deputado RODRIGO DE CASTRO.

DEVOLVIDO À CCP (COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES) EM VIRTUDE DE TER SIDO APENSADO AO PL 585/11.

PL Nº 845/11 - do Sr. Aureo - que "Dispõe sobre a elaboração de estudo de impacto ambiental para o licenciamento de antenas estações rádio-base de celulares".

RELATOR: Deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela rejeição.

DEVOLVIDO À CCP (COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES) EM VIRTUDE DE RETIRADA DE TRAMITAÇÃO PELO AUTOR.

PL Nº 891/11 - do Sr. Antonio Bulhões - que "Dispõe sobre a utilização de redes de serviços de telefonia móvel para a localização de pessoas desaparecidas".

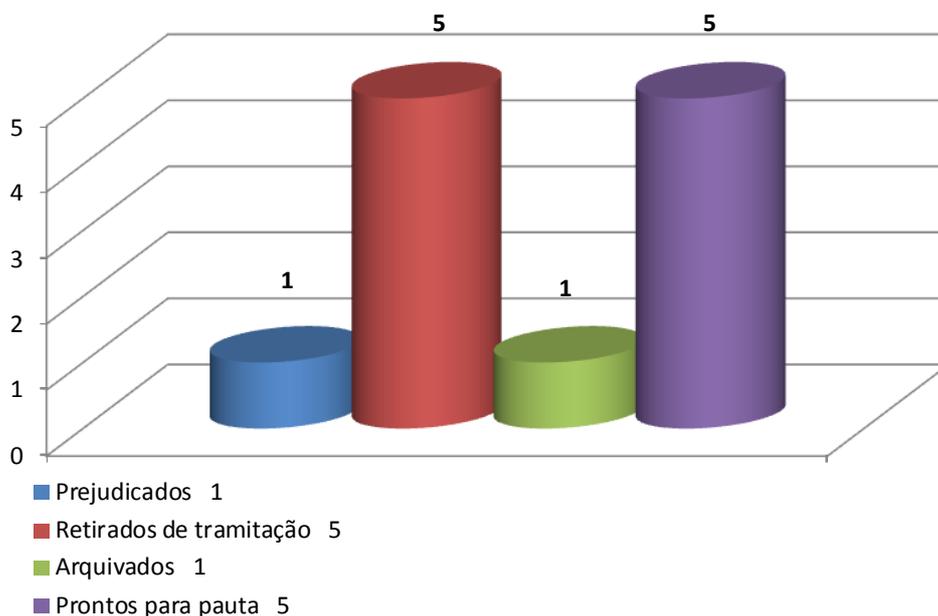
DEVOLVIDO À CCP (COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES) EM VIRTUDE DE TER SIDO APENSADO AO PL 1.258/95.

PL Nº 2.135/11 - do Sr. Rubens Bueno - que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre o bloqueio de créditos de telefonia móvel inseridos em consequência de ações de extorsão ou estelionato".

RELATOR: Deputado EMILIANO JOSÉ.

APENSADO AO PL 377/07.

**5.3 – REQUERIMENTOS**



REQUERIMENTO Nº 6/11 - do Sr. Antonio Imbassahy - que "Solicita seja convocada a Secretária de Comunicação Social da Presidência da República, Sra. Helena Chagas, para prestar esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades em licitações relativas a contrato da EBC - Empresa Brasil e Comunicação com a empresa Tectnet".

PREJUDICADO em 16/03/11, em razão da concordância do autor em transformar a proposta em convite a Tereza Cruvinel, diretora-presidente da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), alteração já contemplada no Requerimento nº 5/11, aprovado nesta data.

REQUERIMENTO Nº 13/11 - do Sr. Takayama - que "Requer sejam convidados os Srs. Superintendentes de Operação das usinas nucleares Angra I e Angra II para comparecerem em audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado", [para debater a segurança das respectivas usinas nucleares e os procedimentos estabelecidos caso ocorra um acidente nuclear].

PRONTO PARA PAUTA.

REQUERIMENTO Nº 14/11 - do Sr. Gilmar Machado - que "Requer a criação de Subcomissão Permanente destinada a acompanhar as ações do Plano Nacional de Banda Larga - PNBL".

ARQUIVADO em 04/08/11.

REQUERIMENTO Nº 15/11 - do Sr. Bruno Araújo - que "Requer a constituição de Subcomissão Especial para examinar o Programa Nacional de Banda Larga e seus desdobramentos na sociedade brasileira".

PRONTO PARA PAUTA.

REQUERIMENTO Nº 37/11 - do Sr. Antonio Imbassahy - que "Requer sejam convidados representantes das empresas LG, Samsung, Claro-Embratel, TIM, Oi, para comparecerem [audiência pública] a esta Comissão e prestar esclarecimentos sobre eventuais contratos de consultoria realizados com a empresa Projeto Consultoria, Planejamento e Eventos Ltda, de propriedade do Sr. Antonio Palocci, no período de 2006 a 2011".

PRONTO PARA PAUTA.

REQUERIMENTO Nº 46/11 - do Sr. Antonio Imbassahy - que "Solicita seja convidado, em reunião de audiência pública, o senhor Paulo Bernardo Silva, Ministro das Comunicações".

PRONTO PARA PAUTA.

REQUERIMENTO Nº 47/11 - do Sr. Silas Câmara - que "Solicita a realização de audiência pública tendo como convidados o senhor Ministro de Estado das Comunicações, Dr. Paulo Bernardo Silva e o ex-presidente da Telebrás, Dr. Rogério Santana, para apurar informações sobre sua demissão da presidência da Telebrás".

RETIRADO DE TRAMITAÇÃO PELO AUTOR em 04/08/11.

REQUERIMENTO Nº 49/11 - do Sr. Sandro Alex - que "Requer a prorrogação [indicação] da Consulta Pública 23/2011 da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) que aprova novas regras de TV a cabo".

RETIRADO DE TRAMITAÇÃO PELO AUTOR em 30/08/11.

REQUERIMENTO Nº 53/11 - do Sr. Antonio Imbassahy - que "Solicita seja convidado [audiência pública] os senhores Sérgio Resende, ex-ministro da Ciência e Tecnologia (MCT), o diretor financeiro da Ceitec, Roberto de Andrade, e o atual chefe de gabinete do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, Renato Xavier Thiebaut, para prestarem esclarecimentos sobre a inoperância da Estatal 'Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica - Ceitec'".

RETIRADO DE TRAMITAÇÃO PELO AUTOR em 05/08/11.

REQUERIMENTO Nº 54/11 - dos Srs. Sandro Alex e Rubens Bueno - que "Requer convidar o Sr. Aluizio Mercadante Oliva, para em audiência pública, conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, prestar informações sobre a situação da binacional ACS e o processo de demissão do Sr. Roberto Amaral".

PRONTO PARA PAUTA.

REQUERIMENTO Nº 81/11 - do Sr. Sandro Alex - que "Requer o envio de indicação ao Poder Judiciário, sugerindo a alteração da Resolução 20.034 de 1997, do Tribunal Superior Eleitoral, que trata da propaganda político-partidária".

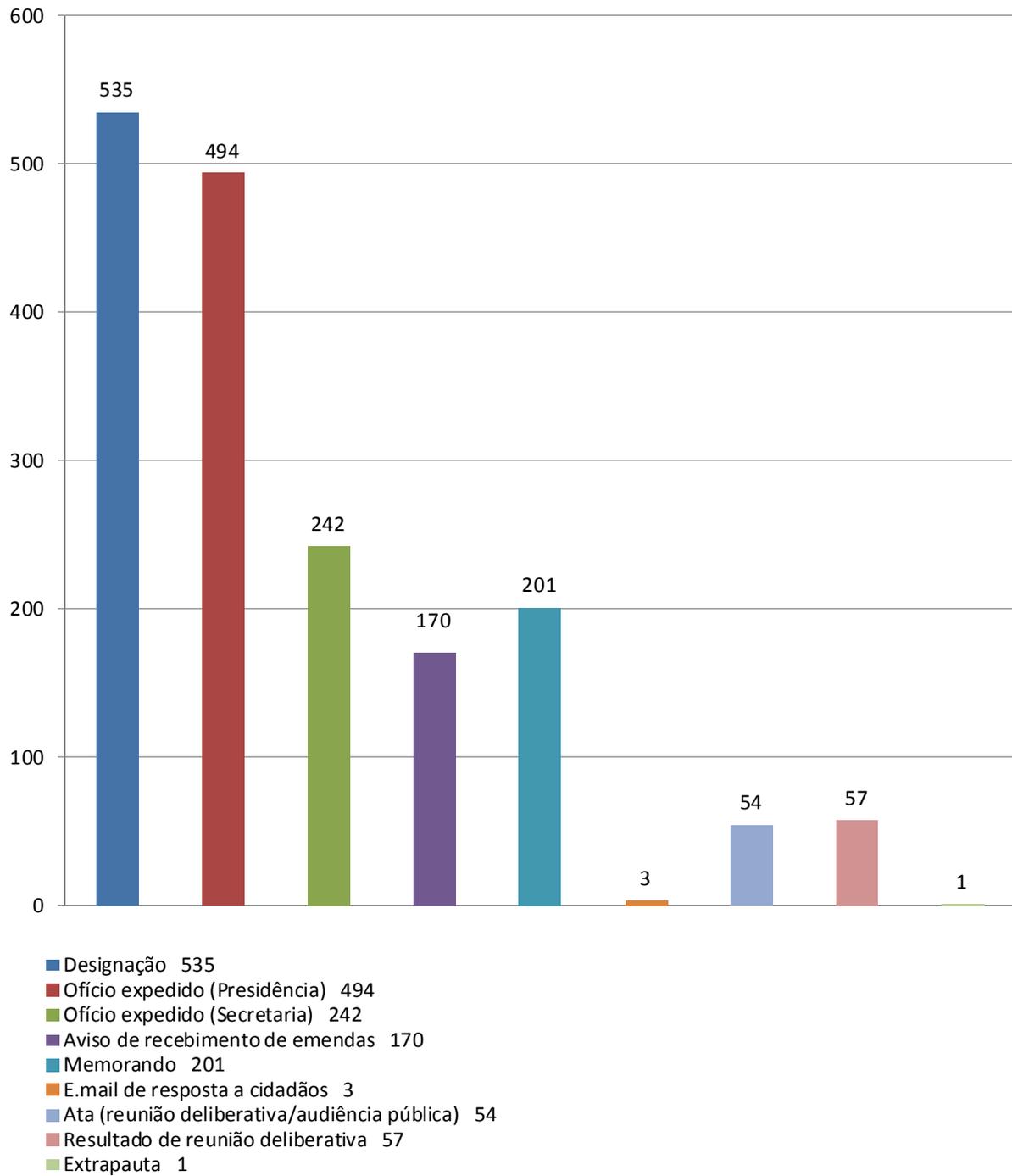
RETIRADO DE TRAMITAÇÃO em 21/09/11.

REQUERIMENTO Nº 96/11 - da Sra. Luiza Erundina - que "Requer a realização de audiência pública para discutir os critérios editoriais da TV Cultura de São Paulo".

RETIRADO DE TRAMITAÇÃO em 26/10/11.

**6 – SECRETARIA DA COMISSÃO**

**6.1 – RESUMO DE ATIVIDADES**



**6.2 – COMPOSIÇÃO**

<b>QUADRO EFETIVO</b>
<p>Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira <b>Secretária</b></p> <p>Adalva de Oliveira Abath Diniz Anísia Baptista Martins Filha Christiano de Lima Silva Dione Marlene de Sousa Melo Fernando Antonio D'Almeida Ponce Francisco das Chagas Carvalho Silva Gilmar Alves de Almeida João Edvaldo Rios Luiza Maria Silva Soares Maria Gorette da Silva Pessoa Nilon Pereira dos Santos Raimundo José Alves</p>

<b>CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL (CNEs)</b>
<p>Ana Catarina Vieira de Lima Marcelo José Ferraz Suano Márcio Vieira Villas Bôas Teixeira de Carvalho Milana Araujo Fontes Teles Ranúlio Alves dos Santos Araújo</p>

<b>PRÓ-ADOLESCENTES</b>
<p>Wesley de Souza Barreto Poliana Rayane Ribeiro da Silva</p>

**CONTATOS**

**Página na internet**

<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cctci>

**E-mail**

[cctci.decom@camara.gov.br](mailto:cctci.decom@camara.gov.br)

**Telefones**

(61) 3216-6452 a 6458

**Endereço**

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados  
Anexo II - Térreo - Ala A - Sala T-51  
CEP 70.160-900 - Brasília-DF

**Fax**

(61) 3216-6465 a 6467